

MARGARIDA JOSÉ ANDRÉ LEVÍ

O TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Contributos do Turismo de Natureza no
Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa**

Orientador: Professor Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

2012

MARGARIDA JOSÉ ANDRÉ LEVÍ

O TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Turismo, na especialidade de Gestão Estratégica de Empresas Turísticas, do Curso de mestrado em Turismo, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro
lugar a Deus, fonte de toda a
sabedoria e força;

À minha família, meu sustentáculo
em todos os momentos da vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração e apoio de diversas pessoas e entidades, a quem desejo expressar o meu sincero agradecimento.

À minha família em especial à minha querida mãe, amiga e conselheira em todos os momentos, ao meu namorado pelo seu apoio, carinho e compreensão nos momentos mais críticos.

Ao Professor Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes, pelas suas palavras de incentivo, sua rigorosa orientação e disponibilidade que sempre demonstrou.

À todos os Professores da Licenciatura e Mestrado, em especial ao Professor Eduardo Sarmento, e aos demais que me acompanharam ao longo deste percurso académico.

À Doutora Julieta Lichuge do Ministério do Turismo de Moçambique, pelo seu apoio e disponibilidade na cedência de informações e documentos relevantes para a pesquisa.

À Doutora Maria Antonieta Costa e ao Tiago Carrilho do Jardim Zoológico de Lisboa, pela colaboração e disponibilidade evidenciada.

Ao Parque Nacional da Gorongosa, na pessoa do Doutor Vasco Galante, pela colaboração e partilha de informações essenciais para a realização deste trabalho e pelo apoio que me foi dispensado.

Aos meus amigos, em especial ao Leonel Estevão, pela sua atenção e auxílio incansável.

A todos os colegas do Mestrado, com que compartilhei os melhores e os momentos mais difíceis da vida académica.

Por último, expresso o meu agradecimento a todos que contribuíram directa ou indirectamente para a realização desta dissertação.

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

O Parque Nacional da Gorongosa situado em Moçambique é uma referência em termos de turismo e conservação a nível nacional e internacional, devido à variedade de recursos que possui e dos esforços que têm vindo a ser empreendidos de forma a restaurar e preservar a biodiversidade característica do território. Gorongosa possui uma diversidade de ecossistemas, planícies, maciços rochosos, florestas e falésias que constituem uma forte atracção turística natural capaz de potenciar o desenvolvimento do território, por via do turismo.

Por outro lado, o ecoturismo e o turismo de natureza usufruem do património ecológico e paisagístico e ao mesmo tempo contribuem para a manutenção, conservação e melhoria da envolvente territorial, pelo seu valor atractivo e pelo lucro daí resultante.

Neste sentido, afigura-se importante efectuar um estudo com vista a alcançar os seguintes objectivos: perceber em que medida o turismo de natureza pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa; efectuar um diagnóstico do potencial turístico, analisando as forças e fraquezas bem como as oportunidades e ameaças do território, com importância ou influência na actividade turística do Parque; analisar as acções que podem ser levadas a cabo no sentido de melhorar os serviços prestados e aumentar a satisfação dos visitantes.

Com a concretização da presente investigação pretende-se reunir um conjunto de elementos que justifiquem, em jeito de recomendações aumentar a atractividade turística do Parque Nacional da Gorongosa, por via da identificação da melhor oferta turística.

Para tal, a metodologia de investigação utilizada consiste na abordagem qualitativa com recurso a análise de fontes documentais e a aplicação de inquérito por questionário ao Doutor Vasco Galante, Diretor de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa.

Palavras-chave: Turismo; Desenvolvimento Sustentável; Gestão; Áreas Protegidas.

ABSTRACT

The Gorongosa National Park situated in Mozambique is a reference in terms of tourism and conservation at the national and international level, because of the variety of resources it has and the efforts that have been undertaken in order to restore and preserve the biodiversity characteristic of the territory. Gorongosa has a diversity of ecosystems, plains, rock formations, cliffs and forests that constitute strong natural tourist attraction capable to boosting the development of the territory, through tourism.

On the other hand the ecotourism and nature tourism enjoy the ecological heritage and landscape, as well as contribute to the maintenance, conservation and improvement of the surrounding land, for their value and attractive by profit resulting benefit.

In this sense, it is important to conduct a study to achieve the following objectives: to understand how nature tourism can contribute to the sustainable development of Gorongosa National Park; making diagnosis of the tourist potential, analyzing the strengths and weaknesses, as well the opportunities and threats of the territory, with the importance or influence in tourism Park; analyze the actions that can be carried out in order to improve services and increase the satisfaction of the visitors.

This research aims to collect a set of elements that justify, by way of recommendations to increase the tourist attractiveness of the Gorongosa National Park, through the identification of the best tourist attractions.

The research methodology uses is the qualitative approach using the analysis of documentary sources and application of survey questionnaire to Vasco Galante, communications director of the Gorongosa National Park.

Keywords: Tourism; Sustainable Development; Management; Protected Areas.

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AIEST – *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme*

AP's – Áreas Protegidas

CDN – Carta de Desporto de Natureza

CNA – Comissão Nacional do Ambiente

DINAC – Direcção Nacional das Áreas de Conservação

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

ICN – Instituto de Conservação da Natureza

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

MAMAOT -Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique

MINAG – Ministério da Agricultura de Moçambique

MITUR – Ministério do Turismo de Moçambique

ODM – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG's – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PEDTM - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique

PNG – Parque Nacional da Gorongosa

PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

SNPRPP – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico

SDN – Comissão Económica da Sociedade das Nações

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*

TIES – Sociedade Internacional do Ecoturismo

TER – Turismo em Espaço Rural

TN – Turismo de Natureza

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UIOOT – União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

WTTC – Conselho Mundial de Viagens e Turismo

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	3
AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	7
ÍNDICE DE QUADROS	12
ÍNDICE DE GRÁFICOS	13
ÍNDICE DE FIGURAS	14
ÍNDICE DE TABELAS	15
INTRODUÇÃO	16
PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA.....	23
CAPÍTULO I – A RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA	23
1. PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA	23
CAPÍTULO II – A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	25
1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	25
1.1. Desenvolvimento Sustentável: Origem e Evolução do Conceito	25
1.2. Conceito de Turismo Sustentável	34
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL DO TURISMO.....	38
1. CONCEITUALIZAÇÃO DE TURISMO, TURISTA E VISITANTE DO DIA.....	38
1.1. Definição de Turismo	38
1.2. Definição de Turista e Visitante do Dia.....	40
1.3. As Actividades que Enquadram o Turismo	42
2. AS ESTATÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO	45
CAPÍTULO IV – A ORGANIZAÇÃO DA ACTIVIDADE TURÍSTICA EM MOÇAMBIQUE	50
1. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL.....	51
2. PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE	52
2.1. Missão e Visão Do Desenvolvimento do Turismo.....	53
2.2. Política e Estratégia do Turismo	54
2.3. O Produto Turístico	55
2.4. Mercados Emissores	57
2.5. Implementação do Plano Estratégico	58
CAPÍTULO V – TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO	61
1. DEFINIÇÃO DE TURISMO DE NATUREZA	61
1.1. Programa Nacional de Turismo de Natureza (Portugal)	64

1.1.1. Conceitualização e Síntese de Quadros Normativos	64
2. ECOTURISMO: CONCEITO E PRINCÍPIOS	68
CAPÍTULO VI – O TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS	73
1. ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL	73
1.1. Rede Nacional de Áreas Protegidas (Portugal)	75
2. ÁREAS PROTEGIDAS EM MOÇAMBIQUE	76
2.1. Rede Nacional de Áreas Protegidas (Moçambique)	78
PARTE II – O PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	83
CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO	83
1. CONTEXTO GEOGRÁFICO	83
2. RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS	83
3. NÚCLEOS DE ATRACTIVIDADE TURÍSTICA	90
3.1. Correspondentes à Atrações Turísticas	90
4. O ESTADO ACTUAL DE DESENVOLVIMENTO	91
4.1 Diagnóstico da Situação (Análise SWOT)	94
CAPÍTULO II – O TURISMO DE NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	97
1. INSTRUMENTOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	97
1.1. Unidades de Alojamento	99
1.2. Actividades de Animação	100
1.3. Actividades de Interpretação Ambiental	101
1.4. Os Desportos de Natureza	102
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	103
1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	103
1.1. Meses do Ano em que o PNG Recebe o Maior número de Visitantes	104
2. AVALIAÇÃO DO TURISMO NA ÓPTICA DA OFERTA	104
2.1. Grau de Importância Atribuído aos Recursos Turísticos	105
2.2. Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos	105
2.3. Avaliação das Infra-estruturas de Apoio à Actividade Turística	106
3. AVALIAÇÃO DO TURISMO NA ÓPTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	107
3.1. Grau de Concordância quanto aos Pilares do Desenvolvimento Sustentável	107
3.2. Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Económica do PNG	108
3.3. Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Sociocultural do PNG	109
3.4. Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Ambiental do PNG	110
3.5. Grau de Concordância quanto à Compatibilidade entre os Factores e o Actual Nível de Desenvolvimento Turístico do PNG	111
3.6. Grau de Importância Atribuído às Actividades na Criação de Receitas para o PNG	112
3.7. Grau de Importância Atribuído aos Apoios Concedidos ao PNG	113
3.8. O PEDTM como uma Mais-valia para o Desenvolvimento Turístico do PNG	114
4. ESTRATÉGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA	114
4.1. Grau de Importância Atribuído às Motivações	115

4.2. Grau de Importância Atribuído às Unidades de Alojamento.....	115
4.3. Grau de Importância Atribuído às Actividades Relacionadas com o Turismo de Natureza.....	116
CONCLUSÃO.....	118
BIBLIOGRAFIA	126
APÊNDICES.....	I
ANEXOS	XI

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO Nº 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA (PNG)-----	20
QUADRO Nº 2 - PRODUTOS DO TURISMO-----	44
QUADRO Nº 3 - RECEITAS/DESPESAS DO TURISMO INTERNACIONAL POR PAÍS RECEPTOR/EMISSION-----	48
QUADRO Nº 4 - CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS POR REGIÃO (MILHÕES)-----	49
QUADRO Nº 5- PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DO TURISMO-----	54
QUADRO Nº 6- CARACTERÍSTICAS E OBJECTIVOS DO TURISMO DE NATUREZA-----	63
QUADRO Nº 7 - MODALIDADES DO TURISMO DE NATUREZA-----	66

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 1 - MESES DO ANO EM QUE O PNG RECEBE O MAIOR NÚMERO DE VISITANTES -----	104
GRÁFICO Nº 2 - GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO AOS RECURSOS TURÍSTICOS-----	105
GRÁFICO Nº 3 - AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS-----	106
GRÁFICO Nº 4 - AVALIAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO À ACTIVIDADE TURÍSTICA -----	106
GRÁFICO Nº 5 - GRAU DE CONCORDÂNCIA QUANTO AOS PILARES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -----	108
GRÁFICO Nº 6 - GRAU DE CONCORDÂNCIA QUANTO AO CONTRIBUTO DO TN NA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA -----	109
GRÁFICO Nº 7 - GRAU DE CONCORDÂNCIA QUANTO AO CONTRIBUTO DO TN NA SUSTENTABILIDADE SOCIO-CULTURAL -----	110
GRÁFICO Nº 8 - GRAU DE CONCORDÂNCIA QUANTO AO CONTRIBUTO DO TN NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL -----	111
GRÁFICO Nº 9 - GRAU DE CONCORDÂNCIA QUANTO À COMPATIBILIDADE ENTRE OS FACTORES E O NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO-----	112
GRÁFICO Nº 10 - GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ÀS ACTIVIDADES NA CRIAÇÃO DE RECEITAS -----	113
GRÁFICO Nº 11 - GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO AOS APOIOS CONCEDIDOS AO PNG -----	113
GRÁFICO Nº 12 – O PEDTM COMO UMA MAIS-VALIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO -----	114
GRÁFICO Nº 13 - GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ÀS MOTIVAÇÕES -----	115
GRÁFICO Nº 14 – GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ÀS UNIDADES DE ALOJAMENTO -----	116
GRÁFICO Nº 15 - GRAU DE IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDO ÀS ACTIVIDADES RELACIONADAS COM O TN -----	117

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA Nº 1 - CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS	43
FIGURA Nº 2 - ORGANIGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO	52
FIGURA Nº 3 - NICHOS DE MERCADO DO TURISMO BASEADO NA NATUREZA	70
FIGURA Nº 4 - PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES DO TURISTA VERDE	72
FIGURA Nº 5 - ORBEA HALIPEDICOLA	86
FIGURA Nº 6 - ELEFANTE E SUA CRIA	86
FIGURA Nº 7 - PINTADINHO DE PEITO VERMELHO.....	86
FIGURA Nº 8 - HYPEROLIUS MARMORATUS.....	87
FIGURA Nº 9 - IMPALA.....	87
FIGURA Nº 10 – COBRA NO ARBUSTO.....	87

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA Nº 1 - PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS DO MUNDO-----	47
TABELA Nº 2 - OS PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS E OS RESPECTIVOS PILARES -----	79
TABELA Nº 3 - PARQUES NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE-----	80
TABELA Nº 4 - RESERVAS NACIONAIS DE MOÇAMBIQUE -----	81
TABELA Nº 5 - COUTADAS OFICIAIS DE MOÇAMBIQUE -----	82
TABELA Nº 6 - PROPOSTA DE PRODUTOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS-----	124

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Nos dias de hoje o turismo é encarado como uma das actividades que mais contribui para o desenvolvimento da economia mundial através da criação de emprego, rendimentos e melhoria do bem-estar das populações. Sendo normalmente descrito como um fenómeno multifacetado, uma vez que engloba diversas actividades dos vários sectores da economia.

Após a segunda guerra mundial verificou-se uma transformação profunda no turismo, especialmente nos países industrializados. Factores como a redução do tempo de trabalho, o direito a férias pagas, o aumento do rendimento das famílias na maior parte dos países desenvolvidos, as diferentes motivações que foram surgindo em resultado da necessidade de evasão da rotina diária, associados ao rápido desenvolvimento dos transportes contribuíram para o crescimento significativo do turismo.

Com o aumento dos tempos livres as pessoas passaram a dispor de mais tempo para usufruir de actividades de lazer, aumentando assim a procura por destinos de sol e mar, o que contribuiu para a saturação desses destinos e consequentemente para a degradação do meio ambiente e para destruição de recursos naturais.

Ao mesmo tempo que se verifica uma sobrecarga nos destinos surge uma crescente preocupação com os impactos negativos causados pelo até então chamado turismo de massas¹. Desta forma, o turismo passou a ser encarado como um agente de protecção e valorização do ambiente, tendo sido criado o conceito de turismo sustentável com vista a equilibrar o desenvolvimento económico, social e ambiental.

O conceito de turismo sustentável pressupõe o usufruto do património natural e cultural de uma forma equilibrada e compensadora, onde o ecoturismo e o turismo de natureza desempenham um papel importante ao nível de obtenção de recursos financeiros que permitem revigorar e acrescentar valor aos territórios que os acolhem, que por sua vez encontram nas áreas protegidas um espaço propício para o seu desenvolvimento, repleto

¹ Turismo de massas é normalmente associado à poluição e destruição do meio ambiente. É também designado de turismo convencional.

de valores naturais e culturais, potenciadores da “função viver” e de “experiências” de grande valor simbólico.

Os países africanos do sul do Sahara possuem como nicho de mercado o turismo de natureza, desenvolvido em áreas de conservação, este segmento turístico constitui uma excelente vantagem competitiva. Sendo os países da África Austral e Ocidental os mais beneficiados, visto que têm à sua disposição uma grande diversidade de fauna (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, 2003).

Entretanto para que Moçambique se afirme em termos competitivos no mercado turístico internacional é imprescindível que efectue uma gestão dos recursos naturais de uma forma sustentável e invista no desenvolvimento de produtos turísticos de base sustentável.

A fim de incidir sobre o objecto de estudo escolhemos uma região que fosse ao encontro da preocupação que orienta o presente projecto de investigação de forma a perceber “de que forma os produtos relacionados com o turismo de natureza podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa”.

Assim, escolhemos como estudo de caso o Parque Nacional da Gorongosa devido à diversidade de espécies e características ecológicas únicas, que transformam a Gorongosa num destino turístico promissor.

A principal dificuldade sentida neste trabalho relaciona-se com a carência de material bibliográfico, uma vez que em Moçambique não existem ainda estudos relacionados com o turismo de natureza, tendo recorrido a bibliografia existente em Portugal. A limitação geográfica constituiu também um obstáculo, visto que só poderia ter acesso a alguns documentos importantes estando *in loco*.

Esperamos com este trabalho poder contribuir, ainda que modestamente para o incremento da actividade turística no Parque Nacional da Gorongosa e para a disseminação das temáticas do turismo de natureza e do desenvolvimento sustentável no contexto moçambicano.

OBJECTIVOS DO ESTUDO

Perante o quadro acima descrito, o presente estudo apresenta os seguintes objectivos:

- Perceber em que medida o turismo de natureza pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa.
- Efectuar um diagnóstico do potencial turístico, analisando as forças e fraquezas bem como as oportunidades e ameaças do território, com importância ou influência na actividade turística do Parque.
- Analisar as acções que podem ser levadas a cabo no sentido de melhorar os serviços prestados e aumentar a satisfação dos visitantes.
- Perspectiva-se com a concretização da presente investigação reunir um conjunto de elementos que justifiquem, em jeito de recomendações aumentar a atractividade turística do Parque Nacional da Gorongosa, por via da identificação da melhor oferta turística.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho foi elaborado seguindo os parâmetros estabelecidos nas normas de elaboração e apresentação de teses e dissertações da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

A metodologia de pesquisa consiste num *“conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica, bem como, a secção de um relatório que descreve os métodos e as técnicas utilizadas no quadro dessa investigação”* (Fortin,1999).

A metodologia adoptada consiste na abordagem qualitativa. Segundo Paillé (1996), citado por Fortin (2009), *“a investigação qualitativa inclui qualquer investigação em ciências sociais tendo por objecto compreender os fenómenos tal como eles se apresentam no meio natural.”*

Este tipo de abordagem reparte-se em sete etapas, a saber:

- 1) *“A formulação de um problema geral de investigação, a partir de uma situação concreta que comporta um fenómeno que pode ser descrito e compreendido, segundo as significações atribuídas pelos participantes aos acontecimentos (McMillan e Schumaker, 1989), ou também partindo de um conceito;*
- 2) *O enunciado de questões precisas com vista a explorar os elementos estruturais, as interações e os processos que permitem descrever o fenómeno e elaborar os conceitos;*
- 3) *A escolha dos métodos de colheita de dados;*
- 4) *A escolha de um contexto social e de uma população;*
- 5) *A colheita de dados e análise de onde é tirada uma descrição detalhada dos acontecimentos relatados pelos participantes que viveram tal situação ou experiência;*
- 6) *A elaboração de hipóteses interpretativas a partir dos conhecimentos obtidos, com vista a dar uma significação à situação;*
- 7) *A reformulação interactiva do problema, das questões ou modificações e a integração do conceito à medida que se juntam novos dados*².

A recolha de informação foi efectuada numa primeira fase com base na pesquisa bibliográfica e análise de fontes documentais, tais como monografias, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e diversos estudos que contribuíram para o aprofundamento da temática em estudo.

Numa segunda fase, recorreu-se à construção do inquérito por questionário, de forma a recolher um conjunto de informações que permitissem responder à pergunta de partida, desta forma, optou-se por questões fechadas, com respostas de escolha múltipla, ordenadas segundo a escala de *Likert*³, 1 (Nada Importante) a 5 (Extremamente Importante), 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente) e ainda 1 (Muito Mau) a 5 (Muito Bom).

O inquérito por questionário foi posteriormente submetido a um pré-teste no Jardim Zoológico de Lisboa, para tal, foi enviado por correio electrónico uma carta de

² Fortin, 199, p.42.

³ A *Escala de Likert* é constituída por uma serie de enunciados que exprimem um ponto de vista sobre um tema (Fortin, 2009).

apresentação do projecto de investigação, solicitando a colaboração e explicando os objectivos do projecto em questão, garantindo sempre o anonimato e a confidencialidade.

Após a análise e preenchimento do questionário pelo Jardim Zoológico de Lisboa, concluiu-se que o mesmo precisava de alguns pequenos ajustes, tendo sido feito os reparos necessários. A seguir, submetemos ao Parque Nacional da Gorongosa a carta de apresentação junto com o inquérito em formato digital, o que facilitou a recolha e o tratamento da informação.

Assim, foi aplicado um inquérito por questionário ao Director de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa, repartido em dimensões e respectivas categorias, o qual passamos a apresentar:

Quadro nº 1 - Questionário Aplicado ao Parque Nacional da Gorongosa (PNG)

Objectivos de investigação

N.º	Objectivos Gerais	Objectivos Específicos	Dimensões	Categorias
1	Caracterizar o PNG	Obter elementos que permitam conhecer as características do território	Caracterização do território	1.1.Superfície (Km²); 1.2.População residente; 1.3.Origem do maior n.º de visitantes; 1.4. Meses do ano em que o PNG recebe o maior n.º de visitantes
2	Analisar a situação turística a partir de elementos relacionados com a oferta	- Saber qual é o grau de importância atribuída aos recursos turísticos do PNG. - Saber qual é a avaliação efectuada aos equipamentos e serviços turísticos, numa perspectiva de atracção de visitantes para o PNG. - Saber qual é a avaliação efectuada às infra-estruturas de apoio à actividade turística, numa perspectiva de atracção de visitantes para o PNG.	Avaliação do Turismo na Óptica da Oferta	2.1. Qual é o grau de importância que atribui aos recursos turísticos existentes no PNG e nas áreas envolventes, numa perspectiva de atracção turística; 2.2. Como avalia os equipamentos e serviços turísticos, numa perspectiva de atracção de visitantes para o PNG; 2.3.Como avalia às infra-estruturas de apoio à actividade turística;
		- Saber a concordância em relação à inclusão dos pilares do desenvolvimento económico, conservação da natureza e partilha de rendimentos no conceito de desenvolvimento sustentável. - Saber se o TN contribui para a sustentabilidade económica do PNG. - Saber se o TN contribui para a sustentabilidade socio-cultural do PNG.		3.1. Concorda que o conceito de desenvolvimento sustentável deva incorporar os pilares do desenvolvimento económico, a conservação da natureza e a preservação da cultura e valores das comunidades; 3.2. O turismo de natureza contribui para a sustentabilidade económica do PNG nas categorias indicadas; 3.3. O turismo de natureza

3	Auferir a estratégia actual de desenvolvimento sustentável	- Saber se o TN contribui para a sustentabilidade ambiental do PNG. - Verificar se os factores abaixo indicados são compatíveis com o actual nível de desenvolvimento turístico do PNG. - Saber a concordância quanto aos factores compatíveis que com o actual nível de desenvolvimento turístico do PNG; - Saber qual é o grau de importância que atribui às actividades, do ponto de vista de criação de receitas para o PNG - Saber qual é o grau de importância que atribui aos apoios prestados ao PNG por parte das entidades; - Saber se o PEDTM é uma mais-valia para o desenvolvimento turístico do PNG.	Avaliação do Turismo na Óptica do Desenvolvimento Sustentável	contribui para a sustentabilidade socio-cultural do PNG nas categorias abaixo indicadas; 3.4. O turismo de natureza contribui para a sustentabilidade ambiental do PNG nas categorias abaixo indicadas; 3.5. Concorda que os factores abaixo indicados são compatíveis com o actual nível de desenvolvimento turístico do PNG; 3.6. Qual é grau de importância que atribui às actividades abaixo indicadas, do ponto de vista de criação de receitas para o PNG; 3.7. Qual é o grau de importância que atribui aos apoios prestados ao PNG por parte das entidades abaixo indicadas; 3.8 Considera o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM) uma mais-valia para o desenvolvimento turístico do PNG.
4	Delinear uma estratégia de implementação do Turismo de Natureza no Parque Nacional da Gorongosa	- Saber qual é o grau de importância atribuído as motivações que levam os visitantes a aderirem às actividades ligadas ao TN do PNG; - Saber qual é o grau de importância das unidades de alojamento relacionadas com o TN, numa perspectiva de satisfação da procura por parte dos visitantes do PNG; - Saber qual é o grau de importância das actividades relacionadas com o TN, numa perspectiva de atracção dos visitantes para o PNG.	Estratégia de Operacionalização do Turismo de Natureza no PNG	4.1. Qual é o grau de importância que atribui as motivações que levam os visitantes a aderirem às actividades ligadas ao Turismo de Natureza do PNG; 4.2. Qual é o grau de importância das unidades de alojamento relacionadas com o Turismo de Natureza, numa perspectiva de satisfação da procura por parte dos visitantes do PNG; 4.3. Qual é o grau de importância das actividades relacionadas com o Turismo de Natureza, numa perspectiva de atracção dos visitantes para o PNG.

Fonte: Elaboração própria

MOTIVAÇÕES

A chamada “guerra dos 16 anos” entre a Frelimo e a Renamo contribuiu para a destruição do Parque Nacional da Gorongosa e conseqüentemente para a decadência do turismo naquela área protegida. Este flagelo concorreu de certa forma para a escassez de material bibliográfico sobre o turismo no Parque.

Por este motivo, a escolha do presente tema resultou da consulta de trabalhos pertinentes sobre o turismo de natureza, e pelo interesse especial por questões ligadas à conservação da natureza como é o caso do ambicioso projecto de restauração actualmente em curso no Parque Nacional da Gorongosa que visa restaurar a Serra, promover o turismo e contribuir para o bem-estar das comunidades locais.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes, antecidas pela *Introdução*, onde procura-se efectuar a apresentação do tema, os objectivos do estudo, a metodologia de pesquisa adoptada e as motivações que contribuíram para a escolha do tema.

A primeira parte encontra-se repartida em seis capítulos, constituídos pelos seguintes temas: *A Relação do Homem com a Natureza, a Problemática Ambiental, a Caracterização Contextual do Turismo, a Organização da Actividade Turística em Moçambique, a definição do Turismo de Natureza e Ecoturismo* e o capítulo correspondente ao *Turismo e Áreas Protegidas*.

Esta secção visa essencialmente introduzir o tema a ser estudado, bem como efectuar a revisão da literatura de um conjunto de conceitos relacionados com a temática em estudo.

A segunda parte do trabalho centra-se na investigação em si e reparte-se em três capítulos, constituídos pela *Caracterização da Área em Estudo, o Turismo de Natureza no Parque Nacional da Gorongosa* e a *Apresentação, Interpretação e Discussão dos Resultados*.

Por fim, encontra-se a conclusão do trabalho de investigação, onde é apresentada uma síntese do tema abordado, procurando apresentar as principais contribuições do trabalho, a metodologia adoptada bem como os resultados da investigação, deixando em aberto as novas linhas de investigação que possam surgir em resultado da realização deste estudo.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

O início da investigação consistiu na escolha de um tema de interesse e numa pergunta de partida capaz de orientar todo o projecto de investigação, para tal, procedeu-se à revisão da literatura indispensável não só para uma correcta definição do problema, mas também para se ter uma ideia precisa sobre o estado actual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e contribuição da investigação para o desenvolvimento do saber (Burns e Grove, 2003).

Com a revisão da literatura procura-se reunir a contribuição dos diversos autores sobre a temática em estudo bem como elaborar uma resenha crítica de um conjunto de publicações relacionadas com a mesma.

CAPÍTULO I – A RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA

1. PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

Antes de abordar o tema deste trabalho, houve a preocupação de criar uma linha condutora que permitisse perceber do ponto de vista antropológico a evolução da relação do homem com a natureza desde os primórdios até os dias de hoje, de forma a compreender a génese da preocupação com a preservação do meio ambiente que se assiste nos dias de hoje.

Neste contexto, importa referir que, antes da invenção da escrita, não existiam registos que permitiam determinar a relação do Homem com natureza, o que se deve talvez ao facto de não existir naquele período uma separação do Homem e da natureza, sendo ambos encarados como um todo. Actualmente existe uma inquietação por parte dos

historiadores em compreender as relações existentes entre o homem e o seu meio natural.

Desde a origem dos primeiros seres humanos (australopitecos) até ao surgimento do homem actual (homo sapiens) que o Homem depende inteiramente da natureza para a sua sobrevivência.

Os australopitecos dedicavam-se ao fabrico dos utensílios rudimentares e dependiam essencialmente da caça de pequenos animais e da recolha de frutos e raízes para a sua alimentação. Entretanto com o passar do tempo o Homem foi evoluindo, descobriu o fogo e passou a dominar as técnicas que lhe permitiam não só fabricar instrumentos mais eficientes como também praticar a caça, a pesca e a recollecção.

À medida que o Homem foi evoluindo o seu *modus operandi*, foi de igual modo se alterando. Transformando-se em produtor, o que permitiu não só dedicar-se a pecuária como também à agricultura, actividade que exigia a presença constante junto das áreas de cultivo. Desta forma o homem deixou de ser nómada e tornou-se sedentário, o que originou o aparecimento das primeiras aldeias.

Com o aparecimento de novas aldeias ao longo dos anos, verificou-se um crescimento demográfico e a conquista de novos territórios. Com o passar do tempo, as sociedades foram evoluindo foi também se verificando um desenvolvimento resultante dos processos industriais criados pelo Homem.

O conflito Homem-natureza surge em resultado desses processos industriais, responsáveis não só pelo desenvolvimento económico, criação de emprego, melhoria da qualidade de vida mas também pela destruição da sua própria fonte de sobrevivência.

Após várias décadas de utilização irracional dos recursos, o homem começa a ter consciência dos danos que tem vindo a causar ao meio ambiente e como resultado vários movimentos foram surgindo no sentido de despertar as nações para uma consciência ambiental que tenha como base a gestão racional dos recursos naturais.

CAPÍTULO II – A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1. Desenvolvimento Sustentável: Origem e Evolução do Conceito

Nos últimos anos tem-se assistido a uma crescente preocupação do homem com o meio ambiente, levando-o a redefinir as suas prioridades e a adoptar uma nova filosofia de actuação “fazer mais com menos recursos”. Contudo, no início a preocupação era meramente económica, ou seja, as sociedades possuíam um modelo desenvolvimento onde não havia lugar para um equilíbrio entre o homem e a natureza, mas sim para a produção em massa e criação de riqueza.

Como resultado do modelo adoptado, foram surgindo efeitos negativos que se refletiram sobre o ambiente e na qualidade de vida do próprio homem. Só assim, surgiu o despertar para uma nova consciência de que o desenvolvimento tinha que ser de base sustentável, com vista a respeitar não só os interesses do homem mas também preservar o meio ambiente.

Neste sentido Véron (1995, p.88), afirma que “ *a pobreza das nações, tal com a sua riqueza, constitui uma ameaça para o ambiente, (...) se nada for feito, se um novo modelo de desenvolvimento não for inventado, a humanidade corre para a sua própria perda*”.

A temática do desenvolvimento sustentável não é recente, entretanto, no final dos anos 60 e início dos anos 70 surgiram as primeiras discussões em torno deste tema. Em nome do desenvolvimento sustentável foram realizadas várias conferências no sentido de criar directrizes para a sua implementação.

Como resultado da preocupação com a degradação do ambiente, em 1972, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, marcada pela divergência de opiniões entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, onde os países desenvolvidos propunham a criação de um programa com a vista à preservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, bem como medidas de carácter preventivo de forma a evitar uma eventual catástrofe.

Em contrapartida, os países em desenvolvimento alegavam que se encontravam afectados por doenças, miséria, problemas de habitação e saneamento básico e que careciam urgentemente de se desenvolverem economicamente.

A Conferência de Estocolmo resultou na criação da Declaração de Estocolmo onde constam os princípios fundamentais para a preservação e melhoria do meio ambiente humano, assim como no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), responsável pelas acções de protecção do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi pela primeira vez utilizado em 1980 pela *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN) onde foi apresentado um documento intitulado *World Conservation Strategy*⁴.

Este documento fornece objectivos de conservação de grande importância para a gestão de recursos naturais, considerados essenciais para um desenvolvimento sustentável, dos quais se destacam: a manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas de suporte da vida; a preservação da diversidade genética e o uso sustentável das espécies e dos ecossistemas (*World Conservation Strategy*, 1980).

O desenvolvimento e a conservação desempenham um papel fundamental para a sobrevivência da espécie humana e para a gestão dos recursos naturais, quer para o benefício das gerações actuais como das futuras gerações.

A publicação da Estratégia Mundial de Conservação desencadeou uma discussão em torno do paradigma do desenvolvimento sustentável, que culminou com a sua definição no relatório “O Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento (1987), conhecido como Relatório Brundtland⁵.

De acordo com o Relatório Brundtland o desenvolvimento sustentável “é *aquela que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações*

⁴ A Estratégia Mundial de Conservação foi elaborada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o World Wildlife Fund (WWF), com a Food and Agriculture Organization (FAO) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

⁵ Documento criado dos anos 80 pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland.

futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, 1987).

Inicialmente o conceito do desenvolvimento sustentável era interpretado do ponto de vista do ambiente e dos recursos naturais, contudo, este relatório veio estabelecer uma nova perspectiva de desenvolvimento, orientado para questões ligadas à redução da pobreza, à melhoria do meio ambiente e à justiça social.

Desta forma, o Relatório Brundtland (1987) propõe um conjunto de medidas a serem adoptadas pelos países com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável, das medidas propostas destacam-se as seguintes:

- Limitação do crescimento demográfico;
- Satisfação das necessidades básicas (água, alimentação, saúde, educação, energia, habitação) a longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias que tornem possível a utilização de energias renováveis;
- Aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base na utilização de tecnologias com baixo impacte ambiental;
- Controlo da urbanização desordenada e maior integração entre o campo e as pequenas cidades.

A Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento foi a responsável pela difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que desde a sua publicação até aos dias de hoje tem-se intensificado pesquisas e debates em torno deste tema.

Dresner (2002) afirma que *“a crescente utilização do conceito nos discursos políticos tem suscitado alguma desconfiança por parte de alguns ambientalistas, de que este conceito possa não ter qualquer significado ou conteúdo”*.

Por diversas vezes o termo desenvolvimento é utilizado na esfera política para destacar o crescimento económico. Ora vejamos, o crescimento económico é medido pelo PIB (Produto Interno Bruto) que na realidade não contribui para a distribuição equitativa da riqueza e muito menos para a qualidade de vida da população. Por lado, o desenvolvimento espelha a evolução em termos económicos, sociais, culturais, políticos e ambientais.

Esta confusão de conceitos leva os ambientalistas a acreditarem que o desenvolvimento sustentável trata-se de uma contradição de conceitos que serve apenas para ocultar a real devastação do meio ambiente.

Por outro lado, alguns economistas defendem que a excessiva preocupação com a destruição dos recursos naturais poderá sacrificar o crescimento económico. Já os apologistas do desenvolvimento sustentável afirmam que não se trata apenas de um conceito sem conteúdo, que como alguns ideais causa divergências, mas que é importante que debates em torno deste tema continuem.

É neste sentido que em 1992, teve lugar no Rio de Janeiro, a Conferência Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulada Cimeira da Terra, também conhecida como Conferência do Rio ou Eco 92, que resultou na elaboração de dois importantes documentos, a Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21.

Procurando dar seguimento à Declaração de Estocolmo, a Declaração do Rio (1992) foi criada com o intuito de *“estabelecer uma aliança global equitativa, através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, sectores sociais estratégicos e populações, tendo em vista acordos internacionais que garantam o respeito pelos interesses de todos e protejam a integridade ambiental e do desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra”*.

Por sua vez, a Agenda 21 consiste num programa de acção para o século XXI que resulta da cooperação entre os governos e as várias instituições da sociedade civil, concebido na tentativa de promover a protecção do meio ambiente e o desenvolvimento económico. A sua execução deverá ter em conta a realidade dos diferentes países e regiões.

A Cimeira da Terra serviu de alerta para os perigos do actual modelo de desenvolvimento, assim, os problemas ambientais passaram a fazer parte dos discursos da maior parte dos governos a nível mundial.

Em 1997, realizava-se a Assembleia Especial das Nações Unidas (Rio + 5) que procurou revigorar o programa da Agenda 21, uma vez que não consideraram cumpridas as metas estabelecidas na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento.

A temática do desenvolvimento sustentável foi igualmente abordada em 2000 na Cimeira do Milénio, onde foi aprovada a Declaração do Milénio das Nações Unidas, que espelha as inquietações dos Chefes de Estado e de Governo assim como dos países que participaram nesta reunião⁶.

A Declaração do Milénio, volta a afirmar a responsabilidade colectiva de apoiar os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade a nível global, estabelecendo para tal, metas concretas (*Millenium Development Goals*) que pretendem contribuir para inverter a tendência de degradação do ambiente e de insustentabilidade das condições de vida em grande parte do planeta⁷.

Na Cimeira do Milénio foram definidos os objectivos do milénio a serem alcançados até 2015, tais como: reduzir para a metade a percentagem de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, facultar o acesso à educação e água potável para todos, reduzir a propagação do VIH/SIDA e da taxa de mortalidade materna e infantil, promover a igualdade entre os sexos, entre outros objectivos associados ao desenvolvimento.

Mas será que nos encontramos no caminho correcto para o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015?

O Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (2011) indica que foram alcançados alguns sucessos no domínio do desenvolvimento, e que estes se devem ao crescimento económico contínuo em países em desenvolvimento e aos esforços direccionados às áreas críticas dos ODM, como é o caso da saúde.

⁶ A Cimeira do Milénio foi a maior reunião já realizada com dirigentes mundiais, na qual participaram 147 Chefes de Estado e de Governo e 191 países.

⁷ Organização das Nações Unidas [ONU]. 2000. *Declaração do Milénio das Nações Unidas*. Disponível em www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf. Acedido em 21 de Fevereiro de 2012.

Um aspecto positivo a assinalar é o aumento do financiamento nas várias áreas, o que permitiu o aumento de programas importantes como o tratamento de pessoas que vivem com o VIH/SIDA.

De acordo com Ban Ki-moon (Secretário-geral das Nações Unidas) para atingir os ODM, é necessário um crescimento que esteja ao alcance de todos e que permita que especialmente os mais pobres e marginalizados possam beneficiar-se de oportunidades económicas.

Dois anos após a Cimeira do Milénio, em 2002, teve lugar em Joanesburgo a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) – procurou-se efectuar um balanço dez anos após a realização da Cimeira da Terra, dar seguimento aos trabalhos iniciados em 1992 e criar iniciativas com vista a alcançar as metas estabelecidas na Cimeira do Milénio.

Apesar do optimismo em relação ao desfecho desta Cimeira, diversas organizações não-governamentais a nível mundial apontaram a Conferência como um autêntico fracasso. Charles Secrett⁸ considerou-a como “o pior acordo político que o mundo viu em décadas”.

Entretanto, nem todos possuem a mesma opinião, Kofi Annann, Secretário-geral das Nações Unidas naquela altura, afirmou que a cimeira “ *colocar-nos-ia num caminho com vista à redução da pobreza ao mesmo tempo que garantia a protecção do ambiente, caminho este que inclui todas as pessoas, ricas e pobres, hoje e amanhã*” (Quental, 2002).

O autor Soromenho-Marques (2005, p.14) efectuou uma análise comparativa do desempenho das três grandes cimeiras (Estocolmo, 1972; Rio, 1992; Joanesburgo, 2002) e verificou que a Cimeira de Joanesburgo ficou muito além das expectativas em relação às outras cimeiras.

Ainda no âmbito do desenvolvimento sustentável, vinte anos após a realização da Cimeira Rio92 (responsável pela criação da Agenda 21), teve lugar no mês de Junho de 2012 a Cimeira Rio+20 organizada pelas Nações Unidas, na qual participaram mais de cem líderes mundiais e diversas organizações. Esta cimeira visava efectuar um balanço

⁸ Director dos Amigos da Terra, uma prestigiada organização ambientalista internacional.

em torno do desenvolvimento sustentável bem como renovar os compromissos políticos assumidos com base na avaliação das decisões tomadas em cimeiras anteriores.

A Rio+20 culminou com a apresentação de um documento final intitulado “O Futuro que Queremos” no qual foram apresentados dois temas essenciais: a Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza e o Quadro Institucional necessário para o Desenvolvimento Sustentável.

Sobre a *Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza*, importa dizer que não existe ainda uma definição consensual sobre a economia verde, portanto, o termo é suscetível de múltiplas interpretações.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2011) define economia verde como *“aquela que resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e na igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”*⁹.

Por outras palavras, a economia verde é um conceito baseado na baixa emissão de carbono, eficiência dos recursos e na inclusão social. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no seu relatório intitulado “Rumo a uma economia verde”, identificou dez sectores fundamentais que carecem de investimento visando a adopção de práticas mais sustentáveis, sem pôr em causa o desenvolvimento económico. Os sectores fundamentais para investimentos prioritários são: agricultura, água, florestas, pescas, energias renováveis, turismo, indústrias, transportes, construção civil e gestão de lixo.

Este tema foi alvo de diversas discussões e falta de entendimento por parte de alguns participantes da conferência, uma vez que a adopção da chamada economia verde implicaria investimento em tecnologia sustentável, o que tornaria os países com menos recursos mais dependentes ainda dos mais ricos.

Outra questão que se coloca é que alguns movimentos sociais e investigadores ligados ao meio ambiente e desenvolvimento consideram que o conceito de desenvolvimento sustentável foi alvo de uma banalização que deu lugar a prática puramente capitalista.

⁹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA]. 2011. *Rumo a uma Economia Verde*. Disponível em <http://www.unep.org/greeneconomy>. Acedido em 13 de Julho de 2012.

Acredita-se ainda que apenas os países mais ricos terão condições para adoptar este novo modelo económico, que servirá apenas para alastrar a pobreza. Contudo, o relatório do PNUMA procurou contrariar estas crenças afirmando que a economia verde não substitui o conceito de desenvolvimento sustentável, que trata-se apenas um mecanismo para alcançar a sustentabilidade.

Mas para tal, é necessário a criação de políticas governamentais concretas e aplicáveis na realidade, é neste sentido, que o relatório fornece as bases necessárias para se efectuar a transição para a economia verde, dando exemplos de países em vias de desenvolvimento que estão mudando de forma gradual.

Em relação ao *Quadro institucional necessário para o desenvolvimento sustentável*, as discussões em torno deste tema visavam garantir a eficácia e uma boa coordenação entre as diversas instituições da ONU de forma a organizar programas voltados para o desenvolvimento económico, bem-estar social e protecção do meio ambiente. Para tal, foi proposta a criação de uma Organização Mundial de Sustentabilidade, voltada para a execução dos planos mundiais sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como para o julgamento de questões ligadas ao ambiente.

À semelhança da Cimeira do Milénio, a Rio+20 causou um descontentamento a diversas Organizações Não-governamentais (ONG's), sendo classificada como um autêntico fracasso para uns, e um sucesso para outros.

Para Kumi Naidoo, diretor-geral da Greenpeace¹⁰, a conferência foi um autêntico fracasso, pois não possuía objectivos específicos, não fazia menção a problemas relacionados com mudanças climáticas, perda da biodiversidade e desflorestamento.

Por seu turno, Marcelo Furtado, diretor-executivo da Greenpeace Brasil, afirmou que “os grandes interesses da indústria de combustíveis fósseis falaram mais alto (...) e em comparação com conferências anteriores sobre o meio ambiente, a Rio+20 representou um retrocesso”¹¹.

¹⁰ Organização-não Governamental, ligada a questões relacionadas com a mudança de atitudes e comportamentos, conservação da natureza e promoção da paz.

¹¹ Almeida, 2012.

Contudo, as opiniões divergem um dia após classificar o documento final “O Futuro que Nós Queremos”, como sendo aquém das expectativas, porém, Ban Ki-moon afirmou que a sua aprovação constituiu um triunfo após vários meses de negociação e que o mesmo fornece uma base sólida para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Achim Steiner, diretor-executivo do PNUMA, também discordou das diversas opiniões que afirmaram tratar-se de um documento vazio e sem significado e afirmou que *“como nos livros de receita, o documento possui informações suficientes para colocarmos a mão na massa e continuarmos em busca de um novo contrato social, um novo modelo de desenvolvimento”*

A Cimeira Mundial de Desenvolvimento Sustentável gerou alguns aspectos positivos dos quais se destacam: a proposta para o lançamento dos objectivos do desenvolvimento sustentável, a substituição do PIB (Produto Interno Bruto) por um índice que espelhe a situação real dos países, a forte participação da sociedade civil, entre outros aspectos.

Quanto aos aspectos negativos, destacam-se os seguintes: a falta de ambição do documento “O Futuro que Nós Queremos”, a ausência dos principais líderes mundiais da China, Estados Unidos, Rússia e União Europeia e a falta de consenso relativamente à necessidade de criação de um novo quadro institucional que garanta a fiscalização e o cumprimento dos acordos sobre o ambiente.

Efetuando um balanço à Cimeira Rio+20 verifica-se que muitas organizações consideram o resultado pouco positivo, pois continuamos a assistir a sérios problemas ambientais, como o aquecimento global, destruição do ecossistema e desertificação. Esperava-se com esta conferência a tomada de decisões mais fortes e coerentes, em questões como o investimento em energias renováveis, a preservação dos oceanos, o auxílio aos países em vias de desenvolvimento, entre outras questões referidas anteriormente que esperava-se que tivessem o devido tratamento, mas que não passaram de meras intenções.

Perante estas reflexões, acreditamos que a busca pelo desenvolvimento sustentável é um processo contínuo, onde todos tem um papel a desempenhar. Os Governos possuem um papel crucial no processo de operacionalização do desenvolvimento sustentável, procurando promover a participação dos vários níveis do poder na definição de políticas

claras e na implementação de acções com vista a alcançar a sustentabilidade. Contudo, a operacionalização deste conceito não é apenas da responsabilidade dos Governos, mas sim de todos os intervenientes no processo (Governos, Organizações e Sociedade Civil) e mais do que a definição de políticas passa pela mudança de mentalidade e atitudes, caso contrário de nada adianta promover diversas discussões.

1.2. Conceito de Turismo Sustentável

A conservação da natureza e a gestão dos recursos naturais e culturais são vitais para a actividade turística, uma vez que constituem a base da oferta turística que dá resposta as diferentes motivações. O desenvolvimento do turismo não pode ser levado a cabo sem respeitar os princípios e os objectivos do desenvolvimento sustentável. Assim, a actividade turística deve processar-se numa base sustentável através do respeito pelas necessidades sociais, económicas e ambientais.

Embora o conceito de desenvolvimento sustentável fosse inicialmente associado ao ambiente, nos dias de hoje, este é encarado como um conceito mais amplo que integra de igual modo os aspectos económicos e socioculturais.

A discussão sobre o turismo sustentável resultou do conceito de desenvolvimento sustentável, embora alguns autores defendam que o turismo sustentável já existisse muito antes da disseminação da abordagem do desenvolvimento sustentável.

Em 1992, surge o debate em torno da sustentabilidade do turismo, levado a cabo pela *World Wide Found* e pelo *Tourism Concern*, que resultou na criação dos princípios do turismo sustentável, abaixo indicados:

1. A utilização sustentável dos recursos naturais, sociais e culturais;
2. A redução do consumo excessivo e do desperdício;
3. A manutenção e promoção da diversidade natural, cultural e social;
4. A integração do turismo nos vários níveis da estrutura do planeamento;

5. O suporte da economia local;
6. O envolvimento das comunidades locais;
7. O envolvimento dos stakeholders na actividade turística;
8. A formação profissional;
9. A adopção de uma Estratégia de *marketing*;
10. A investigação que é essencial para a actividade turística.

Na perspectiva de Bramwell e Lane (1993), o turismo sustentável é *“uma abordagem criada com vista a reduzir tensões criadas pela complexidade de interações entre a actividade turística, os visitantes, o ambiente e a comunidade local”*.

A Organização Mundial do Turismo (1998), citado por Careto e Rosário (2006, p. 51) define o turismo sustentável como *“aquele que satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões receptoras no presente, ao mesmo tempo que protege e assegura a mesma oportunidade para o futuro, através da gestão de recursos, na medida em que possam ser satisfeitas as necessidades económicas, sociais e estéticas, preservando de igual modo a integridade cultural, os processos ecológicos, a biodiversidade e os sistemas de suporte à vida”*.

Assim, de acordo com a OMT, citado por Cunha (2006), a sustentabilidade do turismo deve ser entendida tendo em conta três princípios fundamentais:

- a) *“Sustentabilidade ecológica: procura assegurar a compatibilidade entre o desenvolvimento económico, a manutenção dos processos biológicos essenciais, a biodiversidade e os recursos biológicos (princípio da precaução).*
- b) *Sustentabilidade social e cultural: procura assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a cultura e os valores das comunidades afectadas, que mantenha e fortaleça a identidade destas (princípio da participação).*
- c) *Sustentabilidade económica: assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficiente e que os recursos são geridos de tal forma que garantam a sua utilização pelas gerações futuras (princípio da solidariedade) ”.*

Ruschmann (2008) por sua vez afirma que *“o turismo sustentável pressupõe a existência de turistas mais responsáveis, que interajam de forma equilibrada com as comunidades de acolhimento no âmbito cultural, social e ambiental”*.

Embora o conceito de turismo sustentável seja amplamente divulgado, alguns autores defendem que existe uma relação de conflito entre os termos “turismo” e “sustentabilidade”, pois o turismo é uma actividade que por si só estimula a produção e o consumo e necessita de um conjunto de infra-estruturas e estruturas, desde estradas, aeroportos, hotéis, restaurantes e outros elementos necessários para que ela decorra. É neste sentido que Rodrigues (2002, p.49) afirma que *“a actividade turística é, na própria essência, incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável”*.

A mesma crítica aplica-se aos princípios do turismo sustentável estabelecidos pela *World Wide Found* e pelo *Tourism Concern*, que parecem medidas simples mas que na realidade necessitam de instrumentos que facilitem a sua aplicação prática.

Tendo em vista a operacionalização deste conceito foram criados alguns instrumentos tais como a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, a Carta do Turismo Sustentável e o Código Mundial de Ética do Turismo.

A Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo é um documento publicado em 1993, pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em parceria com a Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e o Conselho da Terra, com o intuito de desenvolver o turismo com base no conceito de desenvolvimento sustentável.

Além de definir as áreas prioritárias de acção, este documento enfatiza a importância das parcerias entre os governos, os agentes do turismo e outras organizações não-governamentais. Aponta ainda as vantagens de transformar o turismo numa actividade sustentável.

Dois anos mais tarde foi criada a Carta do Turismo Sustentável (Declaração de Lanzarote). Este documento é dirigido à comunidade internacional, em especial aos governos, as entidades públicas, privadas, aos profissionais do turismo e as instituições relacionadas com o turismo. A Carta do Turismo Sustentável recomenda a criação de planos de acção urgentes de acordo com dezoito princípios criados com vista a alcançar o turismo sustentável.

Ainda no âmbito da operacionalização do turismo sustentável, em 1999 foi criado o Código Mundial de Ética do Turismo. Este documento é constituído por dez princípios e a sua elaboração foi inspirada em várias declarações e códigos profissionais, vem acrescentar contribuições ao novo modelo de desenvolvimento numa sociedade em mudança. Tem como objectivo minimizar os impactos negativos causados pelo turismo a natureza e ao património cultural, ao mesmo tempo que maximiza os benefícios para as comunidades receptoras.

Não obstante terem sido criados instrumentos para operacionalização do turismo sustentável, ainda assim a sua aplicação é bastante complexa, uma vez que o turismo sustentável requer a adopção de um planeamento adequado que permita acrescentar valor aos destinos ao mesmo tempo que proporciona benefícios aos diversos actores e minimiza os efeitos negativos.

Apesar do reconhecimento mundial da importância do desenvolvimento de um turismo sustentável, Moçambique tem um longo caminho a percorrer, no Parque Nacional da Gorongosa têm sido dado os primeiros passos com vista a mudar esta realidade.

Contudo, é importante que sejam desenvolvidos estudos académicos em Moçambique e que o Estado incentive a prática do turismo sustentável através da criação de um programa de acção que inclua os diversos actores.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL DO TURISMO

1. CONCEITUALIZAÇÃO DE TURISMO, TURISTA E VISITANTE DO DIA

1.1. Definição de Turismo

As palavras turismo e turista são frequentemente associadas a férias, lazer, descanso ou viagens cuja motivação se relaciona com a busca de actividades que permitam escapar da rotina diária. É neste sentido que no decorrer dos anos, tem surgido diferentes contribuições na tentativa definir o turismo. As primeiras definições do turismo surgiram em 1910 com o austríaco Herman Von Schullern, segundo o qual *“o turismo é a soma total das operações, principalmente de natureza económica, que estão directamente relacionadas com a entrada, estadia ou o movimento de estrangeiros dentro de um determinado país, cidade ou região”* (Gilbert, 1990). Esta definição destaca apenas os aspectos económicos e restringe o turismo aos estrangeiros, uma vez que naquela altura eram vistos apenas como viajantes.

Os professores Hunziker e Krapf (1942) estabeleceram uma definição mais elaborada merecedora de aceitação por parte da *Association Internationale des Experts Scientifiques du Tourisme* (AIEST), na qual definiram o turismo *“é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária”*¹². Este conceito coloca em evidência elementos como a deslocação para um local distinto da residência habitual e a obtenção de uma remuneração (desde que não seja o propósito principal da viagem), porém não determina a natureza das relações e fenómenos apresentados na definição, levando a crer que podem ser tanto de natureza económica como social.

A definição considerada mais esclarecedora foi apresentada por Mathieson e Wall (1982), considerando turismo como *“o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as actividades desenvolvidas durante a permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas*

¹² Cunha, 2006, p.19.

necessidades”. Além de incluir as deslocações de pessoas e as relações criadas nos lugares visitados, esta definição abrange ainda a oferta e a procura.

Por seu turno, a OMT (1999) deu a conhecer a definição oficial segundo a qual *“o turismo compreende as actividades desenvolvidas por indivíduos no decurso das suas viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano para fins recreativos, de negócios e outros”*.

Apesar da versão oficial apresentada pela Organização Mundial do Turismo, as discussões em torno do turismo estão longe de terminar e é com o intuito de encontrar uma definição consensual que alguns autores optaram por explorar o conceito segundo a procura e a oferta.

Do lado da procura, pode-se considerar que *“o turismo abrange todas as deslocações de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que dêem origem a consumos, durante a sua deslocação e permanência temporária fora do seu ambiente habitual, de valor superior ao rendimento que, eventualmente auferiram em locais visitados”* (Cunha, 2006, p. 21).

Desta forma o turismo transfere o poder de compra através da deslocação de pessoas, na medida em que os rendimentos obtidos nos locais de residência são posteriormente utilizados em outros locais para a obtenção bens e serviços. Pode-se então afirmar que não são classificadas como turísticas, o conjunto de actividades que se destinem principalmente aos residentes ou a pessoas que se deslocam para locais com o intuito de exercerem uma profissão.

Do lado da oferta, *“o turismo pode ser encarado como o conjunto de lugares, organizações, empresas, profissões e relações que se combinam para satisfazer as necessidades decorrentes das viagens temporárias.”*¹³

As pessoas deslocam-se para locais onde existem uma série de atractivos capazes de satisfazer as suas necessidades e motivações, mas para que tal aconteça é necessário que estejam reunidas algumas condições.

¹³ Ibidem, p.22.

Como podemos concluir, o turismo não é um fenómeno isolado, dependente apenas de atractivos. É antes, um fenómeno que integra várias componentes, pois, não basta que os visitantes se sintam atraídos pelos recursos turísticos de uma determinada região, é antes de mais necessário que haja um conjunto de infra-estruturas básicas (fornecimento de água, electricidade, comunicações, acessos, saneamento básico) e estruturas (alojamento, restauração, transporte, centros de congresso) capazes de assegurar o seu desenvolvimento.

O turismo é um fenómeno complexo e interage com os diversos sectores da economia o que contribui para a diversidade de interpretações adoptadas pelos investigadores tendo em conta as diferentes áreas de estudo.

Posto isto importa referir, que apesar das várias contribuições na tentativa de definir o turismo, a definição que prevalece é a da OMT, na qualidade de Organização Mundial do Turismo.

1.2. Definição de Turista e Visitante do Dia

Com a discussão em torno do turismo surgiu também a necessidade de se encontrar uma definição para o conceito de turista. O termo turista surgiu na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII.

A palavra era aplicada aos jovens da classe alta que se deslocavam ao continente para concluírem os estudos. Este acontecimento era designado de “*Grand Tour*”, passando mais tarde a designar de “*Tourists*” quem efetuasse estas viagens.

Posteriormente em 1854, foi adoptada a palavra “*Touriste*” por Stendhal na sua publicação “*Mémoires d’un Touristes*”, sendo utilizada para designar pessoas que viajavam por prazer.

À medida que o tempo foi passando o termo foi evoluindo, passando então a incluir pessoas que viajavam com o intuito de descansar, divertir-se ou conhecer outros locais, contudo, nem todas as pessoas que viajavam pelos diversos motivos poderiam ser consideradas turistas.

Assim como acontece no turismo, definir o conceito de turista não tem sido fácil, uma vez que inclui realidades distintas e embora possam gerar fenómenos idênticos nem sempre produzem os mesmos resultados.

O primeiro esforço para definir o termo, surgiu em 1937, quando a Comissão Económica da Sociedade das Nações (SDN) designou de turista *“qualquer pessoa que viaja por um período igual ou superior a 24 horas para um país que não seja o da sua residência habitual”*.

Contudo, esta definição não incluía a remuneração, assim sendo, o conceito foi agrupado em duas categorias: os turistas e os não turistas. Considerando turistas as pessoas que efectuavam uma viagem por razões familiares, de saúde, religiosas, negócios, missões, reuniões, assim como os visitantes de cruzeiros marítimos ainda que o tempo de permanência fosse inferior a 24 horas.

Não sendo consideradas turistas: as pessoas que tendo ou não um contrato de trabalho se deslocassem a um país com o intuito de preencher uma vaga de trabalho ou exercer uma actividade profissional; as pessoas que estabelecessem a sua residência no país; estudantes ou jovens que residissem em estabelecimentos de ensino e viajantes em trânsito sem paragem no país.

Esta definição ampliou aquilo que era antes o conceito inicial de turista, mas ainda assim as tentativas para definir o termo prosseguiram, até que em 1963, na Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e Viagens Internacionais, foi proposto termo “visitante”, que de acordo com a Organização das Nações Unidas (1993), se refere *“a toda a pessoa que se desloca para um local que não seja a sua residência habitual, por um período inferior a um ano consecutivo e cujo motivo principal da visita não seja o de exercer uma actividade remunerada no local visitado”*¹⁴

Este termo inclui duas categorias: turistas e excursionistas. Sendo considerado turista, *“todo o visitante que permanece no mínimo uma noite num estabelecimento de alojamento colectivo ou alojamento privado no local visitado”*¹⁵

¹⁴ Cunha, 2006, p. 24.

¹⁵ Ibidem, p. 25.

E o visitante de dia/excursionista que diz respeito à *“todo o visitante que não permaneça uma noite no destino visitado.”*¹⁶

1.3. As Actividades que Enquadram o Turismo

O turismo estabelece relações com a maior parte das actividades humanas e com os diversos sectores da economia, exercendo uma certa influência ao mesmo tempo que é influenciado. Antes e durante a realização de uma viagem o homem depara-se com um conjunto de necessidades de ordem física, psicológica, profissional, cultural e social que precisam ser satisfeitas e o turismo procura satisfazer a multiplicidade dessas necessidades.

Assim sendo, não é fácil identificar os contornos do turismo visto que além de incluir uma variedade de actividades essenciais à satisfação dos turistas, é difícil identificar no seio das actividades produtivas as que são de natureza turística, bem como perceber qual é a função desempenhada pelos factores não produtivos no sucesso dos destinos turísticos (hospitalidade, segurança, tradições).

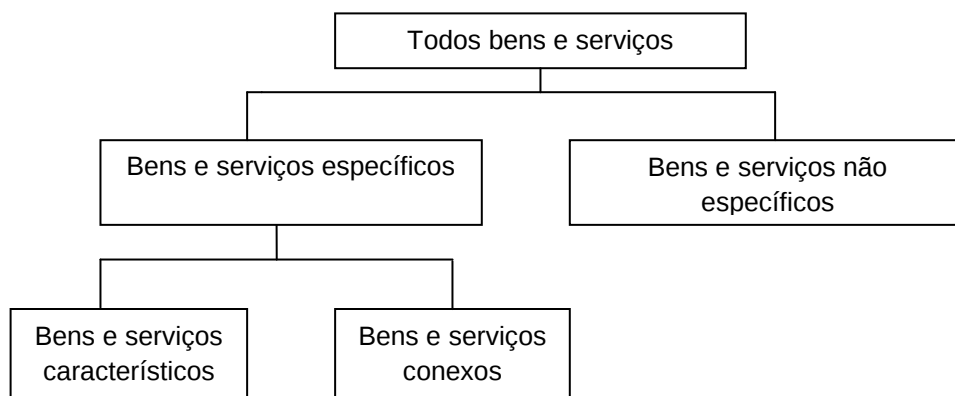
De acordo com Cunha (2006, p. 313), as actividades turísticas podem ser classificadas em *“actividade características do turismo e em não características ou conexas, sendo que as primeiras incluem as actividades que se destinam apenas à satisfação das necessidades de turistas ou são influenciadas pelos turistas devido à sua importância (transportes, agências de viagens, alojamento, restauração e bebidas, serviços de animação). Por seu turno, as actividades não características ou conexas destinam-se maioritariamente aos residentes, mas são também consumidas pelos turistas, como é o caso dos supermercados, comércio e teatro”*.

Assim, os produtos consumidos pelos turistas, isto é, os específicos do turismo, são repartidos da seguinte forma:

¹⁶ Idem, Ibidem.

- “*Produtos característicos do turismo são os que dependem significativamente da procura turística, ou seja, deixariam de existir ou o consumo diminuiria em caso de ausência da actividade turística;*
- *Produtos conexos do turismo são os que são utilizados com maior frequência pelos residentes, mas que são igualmente consumidos pelos visitantes embora em quantidades significativas*”¹⁷.

Figura nº 1 - Classificação dos Produtos Turísticos



Fonte: Organização Mundial do Turismo [OMT] (1999), *Guide for Local Authorities on Development Sustainable Tourism*.

Posto isto, pode-se afirmar que os produtos característicos do turismo devem satisfazer as seguintes condições: representar uma boa parte do consumo dos turistas (exemplo dos transportes aéreos); a oferta deve direccionar-se na sua maioria aos turistas (exemplo: hotelaria) e o produto deve servir para a satisfazer a procura turística.

Nem sempre é possível distinguir as actividades características do turismo das conexas uma vez que nem sempre as actividades consideradas características fornecem na totalidade a sua produção aos turistas e, por outro lado, a designação de característica do turismo é aplicada de acordo com a realidade de cada país.

De forma a estabelecer a distinção entre as actividades características do turismo e não características a OMT identificou os produtos específicos e não específicos do turismo, como podemos visualizar no quadro a seguir.

¹⁷ OMT, 1999, p. 10-40.

Quadro nº 2 - Produtos do Turismo

➤ **Produtos específicos**

Produtos característicos

a) Alojamento

- Hotéis e similares
- Residências secundárias por conta própria ou gratuitas

b) Restauração e Bebidas

c) Transportes de passageiros

- Transporte ferroviário interurbano; Transporte rodoviário; Transporte marítimo; Transporte aéreo;
- Serviços auxiliares de transporte; Aluguer de equipamentos de transporte; Serviços de manutenção e reparação

d) Agências de viagens, operadores e guias turísticos

- Agências de viagens; Operadores turísticos; Informação turística e guia

e) Serviços culturais

- Artes (espetáculos); Museus e outros serviços culturais

f) Recreação e lazer

- Serviços desportivos e recreativos
- Outros serviços de recreação e lazer

g) Outros serviços de turismo

- Serviços financeiros
- Serviços de aluguer de bens
- Outros serviços de turismo

Produtos conexos (serviços de transporte, circuitos em aeronaves, exploração de auto-estradas, manutenção física e sauna, venda a retalho, serviços de tradução e interpretação, entre outros)

➤ **Produtos não específicos**

Fonte: OMT (1999), Conta Satélite do Turismo, in Cunha (2006).

2. AS ESTATÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

TURISMO INTERNACIONAL

Com base nas estatísticas da OMT (agência especializada das Nações Unidas)¹⁸ é possível verificar que houve uma forte recuperação do turismo internacional em 2011, tendo sido registado 983 milhões de chegadas de turistas internacionais, um aumento de 4,6% em comparação com 2010, onde o aumento foi de 6,4% o que equivale a 940 milhões de chegadas.

Em 2011, as regiões da Europa, Ásia e Pacífico foram as primeiras a registar uma recuperação em relação as outras, com um aumento de 6%. Apesar do período de incerteza, em 2011, a Europa alcançou 504 milhões de chegadas internacionais

O Continente Europeu possui o maior número de receitas relativas as chegadas internacionais (45%), atingindo em 2011, um total de 463 bilhões de dólares (333 mil milhões de euros), o que representa um aumento de 5% em relação a 2010.

A Europa Mediterrânea registou um crescimento positivo, estimulado por países como a Grécia (+10%), Turquia (9%), Portugal (9%), Croácia (9%), Espanha (8%) e Itália (6%). Entretanto, países como San Marino (30%), a antiga República Jugoslávia da Macedónia (+25%), Sérvia (12%), Montenegro e Chipre (10%) registaram um crescimento na ordem dos dígitos.

No continente Americano as chegadas aumentaram para 157 milhões, o que representa um aumento de 4%. No que se refere as receitas, estas aumentaram de 180 para 199 bilhões de dólares.

Por seu turno, a América do Sul apresentou os melhores resultados em termos de procura Intra-regional, com as chegadas a alcançarem os 9%. Sendo que os países como o Uruguai (22%), Paraguai (13%), Peru (13%) e Chile (11%) apresentaram resultados positivos. O Brasil foi um dos países com um crescimento acelerado na ordem dos 30%.

¹⁸ OMT (2012) *Tourism Highlights*. Disponível em <http://mkt.unwto.org/en/publication/unwto-tourism-highlights-2012-edition>. Acedido em 9 de Novembro de 2012.

Em termos de chegadas, a América Central registou um crescimento de 5% acima da média, enquanto que na América do Norte a situação foi inversa, tendo sido registado um crescimento abaixo da média de 3%, sendo que os Estados Unidos obtiveram um crescimento mais sólido de 4%, em relação ao México (0,5%) e Canadá (-1%).

África registou um ligeiro aumento de 1% nas chegadas e 2% nas receitas, perfazendo 31 bilhões de dólares americanos. A África Subsaariana obteve dois milhões de chegadas (7%). De acordo com os dados, outros destinos apresentaram um desempenho positivo, nomeadamente Cabo Verde (+27%), Argélia (16%), Madagáscar (+15%), Reunião (+12%) e Seychelles (11%).

Em resultado das revoltas populares, o Médio Oriente registou um decréscimo de 5 milhões de chegadas internacionais em 2011, ou seja, menos 8%, como consequência as receitas foram de 46 bilhões de dólares.

Em quase todas regiões com excepção da Arábia Saudita, as chegadas reduziram significativamente, como é o caso da Síria (-41%), Egipto (-32%), Palestina (-15%) e Jordânia (-13%). Ao contrário de outras regiões, a Arábia Saudita teve um crescimento extraordinário de 60% em termos de chegadas internacionais, alcançando um total de 17 milhões de visitantes.

OS PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS DO MUNDO

De acordo com a tabela abaixo indicada, os países mais visitados pelos turistas internacionais entre 2010 e 2011, são os europeus, com a França a ocupar o primeiro lugar, tendo recebido 80 milhões de turistas em 2011.

Tabela nº 1 - Principais Destinos Turísticos do Mundo

Posição Mundial	País	Continente	Chegadas de Turistas Internacionais em 2010 (em milhões)	Chegadas de Turistas Internacionais em 2011 (em milhões)	Percentagem (%)
1	França	Europa	77,1	79,5	3,0%
2	Estados Unidos	América do Norte	59, 8	62,3	4,2%
3	China	Ásia	55,7	57,6	3,4%
4	Espanha	Europa	52,7	56,7	7,6%
5	Itália	Europa	43,6	46,1	5,7%
6	Turquia	Europa	27,0	29,3	8,7%
7	Reino Unido	Europa	28,3	29,2	3,2%
8	Alemanha	Europa	26,9	28,4	5,5%
9	Malásia	Ásia	24,6	24,7	0,6%
10	México	América do Norte	23,3	23,4	0,5%

Fonte: Adaptado da Organização Mundial do Turismo [OMT], 2012.

O quadro a seguir aponta para os dez primeiros países que mais arrecadaram receitas no turismo internacional, em 2010 e 2011, bem como os países emissores com mais despesas turísticas.

Quadro nº 3 - Receitas/Despesas do Turismo Internacional por País Receptor/Emissor

Receitas do Turismo Internacional por País Receptor				Despesas do Turismo Internacional por País Emissor			
Posição Mundial	País	2010 (milhões)	2011 (milhões)	Posição Mundial	País	2010 (bilhões)	2001 (bilhões)
1	Estados Unidos	103,5	116,3	1	Alemanha	78,1	84,3
2	Espanha	52,5	59,9	2	Estados Unidos	75,5	79,1
3	França	46,6	53,8	3	China	54,9	72,6
4	China	45,8	48,5	4	Reino Unido	50,0	50,6
5	Itália	38,8	43,0	5	França	38,5	41,7
6	Alemanha	34,7	38,8	6	Canadá	29,6	33,0
7	Reino Unido	32,4	35,9	7	Rússia	26,6	32,5
8	Austrália	29,8	31,4	8	Itália	27,1	28,7
9	Macao (China)	27,8	..	9	Japão	27,9	27,2
10	Hong Kong (China)	22,2	27,7	10	Austrália	22,2	26,9

Fonte: Adaptado da Organização Mundial do Turismo [OMT], 2012

De acordo com a OMT, em 2011 as receitas geradas pelo turismo internacional atingiram 1.030 bilhões de dólares (740 bilhões de euros) e em 2010 registou-se 927 bilhões de dólares (699 bilhões de euros).

Os Estados Unidos continuam a ocupar a primeira posição, tendo arrecadado 116 bilhões em receitas, entretanto, em termos de despesas a Alemanha e os Estados Unidos ocupam as primeiras posições com 84 e 79 bilhões respectivamente.

VISÃO DO TURISMO PARA 2030

De acordo a OMT estima-se que em 2030, cerca de 57% das chegadas internacionais serão provenientes de destinos com economia emergente. As regiões de África, Ásia, Oriente Médio, Europa Central, Oriental e Mediterrânea deverão registar um crescimento de mais de 4% ao ano, em comparação com a média mundial de cerca de 2,2%, entretanto, as regiões de África e Médio Oriente poderão registar um aumento de chegadas de 61 milhões para 149 milhões e de 50 para 134 milhões respectivamente.

O Continente Americano e a Europa poderão registar menor crescimento. A Europa continuará a contribuir nas chegadas internacionais, passando de 475 a 744 milhões e nas Américas o contributo passará de 150 a 248 milhões de chegadas.

A previsão aponta que em 2030, a Ásia e o Pacífico registarão um crescimento na ordem dos 4,9% ao ano, o que representa um aumento de 355 milhões para 535 milhões.

Quadro nº 4 - Chegadas de Turistas Internacionais por Região (milhões)

	Ano-base	Previsão		Taxa média de crescimento anual (%)			Partilha (%)	
	2010	2020	2030	2010-2030	2010-2020	2020-2030	2010	2030
Total	940	1,360	1,809	3,3	3,8	2,9	100	100
África	50,3	85	134	5,0	5,4	4,6	5,3	7,4
Américas	149,7	199	248	2,6	2,9	2,2	15,9	13,7
Ásia/Pacífico	240,0	355	535	4,9	5,7	4,2	21,7	29,6
Europa	475,3	620	744	2,3	2,7	1,8	50,6	41,1
Oriente Médio	60,9	101	149	4,6	5,2	4,0	6,5	8,2

Fonte: Organização Mundial do Turismo [OMT], 2012

CAPÍTULO IV – A ORGANIZAÇÃO DA ACTIVIDADE TURÍSTICA EM MOÇAMBIQUE

A actividade turística em Moçambique assumiu-se enquanto actividade económica importante na década de 50, sob o regime colonial, tendo sido regulamentado e estabelecidos na mesma altura os primeiros centros de informação turística. No início dos anos 60 foram criadas as primeiras 18 zonas de turismo, porém, apenas nos anos 70 o sector registou um crescimento significativo que se estendeu até 1975, ano da independência nacional.

Contudo, por razões relacionadas com a conjuntura política e económica, e a guerra civil¹⁹ em 1976, o turismo entrou num período de decadência, voltando a ressurgir após o final da guerra civil.

Moçambique possui uma diversidade de recursos turísticos invejável, com 2700 km de litoral tropical, uma biodiversidade de grande valor ecológico, que inclui espécies endémicas e um património histórico e cultural diversificado.

O país possui um potencial turístico essencialmente ligado à natureza (sol, praia e mar, vida selvagem, paisagens naturais, riqueza histórica e cultural) que permite criar produtos turísticos diversificados. É neste sentido que se revelam como principais oportunidades de criação de produtos: o turismo de sol e mar, náutico, ecoturismo, aventura, cultural, entre outros.

De acordo com a OMT (2012), em 2010, Moçambique obteve uma receita de 197 milhões de dólares, em comparação com 2011 onde as receitas atingiram um valor de 231 milhões de dólares. Em termos de fluxos turísticos, em 2009, 1. 461 mil turistas visitaram o país, um ano mais tarde passaram pelas fronteiras moçambicanas 1.718 mil turistas, um aumento na ordem dos 18%.

Os dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel and Tourism Council-WTTC*) indicam que em 2011, a contribuição directa do turismo para o PIB moçambicano foi de 3 % e para 2012 prevê-se um aumento de 2,8%. Em termos de

¹⁹ A chamada guerra dos 16 anos entre a Frelimo e a Renamo, destruiu as infra-estruturas turísticas, a flora e fauna e retardou o desenvolvimento do país.

criação de emprego, em 2011, foram gerados 233 mil empregos diretos, cerca de 2.5% do emprego total e espera-se que em 2012 verifique-se uma redução de 0,1%, o que representa 232, 5 mil empregos. Até o momento, o turismo é uma das actividades que pouco contribui para o desenvolvimento económico de Moçambique.

1. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL

QUADRO LEGAL

Desde 1994, que o Governo moçambicano tem aprovado diversas políticas sectoriais e uma legislação com vista a garantir a gestão racional dos recursos naturais, que por sua vez representam a base da actividade turística. Das políticas e legislação relacionadas com o turismo, destacam-se as seguintes: Programa Nacional de Gestão Ambiental (1995); Política e Estratégia Nacional de Floresta e Fauna Bravia (1995); Lei de Terras (1997); Lei do Quadro Ambiental (1997); Lei de Florestas e Fauna Bravia (1999); Política do Turismo e Estratégia da sua Implementação (2003); Lei do Turismo (2004); Lei de Pescas; Lei de Investimento.

De forma a assegurar o desenvolvimento sustentável, em 1997, o Conselho de Ministros, com base a Lei do Ambiente, criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES). Por conseguinte, todos os projectos de empreendimentos turísticos estão sujeitos a avaliação de impactos ambientais por parte do Ministério do Ambiente.

A Lei de investimentos é considerada essencial para a actividade turística, uma vez que estabelece não só os benefícios fiscais, mas também encaminha as receitas essenciais para o turismo. Por sua vez, a actual Lei do Turismo pretende actualizar os conceitos em vigor, estabelecer princípios para o correcto desenvolvimento do turismo e desencorajar qualquer prática ilícita, como é o caso do chamado “turismo sexual”.

QUADRO INSTITUCIONAL

MINISTÉRIO DO TURISMO

O Ministério do Turismo de Moçambique (MITUR) foi criado em 2000, através do Decreto Presidencial n.º 1/2000, de 17 Janeiro, responsável pela direcção, planificação e execução das políticas nos domínios da actividade turística, indústria hoteleira e similar e áreas de conservação para fins turísticos.

Este Ministério encontra-se organizado nas seguintes áreas: actividade turística; indústria hoteleira e similar; áreas de conservação para fins turísticos e Inspeção do turismo.

Figura nº 2 - Organigrama do Ministério do Turismo



Fonte: Ministério do Turismo de Moçambique [MITUR], 2003.

2. PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM), é um documento criado pelo governo moçambicano para um período de dez anos (2004-2013), tendo em vista a criação de bases para a implementação da Política e Estratégia

do Turismo. Este Plano enfatiza o papel das áreas de conservação para a promoção e desenvolvimento turístico, mostrando a necessidade de estabelecer uma relação sustentável entre o turismo e a conservação.

O PEDTM procura definir as áreas, linhas e acções estratégicas, avaliar o potencial do mercado e da conservação para o desenvolvimento turístico, bem como identificar as acções necessárias para o desenvolvimento dos recursos humanos na área do turismo e quadro espacial para o turismo. A operacionalização do Plano estrutura-se em torno da implementação do turismo com base num planeamento e marketing integrado, bem como no desenvolvimento de produtos.

2.1. Missão e Visão Do Desenvolvimento do Turismo

⇒ Visão do Turismo

A visão deste plano consiste basicamente em *“transformar (até 2025) Moçambique num destino turístico promissor com base nas particularidades que o país possui, acolhendo mais de quatro milhões de turistas por ano e contribuindo para o aumento do PIB e para a criação de riqueza”*²⁰.

⇒ Missão

O PEDTM, estabelece um conjunto de metas a serem cumpridas, dentre elas: *“a criação de produtos turísticos prósperos, a restauração e reorganização das áreas de conservação, a implementação de políticas e práticas sustentáveis e estratégias de marketing que contribuam para a criação de uma imagem de marca.”*²¹

²⁰ Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique [PEDTM], 2004, P. 50

²¹ Idem.

2.2. Política e Estratégia do Turismo

O Governo de Moçambique através da Resolução n.º 14 de 4 de Abril de 2003 aprovou a Política do Turismo e a sua Estratégia de Implementação que visa orientar o crescimento e desenvolvimento do turismo.

Esta estratégia baseia-se num conjunto de directrizes cujo objectivo consiste em orientar as acções traçadas e os princípios da Política do Turismo com base em estratégias específicas. A Política do Turismo define os princípios gerais, os objectivos e as áreas prioritárias de intervenção na actividade turística, assim como salienta a importância das áreas de conservação para o desenvolvimento do turismo, pois entende que o turismo tem um papel fundamental no combate à pobreza e no desenvolvimento de novos produtos que dêem resposta aos diversos segmentos de mercado.

Quadro nº 5- Princípios da Política do Turismo

A Política do Turismo preconiza os seguintes princípios:
▪ Integração do turismo na política, planificação e estratégia de desenvolvimento do país; ▪ Planificação e coordenação do desenvolvimento dos mercados, produtos e infra-estruturas turísticas no país; ▪ Criação de mecanismos de planificação e controlo da participação activa no desenvolvimento do turismo; ▪ Reconhecimento do sector privado como força motriz do desenvolvimento do turismo; ▪ Consciencialização sobre a importância do turismo e sobre o valor do património natural e cultural; ▪ Acções de formação dos recursos humanos como forma de aumentar a qualidade do turismo; ▪ Promover o envolvimento efectivo da comunidade nos programas de desenvolvimento.

Fonte: Política e Estratégia da sua Implementação, 2003.

As Áreas Prioritárias de Intervenção e Actuação deste plano são: “ a *planificação integrada; promoção turística; formação dos recursos humanos; desenvolvimento de um turismo sustentável; o desenvolvimento social; o desenvolvimento de produtos turísticos;*

*a regulamentação e controlo de qualidade; infra-estruturas e serviços públicos; financiamento e valorização do património cultural.*²²

2.3. O Produto Turístico

Moçambique encontra-se repartido em três regiões geográficas: o Norte do qual fazem parte as províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula; o Sul com as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e o Centro do país com as províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia. As três regiões possuem perfis turísticos distintos.

O turismo moçambicano desenvolveu-se em torno três temas: praias, fauna e o ambiente dos centros urbanos, concentrando-se essencialmente no Centro e Sul do país

Perfil da Região Sul

A Região Sul possui 50% da capacidade total dos estabelecimentos turísticos e cerca de 65% do total de camas. A cidade de Maputo detém as melhores infra-estruturas turísticas do país e é a mais desenvolvida em termos de turismo de lazer e de negócios. O turismo de lazer tem-se desenvolvido ao longo de toda região sul, nas praias de Ponta de Ouro, Ponta Malongane, Macaneta, Bilene e Xai-Xai.

Nos últimos anos, a cidade de Maputo tem registado um crescimento acelerado em termos de oferta de alojamento, embora a maior parte dos empreendimentos turísticos tenham sido construídos na província de Inhambane, com polos de desenvolvimento em Vilankulos, Bazaruto e ao longo da costa da cidade de Inhambane.

²² PEDMT, 2004, p.19.

Perfil da Região Centro

Outrora o Parque Nacional da Gorongosa foi uma das mais notáveis reservas de animais da África Austral, sendo a caça nas coutadas apontada como sendo uma das melhores do mundo, contudo, com a guerra civil vários animais e espécies foram extintos. A cidade da Beira é a segunda que detém uma importância económica regional, uma vez que possui um porto que estabelece a ligação entre Moçambique e os países vizinhos.

Apesar do centro do país possuir 18% da capacidade total do alojamento do país, as condições de alojamento na região centro não são das melhores, acrescido a esta situação está a falta de água canalizada e de pessoal qualificado.

Até ao momento a província de Manica não possui alojamento em condições adequadas, já a cidade de Quelimane possui apenas um hotel de qualidade sob a gestão do Estado, cuja oferta de serviços é razoável mas a preços elevados. De um modo geral a Região Centro possui poucas opções em termos de alojamento, preços bastante elevados e recursos humanos com pouca qualificação, a única alternativa de que as cidades dispõem são as pensões.

Perfil da Região Norte

A Região Norte é designada de “joia do turismo”, uma vez que é pouco explorada em termos turísticos. Possui diversos atractivos turísticos, tais como: a vida marinha e beleza do arquipélago das Quirimbas, a Reserva do Niassa, a biodiversidade do Lago Niassa e o património histórico-cultural das Ilhas de Moçambique e do Ibo, contudo, depara-se com problemas relacionados com a acessibilidade.

As províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula representam 25% do alojamento e menos de 10% do total de camas ocupadas em 2001. Niassa é a província menos desenvolvida do país, com apenas 15 unidades hoteleiras e cerca de 280 camas, Nampula detém 40 unidades e acima de 1000 camas, encontra-se acima da média nacional, por último Cabo Delgado possui apenas 27 unidades e mais de 800 camas.

O turismo concentra-se essencialmente em Pemba, Nampula e Nacala. Em termos de turismo a zona norte possui condições favoráveis para o seu desenvolvimento, entretanto, necessita de acções concretas para fomentar a actividade turística.

2.4. Mercados Emissores

O desenvolvimento de produtos turísticos e de programas de marketing requer uma avaliação prévia dos mercados emissores e dos segmentos de mercado. É neste contexto que passamos a apresentar os seguintes mercados:

- a) **Mercados Emissores:** a África do Sul surge como a principal fonte de mercado, seguindo-se a Suazilândia e Portugal.
- b) **Mercados Emissores Emergentes:** o Médio Oriente, América do Sul e Ásia constituem mercados emissores emergentes para o país.

Devido a complicações que os países do Médio Oriente enfrentam para a obtenção de vistos para destinos turísticos situados no Continente Americano e Europeu, os turistas são obrigados a procurar soluções alternativas. É neste contexto que a proximidade geográfica e a influência árabe no país constituem excelentes oportunidades de captação de turistas, o mesmo acontece com o Brasil, que pela semelhança cultural e idioma constitui um mercado potencial.

- c) **Mercado Doméstico:**

Maputo é a região que mais contribui para o turismo doméstico, seguindo-se às cidades de Beira, Chimoio e Nampula onde se tem verificado um crescimento em termos de turismo doméstico.

- d) **Mercado Regional:**

A África do Sul constitui a principal fonte de mercado regional para Moçambique. A nível regional os turistas sul-africanos são os que auferem rendimentos mais elevados e estão predispostos a gastar mais em viagens e actividades de lazer e entretenimento.

e) Mercado Internacional:

Fazem parte do mercado internacional pessoas que se deslocam a Moçambique por motivos de negócios ou de visita a familiares e amigos. A caça tem contribuído para o turismo internacional.

2.5. Implementação do Plano Estratégico

Quadro de Implementação

O quadro de implementação identifica acções concretas e as intervenções necessárias para desenvolver o turismo até 2013. A implementação do PEDMT estrutura-se em torno de cinco áreas-chave de implementação, dentre elas: “a *Estrutura Institucional e Administração e Coordenação das APITs (Áreas Prioritárias para o Investimento no Turismo) e ACTFs (Áreas de Conservação Transfronteiriça)*; a *Planificação do Desenvolvimento Integrado*; o *Desenvolvimento dos Recursos Humanos*; *Marketing e a Conservação*”²³.

Elementos do Quadro de Implementação:

I - Força dos Recursos: inclui a qualidade das praias e recursos litorais; qualidade e diversidade do seu ambiente natural e recursos de fauna bravia bem como a identidade cultural de Moçambique.

II – Factores de Base: inclui a criação de infra-estruturas de qualidade; as estatísticas, migração, impacto económico do turismo, pesquisa de mercado; recursos humanos e um quadro institucional adequado (leis, governação, cooperação sectorial) bem como a estabilidade económica e segurança.

²³ Idem.

III – Participação: recomenda a participação de todos os intervenientes no processo desenvolvimento sustentável do turismo.

IV – Princípios: incluem práticas que orientem a gestão do turismo ambientalmente e socialmente responsável, assim como os modelos nacionais de governação.

V – Tendências Turísticas: inclui tendências do consumidor e da actividade turística que determinam turismo internacional, bem como os tipos de produtos turísticos procurados.

VI – Processos-Chave para Implementação: engloba a participação das comunidades, sectores públicos e privado, bem como planificação integrada, *marketing* e desenvolvimento do produto.

O desenvolvimento do turismo em Moçambique encontra-se numa fase embrionária, embora o país possua um conjunto de recursos naturais capazes de contribuir para um turismo de qualidade e para a competitividade de Moçambique enquanto destino turístico. Mas para que tal aconteça é necessário que se cumpra uma série de requisitos, pois não basta apenas haja recursos naturais, é imprescindível que se criem condições capazes não só de motivar as pessoas a se deslocarem ao destino mas também que satisfaçam as suas necessidades, tendo sempre em atenção a importância que o turismo desempenha no desenvolvimento económico e social dos países subdesenvolvidos como é o caso de Moçambique.

Analisando a actividade turística em Moçambique importa colocar em evidência alguns pontos que carecem de maior atenção, especialmente por parte do governo, dos quais se destacam os seguintes:

- ❖ A nível de acções do governo, é necessário que no futuro o plano estratégico do turismo apresente na sua política e estratégia acções e objectivos concretos que contribuam de forma positiva para o bem-estar do povo moçambicano, criando mais postos de trabalho e reduzindo a pobreza no país;

- ❖ A identificação e o desenvolvimento produtos turísticos para cada região do país deve constituir uma prioridade, pois só assim é possível diversificar a oferta e alocar meios para garantir a qualidade da mesma;
- ❖ A acessibilidade aérea e terrestre limita o desenvolvimento do turismo pelo que recomenda-se um maior empenho do sector público bem como parcerias com o sector privado visando melhorar as acessibilidades, quer em termos de melhoria das condições de acesso (estradas melhoradas) quer de redução de preços de passagens aéreas;
- ❖ A recolha e tratamento de informação estatística sobre a actividade turística têm-se revelado deficiente, até recentemente os postos fronteiriços não eram informatizados, por outro lado, as estatísticas do turismo apresentadas pelo Ministério do Turismo de Moçambique não coincidem com os dados apresentados pela OMT e pela WTTC o que demonstra a discrepância de informação, dificultando de certa forma a elaboração de políticas claras e adequadas.
- ❖ A qualificação dos recursos humanos é essencial para o desenvolvimento do turismo no país, até ao presente momento, Moçambique depara-se com carência de recursos humanos qualificados;
- ❖ As áreas protegidas de Moçambique possuem uma invejável riqueza natural, contudo, carecem de uma legislação adequada capaz de garantir a proteção das espécies e o desenvolvimento de actividades turísticas compatíveis com o meio;
- ❖ O investimento em infra-estruturas e em estruturas constitui também uma importante medida a tomar.

A identificação de fragilidades é fundamental para a melhoria do turismo em Moçambique, cabe ao Ministério do Turismo implementar medidas com vista a melhorar os pontos fracos do turismo no país. Apesar das diversas fragilidades identificadas no turismo moçambicano, importa salientar que tem sido empreendido um enorme esforço no sentido de promover o desenvolvimento do turismo em Moçambique.

CAPÍTULO V – TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO

1. DEFINIÇÃO DE TURISMO DE NATUREZA

A partir da segunda metade do século XX com a revolução industrial, verificaram-se diversas transformações a nível económico e social. A democratização dos transportes, o aumento do tempo livre, do poder de compra, da esperança e da qualidade de vida das pessoas conduziram ao chamado “turismo de massas”²⁴ que se caracterizou pelo aumento dos fluxos turísticos levando assim à saturação dos destinos e à degradação do meio ambiente.

Nos anos 80 verificou-se a nível mundial o despertar para a necessidade de preservar a natureza e a biodiversidade, o “turismo de massas” começa a perder intensidade dando lugar a novos produtos turísticos que privilegiam o contacto com a natureza²⁵. Com o despertar para uma nova realidade, nasce o chamado “novo turista” com novas motivações, novos valores, estilo de vida diferente e com um maior grau de exigência.

O novo turista está ciente dos problemas ambientais procurando assim actividades onde possa estar em contacto com a natureza, proteger e conservar o ambiente.

A inclusão do turismo de natureza em áreas protegidas constitui uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável local, que só é possível mediante a consciência por parte dos responsáveis e intervenientes, dos princípios e objectivos que orientam a utilização sustentável dos recursos naturais e culturais (Burnay, 2000).

Para melhor compreendermos o papel do turismo de natureza na conservação da natureza e no desenvolvimento das áreas protegidas, é antes de mais necessário explorar as contribuições de alguns autores.

²⁴ Turismo de massas é normalmente associado a poluição e destruição do meio ambiente. É também designado de turismo convencional.

²⁵ O contacto com a natureza pode assumir diferentes formas de acordo com as diferentes motivações, daí resulta os vários conceitos: turismo verde, turismo alternativo, turismo de natureza, turismo ecológico e ecoturismo.

Segundo Lucas (1984), citado por Valentine (1992, p. 108), o *“turismo de natureza é o segmento turístico que se baseia no recreio em áreas naturais e na observação da natureza, sendo responsável por impactos ambientais reduzidos e elevados contributos económicos e sociais para o país.”*

Por sua vez, Ceballos-Lascurain (1992), citado por Vera, F. et al (1997, p. 145), afirma que o *“turismo de natureza é um segmento do turismo que se desenvolve em áreas naturais pouco perturbadas, com o objectivo específico de admirar, estudar, desfrutar da viagem, das plantas e animais, assim como das marcas culturais do passado e do presente das ditas zonas, relaciona-se desta forma, o ócio, o meio ambiente e o turismo”*.

Por outro lado, Kinker (2002, p.8) defende que o *“turismo de natureza é aquele que faz uso dos recursos naturais relativamente bem preservados, como por exemplo, as paisagens, águas, vegetação e vida silvestre”*.

O turismo de natureza é um conceito complexo, uma vez que abrange diversos factores e como tal vários autores procuram abordar o conceito de acordo com a sua visão.

Analisando os estudos que têm sido efectuados sobre este segmento turístico, podemos verificar que alguns elementos entram em conformidade na maior parte das definições, entre eles: a interação com natureza e a inclusão de actividades ligadas a lazer e recreação.

O turismo de natureza põe de lado o turismo de massas, assumindo-se como um segmento turístico responsável e compatível com a conservação dos recursos naturais. É normalmente associado às seguintes características e objectivos:

Quadro nº 6- Características e Objectivos do Turismo de Natureza

Características	Objectivos
— Desenvolve-se em zonas rurais e naturais fora dos grandes centros urbanos; em muitos casos desenvolve-se em espaços naturais protegidos, como seja em parques nacionais e naturais, constituindo a manifestação mais emblemática do turismo de natureza; — Ajuda a desenvolver as precárias economias rurais, especialmente em zonas de montanha; — A oferta turística é de baixo impacto ambiental, muito cuidadosa com a natureza e com a população local; — A oferta turística tende para a dispersão, isto é, os equipamentos turísticos não se concentram todos no mesmo local; — O ecoturismo é um tipo de turismo activo que procura a realidade envolvente, tanto a cultural como a natural; é comum a promoção de actividades lúdico-desportivas e educativo-culturais, sendo que as primeiras são as que mais se notam; — O ecoturismo é um segmento turístico relativamente recente e, em parte, é promovido e regulamentado pela política de parques nacionais e parques naturais.	— Facilitar o uso público do espaço natural, tendo em conta que as actividades recreativas realizadas devem ser compatíveis com a conservação dos valores naturais e culturais do espaço; em caso de conflito, deve prevalecer a conservação sobre o uso público; — Proporcionar o conhecimento dos recursos da área; a capacidade de satisfação e desfrute da visita aumenta consideravelmente quando se entende e valoriza o meio ambiente em que nos encontramos; — Gerar impactes positivos para a conservação e protecção do meio ambiente. Nota: Para além destes objectivos gerais, cada espaço natural, segundo as suas peculiaridades, tende a estabelecer os seus próprios objectivos específicos.

Fonte: Adaptado de Vera, F. et al. (1997) in Carla Rodrigues (n.d.)

1.1. Programa Nacional de Turismo de Natureza (Portugal)

1.1.1. Conceitualização e Síntese de Quadros Normativos

Os valores naturais, paisagísticos e culturais existentes nas Áreas Protegidas (AP) são essenciais para o desenvolvimento do turismo, contudo, estas actividades devem ser desenvolvidas de acordo com as características do território sob o risco de contribuírem para degradação do meio ambiente.

Assim sendo, é imprescindível que se crie uma estratégia com base na sustentabilidade que seja capaz de conciliar a conservação da natureza e o desenvolvimento do turismo. Tendo em conta estes factores e o reconhecimento da importância dos recursos naturais, culturais e paisagísticos, foi criado o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN).

Este programa surge em resultado do Protocolo de Cooperação celebrado entre as Secretarias de Estado do Turismo e do Estado do Ambiente, em 12 de Março de 1998²⁶ e visa essencialmente promover os valores e potencialidades das Áreas Protegidas, através do turismo de natureza.

Segundo o Decreto-Lei nº 112/98, de 25 de Fevereiro, o PNTN possui os seguintes objectivos:

- ✓ *“Compatibilizar as actividades de turismo de natureza com as características ecologias e culturais de cada local;*
- ✓ *Promover a criação de infra-estruturas e equipamentos necessários às actividades de turismo de natureza;*
- ✓ *Instalação em áreas protegidas de centros de recepção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco-museológicos e de sinalização adequada às funções de recepção, informação, interpretação e visitas turísticas;*
- ✓ *Fomentar actividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e população;*

²⁶ A Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto estabeleceu a criação do PNTN.

- ✓ *Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;*
- ✓ *Incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades nas áreas do turismo;*
- ✓ *Promover as actividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural;*
- ✓ *Promover os produtos de base local e a sua comercialização;*
- ✓ *Divulgar as manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural”.*

A abordagem do PNTN neste trabalho deve-se ao facto do turismo de natureza ser um segmento turístico recente e como tal pouco difundido em Moçambique, o que contribui para a inexistência de um programa que assegure a prática de actividades ligadas ao turismo de natureza compatíveis com o património natural e culturas das áreas protegidas.

Neste contexto, será abordado de uma forma breve as tipologias de actividades desenvolvidas no âmbito do PNTN e que poderão ser reproduzidas a nível do Parque Nacional da Gorongosa (tendo em atenção as características do território).

O quadro a seguir diz respeito as modalidades de Turismo de Natureza adoptadas em Portugal.

Quadro nº 7 - Modalidades do Turismo de Natureza

Hospedagem	Turismo em Espaço Rural (TER)	Empreendimentos turísticos em espaço rural	Parques de campismo rurais
			Hotéis rurais
		Turismo de habitação	
		Turismo rural	
		Agro-turismo	
		Turismo de aldeia	
		Casas de campo	
	Casas de Natureza	Casas-abrigo	
		Centros de acolhimento	
		Casas-retiro	
Animação Ambiental	Animação		
	Interpretação ambiental		
	Desportos de natureza		

Fonte: Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro.

Os serviços de hospedagem prestados pelo TN podem ser prestados em Casas e Empreendimentos Turísticos de Turismo em Espaço Rural (TER) e em Casas de Natureza (Artigo 2º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março).

A Animação Ambiental deve ser desenvolvida com base num conjunto de actividades, serviços e instalações tendo em conta a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes (Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março).

A animação ambiental reparte-se em actividades de animação, interpretação ambiental e desportos de natureza.

⇒ Animação: *“inclui um conjunto de actividades que visem a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação da oferta turística, através da integração dessas actividades e outros recursos das AP, contribuindo para a*

*divulgação da gastronomia, do artesanato, dos produtos e das tradições da região onde se inserem, desenvolvendo-se com o apoio das infra-estruturas e dos serviços existentes no âmbito do turismo de natureza*²⁷.

⇒ Interpretação Ambiental: *“inclui actividades que permitem dar a conhecer ao turista e ao visitante o património da AP, com base na observação das formações geológicas, da flora, fauna e respectivos habitats, assim como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações, recorrendo às instalações, sistemas e equipamentos de turismo de natureza*”²⁸.

⇒ Desporto de Natureza: *“inclui todas as actividades que privilegiem o contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza*”²⁹.

O PNTN procura assim, promover uma oferta integrada de produtos de recreio e turismo de acordo com as especificidades de cada área protegida. A sua implementação tem como bases a conservação, o desenvolvimento local, a qualificação da oferta e a diversificação das actividades turísticas, contribuindo desta forma para o desenvolvimento das comunidades locais.

²⁷ N.º 1 do Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março.

²⁸ N.º 2 do Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março.

²⁹ N.º 3 do Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março.

2. ECOTURISMO: CONCEITO E PRINCÍPIOS

As origens do termo ecoturismo não são claras, acredita-se ter sido utilizado pela primeira vez em 1965 pelo professor Nicolas Hetzer, tendo mencionado o conceito de turismo responsável, identificando quatro princípios fundamentais dentre eles: a redução dos impactos ambientais, a garantia do respeito pela cultura local e a satisfação dos turistas, bem como a maximização dos benefícios para as comunidades locais.

Uma das primeiras abordagens em torno do conceito do ecoturismo surge no final dos anos 80 com Hector Ceballos-Lascurain, que o define como “ (...) *viagem a áreas naturais pouco perturbadas com o objectivo específico de estudar, admirar e desfrutar as paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural (do passado ou presente) encontrada nestas áreas*”.

Ziffer (1989) entende que o ecoturismo é “ (...) *uma forma de turismo inspirada principalmente na história natural de uma área, incluindo sua cultura local (...) num espírito de apreciação, participação e sensibilidade (...) praticando um uso não consumista da vida selvagem e dos recursos naturais e contribuindo para a área visitada através de emprego ou meios financeiros, com o intuito de beneficiar directamente a conservação do local e o bem-estar económico das populações locais*”.

Para Ruschmann (1995), citado por Pires (1998), o ecoturismo consiste “*em viagens organizadas por empresas especializadas com o intuito de proporcionar ao turista um contacto directo com a natureza, respeitando os princípios do desenvolvimento socioeconómico dos destinos e promovendo a educação e a sustentabilidade dos meios visitados*”.

Ainda no âmbito do conceito do ecoturismo Honey (1999) apresentou uma definição mais realista e detalhada, definindo-o com “*uma viagem para áreas protegidas, frágeis e geralmente virgens, em pequena escala e de baixo impacto. Incentiva a educação do viajante, fornece recursos financeiros para a conservação, proporciona benefícios ao desenvolvimento económico, poder político, as comunidades locais, assim como promove o respeito pelas diferentes culturas e pelos direitos humanos*”.

Esta definição tem sido adoptada em diversos estudos, e vai ao encontro da definição adoptada em 2002, pela OMT, UICN e PNUMA, segundo a qual o ecoturismo deve apresentar as seguintes características:

- Toda a forma de turismo baseada na natureza, onde a principal motivação consiste em observar e apreciar a natureza, bem como as culturas tradicionais prevalentes em áreas naturais;
- Possui uma componente educacional e de interpretação;
- É geralmente organizado por pequenas empresas especializadas para pequenos grupos;
- Procura minimizar impactos negativos sobre o meio ambiente natural e sociocultural;
- Apoia a manutenção de áreas naturais que são utilizadas como atracções do ecoturismo por gerar benefícios económicos para as comunidades locais, organizações e autoridades de gestão de áreas naturais com fins de conservação, promovendo a criação de emprego e de rendimentos para as comunidades locais e aumenta a sensibilização para a conservação do património natural e cultural, tanto entre residentes como para o visitantes.

Alguns autores definem o ecoturismo pelas motivações dos visitantes, Swarbrooke (2002) é um deles, para este autor o ecoturismo *“significa simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, quer em termos de vida selvagem quer da população nativa”*.

Segundo este autor, existe uma relação entre o ecoturismo e o turismo sustentável, uma vez que o ecoturismo *“é em pequena escala; mais activo que as restantes formas de turismo, não depende da existência de infra-estruturas sofisticadas, é explorado por turistas com um certo nível de educação e conscientes da sustentabilidade, e é menos explorador da cultura local e da natureza em relação a outras formas de turismo”*³⁰.

³⁰ Swarbrooke, 2002, p. 318.

Apesar das diferentes contribuições em torno do conceito de ecoturismo e de não existir ainda uma definição unívoca, há aspectos comuns na maior parte das definições apresentadas: o ecoturismo implica viagens a áreas naturais pouco alteradas, privilegia o contacto com a natureza, pressupõe a educação e consciência ambiental e proporciona benefícios às populações locais.

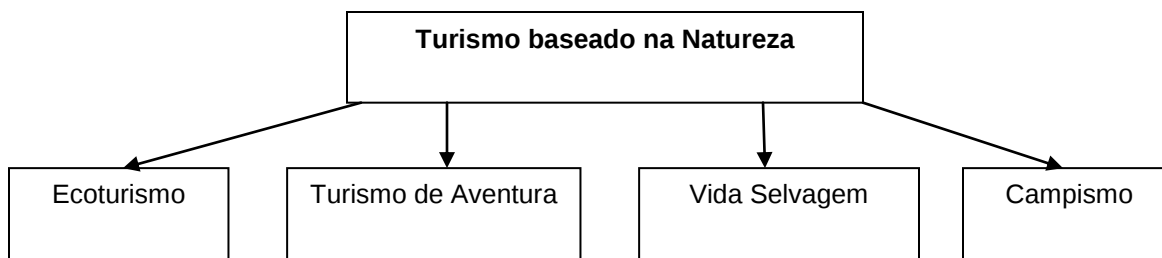
Embora se reconheça a importância do ecoturismo para a conservação da natureza, ainda assim, nota-se uma dificuldade para medir o impacto económico causado por esta actividade. Parte desta dificuldade surge em resultado da falta de uma definição consensual, acrescendo o facto de o ecoturismo ser frequentemente associado e até confundido com o turismo de natureza e outras formas de turismo que decorram em áreas naturais.

Tendo em conta a confusão de termos, é importante explicar que o ecoturismo encontra-se incluído no turismo de natureza e não o contrário, ou seja, o ecoturismo é subgrupo do turismo de natureza.

Assim, Mckerher (2002) afirma que o turismo de natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e outras experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre.

Por seu turno, o modelo sugerido por Eagles (2001) evidencia no mínimo quatro nichos de mercado no turismo baseado na natureza, dos quais fazem parte o ecoturismo, o turismo de aventura, vida selvagem e campismo (ver figura nº 3). E afirma que podem ser identificados outros segmentos.

Figura nº 3 - Nichos de mercado do turismo baseado na natureza



Fonte: Eagles, 2001

O ecoturismo pode e deve contribuir de forma positiva quer para a conservação dos ecossistemas quer para a obtenção de benefícios socioeconómicos. A dimensão alcançada pelo turismo desenvolvido na natureza implica a gestão responsável das áreas naturais, uma vez que o turismo pode representar uma ameaça para as mesmas.

Torna-se assim urgente garantir o equilíbrio entre a preservação do património natural e cultural e os efeitos decorrentes do ecoturismo, através da adopção de um planeamento compatível com o destino e o envolvimento de todos os interessados (governo, organizações não-governamentais, privados e comunidades locais).

A nível de Moçambique, o Parque Nacional da Gorongosa tem sido um dos destinos do ecoturismo mais visitados do país, contudo há um longo caminho a percorrer até que se possa consolidar este mercado.

PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO

De forma a promover o desenvolvimento do ecoturismo de uma forma sustentável, a Sociedade Internacional do Ecoturismo (*The International Ecotourism Society-TIES*), elaborou em 1999, um conjunto de princípios fundamentais para o desenvolvimento do ecoturismo:

1. *“Minimizar os impactos negativos;*
2. *Promover o respeito, a consciência ambiental e cultural;*
3. *Proporcionar experiências positivas para os visitantes e comunidades receptoras;*
4. *Proporcionar benefícios económicos para a conservação;*
5. *Proporcionar benefícios financeiros e capacitação para as comunidades locais;*
6. *Sensibilizar o visitante para os aspectos sociais, políticos e ambientais dos locais visitados”³¹.*

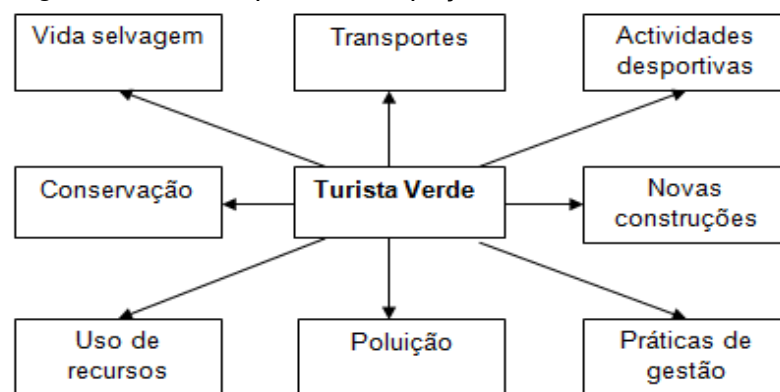
³¹ Sociedade Internacional do Ecoturismo [TIES] (1999). *Princípios do Ecoturismo*. Disponível em <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>. Acedido em 09 de Novembro de 2012.

O ecoturismo deve então ser desenvolvido com base nos princípios da sustentabilidade, entretanto, o problema que se coloca é a falta de cumprimento dos princípios por parte das empresas que trabalham com este segmento turístico.

Entretanto, o aparecimento dos novos turistas designados por *turistas verdes* (ver figura n.º 4) vem obrigando as empresas a repensar na sua forma de actuação, visto que são pessoas bem informadas e bastante exigentes no que se refere à qualidade, cientes das questões ambientais e que procuram contribuir de forma positiva para o destino optando assim, por escolher previamente destinos que satisfaçam essas condições.

Assim sendo, as empresas ligadas ao ecoturismo deverão adoptar práticas mais sustentáveis sob o risco de não se adaptarem às novas exigências do turismo. Essa mudança de atitude trará benefícios na medida em que contribuirá para a criação de uma imagem positiva da empresa, para a redução de custos operacionais, melhoria da competitividade, melhor relacionamento com a comunidade, entre outros benefícios, ou seja, todos os intervenientes terão benefícios (empresas, comunidades e consumidores turísticos).

Figura nº 4 - Principais Preocupações do Turista Verde



Fonte: Adaptado de Swarbrooke e Horner (2002).

CAPÍTULO VI – O TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS

1. ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL

A temática relativa à criação de Áreas Protegidas (AP) em Portugal não é recente, a primeira referência sobre o tema surgiu em 1948, no Decreto-Lei n.º 37/188, de 12 de Novembro, responsável pela criação de Parques Naturais com base na protecção da flora e fauna.

A Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, veio introduzir na ordem jurídica portuguesa as noções de Parque Nacional e Reserva Natural, dando assim início à evolução internacional a nível da protecção da natureza, com base na classificação das áreas mais relevantes do património natural.

Todavia, apenas nos anos 70 surgiu a preocupação com a conservação da natureza, tendo então sido criada a Lei 9/70, de 19 de Junho que atribuía ao Governo a responsabilidade pela protecção da natureza. Ainda no âmbito da mesma Lei, foi estabelecida em 1971, a primeira Área Protegida – o Parque Nacional da Peneda-Gerês, até então o único em Portugal que detém a categoria nacional.

No mesmo ano, foi publicada a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87), que fazia referência à necessidade de regulamentação e implementação de uma rede nacional de áreas protegidas, tendo sido definido os estatutos nacionais, regionais e locais, entretanto apenas seis anos mais tarde foi criada com o Decreto-Lei n.º 19/93, a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

A participação de Portugal na Conferência de Estocolmo, em 1971 contribuiu para a criação da Comissão Nacional do Ambiente (CNA), cujas funções e actividades se concentravam na matéria de informação e sensibilização ambiental.

Após o 25 de Abril de 1974, houve alguns avanços na política do ambiente em Portugal. Em 1975, foi criada a Secretaria do Estado do Ambiente (Decreto-Lei-550/75), parte integrante do Ministério do Equipamento Social. Posteriormente foi criado o Serviço

Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP)³² que se manteve no activo até 1987.

Anos mais tarde, em 1990 foi estabelecido o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, refletindo a importância que o meio ambiente passou a ter a nível político. Passando nos dias de hoje a designar-se Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.

A criação de Áreas Protegidas constituía um dos principais objectivos da política do ambiente em Portugal, tendo sido aprovado em 1993, o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que introduziu o novo regime jurídico de classificação das Áreas Protegidas e estabelecido o Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de Maio, responsável pela criação do Instituto de Conservação da Natureza (ICN). O ICN foi posteriormente alterado em 2007, pelo Decreto-Lei n.º 136/2007, passando a designar-se Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB).

O período de crise mundial obrigou Portugal a redefinir as suas prioridades, tendo sido efectuada uma reforma no sector público com vista a reduzir a despesa pública. Neste sentido, entrou em vigor no presente ano o Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de Janeiro, responsável pela criação do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT).

O MAMAOT introduziu o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de Junho, responsável pela criação do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que resulta da fusão entre a Autoridade Florestal Nacional com o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e o Fundo Florestal Permanente.

O ICNF visa “*garantir a execução de uma política de gestão florestal e de políticas ativas de conservação, protecção e gestão do património natural, contribuindo de uma forma positiva para a política ambiental.*”³³ Este organismo tem responsabilidade sobre as áreas protegidas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.

³² O SNPRPP foi o primeiro organismo público responsável pela política da conservação da natureza.

³³ Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de Junho.

1.1. Rede Nacional de Áreas Protegidas (Portugal)

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) foi criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, cujo objectivo consiste em definir orientações estratégicas e instrumentos com vista a alcançar os seguintes objectivos: garantir a conservação do património natural, sua valorização e uso sustentável; integração da política de conservação da natureza e biodiversidade nas diferentes políticas sectoriais incluindo na política de ordenamento do território; promoção da investigação científica, do conhecimento e monitorização do património natural; integração dos critérios de conservação da natureza e da biodiversidade nos sistemas sociais, económicos e empresariais; promoção da educação, formação e participação da sociedade civil no processo de conservação; criação de infra-estruturas básicas para a conservação da natureza e o contributo para o cumprimento dos objectivos fixados no âmbito da cooperação internacional.

A criação de Áreas Protegidas é regulada pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho. Devem ser classificadas como Áreas Protegidas *“às áreas terrestres e aquáticas interiores e áreas marítimas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar”* (Nº 2 do Artigo 10, do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho).

O Artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, classifica as Áreas Protegidas de acordo com as seguintes tipologias: Parque Nacional; Parque Natural; Reserva Natural; Paisagem Protegida e Monumento Natural.

As AP podem ser de âmbito nacional, regional ou local e ainda privado, dependendo do propósito das mesmas. A classificação das AP de âmbito nacional poderá estar a cargo o ICNF ou de qualquer entidade pública ou privada. No que se refere as AP de âmbito regional ou local, podem ser classificadas pelos municípios ou associações de municípios, tendo sempre em atenção às condições e termos previstos no Artigo 15º, do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho.

As Áreas Protegidas de âmbito nacional e as de estatuto privado são propriedade da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), enquanto que a sua integração ou exclusão das AP de âmbito regional e local na RNAP está dependente de uma apreciação da autoridade nacional.

Até aos finais de 2009, a Rede Nacional de Áreas Protegidas era inicialmente constituída por um parque nacional, doze parques naturais, dez paisagens protegidas, vinte e sete reservas naturais, seis sítios classificados e dez monumentos naturais. Actualmente ocupam cerca de 21% do território nacional, com uma extensão de 643 087 hectares, que incluem parques e reservas naturais e ainda outras áreas de interesse natural.

A classificação das AP tem como finalidade a concessão de um estatuto legal com vista a uma protecção apropriada à manutenção da natureza e biodiversidade, pretende ainda valorizar a paisagem.

2. ÁREAS PROTEGIDAS EM MOÇAMBIQUE

Moçambique possui uma variedade de ecossistemas, repletos de espécies endémicas, extensas áreas marinhas e de água doce que ultrapassam as fronteiras nacionais. O país é dotado de um grande potencial turístico baseado na natureza.

É neste sentido que Moçambique defende que a conservação por via do fornecimento de bens e serviços de base sustentável, é um meio eficaz para garantir o alívio da pobreza e o bem-estar das comunidades locais. Assim sendo, a criação de AP no território nacional tem em vista a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, tendo sempre em atenção a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Todavia, o verdadeiro propósito consiste em transformar as AP num elemento fundamental para o desenvolvimento social e económico do país, capaz de proporcionar um bem-estar às comunidades, criando emprego e riqueza.

Em Moçambique as Áreas Protegidas foram criadas de forma a preservar os recursos, excluindo a terra que era até então ocupada pelas comunidades locais, contudo, durante vários anos as AP originaram conflitos entre as comunidades autóctones e os gestores

destas áreas. As Áreas Protegidas foram estabelecidas entre a década de 60 e 70, tendo sido criadas 83% das reservas nacionais e 17% dos parques nacionais no início dos anos 60 e cerca de 50 % dos parques no princípio dos anos 70.

Após a independência nacional foram criados o Parque Nacional do Limpopo, o Parque Nacional das Quirimbas e a Reserva Nacional de Chimanimani. As Coutadas Oficiais foram criadas nos anos 60, em 1969, foram estabelecidas 67% das doze coutadas actualmente existentes.

A partir do ano 2000 verificou-se um aumento de 33,3% dos parques e 17% das reservas. As Áreas Protegidas têm como suporte legal a Lei n.º 10/99, de 07 de Julho, designada de Lei de Florestas e Fauna Bravia que estabelece os princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos³⁴ no quadro de uma gestão integrada, para o desenvolvimento económico e social do país.

O organismo responsável pela gestão das áreas de conservação em Moçambique é a Direcção Nacional das Áreas de Conservação (DINAC) do Ministério do Turismo (MITUR). A sua criação visa um melhor aproveitamento das potencialidades faunísticas para fins turísticos, o desenvolvimento do ecoturismo e a concretização de projectos de corredores turísticos entre a costa e o interior do país (MITUR, 2003).

Além da DINAC, outras instituições como o Ministério da Agricultura (MINAG) e o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) participam na gestão das áreas de conservação, o que deixa dúvidas sobre qual seria a entidade mais apropriada para gerir estas áreas, pois o MINAG está mais focalizado na exploração da flora e fauna do que na sua preservação. Por seu turno, o MICOA é um organismo imparcial em relação aos outros ministérios, porém relativamente novo e portanto limitado em termos de recursos humanos e financeiros.

E embora a DINAC possua melhores condições para a gestão das AP's, está mais orientada para o turismo do que para a conservação, podendo os interesses desta actividade sobrepor-se aos da conservação. Portanto, há que se efectuar uma análise

³⁴ Consideram-se recursos florestais e faunísticas as florestas e demais formas de vegetação, incluindo os produtos florestais, a fauna bravia, os troféus e despojos que tenham ou não sido processados (Lei n.º 10/99, de 07 de Julho).

profunda no sentido de delinear o papel destas instituições no processo de gestão das AP's, contudo, é necessário o envolvimento das instituições interessadas com vista a trabalhar na elaboração de um documento único sobre as áreas protegidas bem como eliminar potenciais conflitos.

2.1. Rede Nacional de Áreas Protegidas (Moçambique)

Embora não adopte a designação de Rede Nacional de Áreas Protegidas, Moçambique dispõe de uma extensa rede de AP que se estende por eco regiões e biomas que constituem o património natural do país. Fazem parte desta rede, os parques e reservas nacionais que ocupam 12,6% do território nacional, sendo que este valor eleva-se para os 15% do território quando se inserem as coutadas.

A maior parte das AP possuem um número reduzido de animais devido à guerra civil e à caça desordenada. Como resultado, diversas espécies antes abundantes nos Parques Nacionais da Gorongosa, do Banhine, Zinave e Limpopo e nas Reservas Nacionais de Gilé e Marrromeu se encontram em número reduzido ou em perigo de extinção.

Embora as Leis de Florestas e Fauna Bravia (1999) e de Terra (1997) não permitam a fixação de residências nas áreas protegidas, como é o caso de parques e reservas nacionais, ainda assim, verifica-se um número considerável de comunidades que habitam no interior destas áreas.

Este fenómeno tem contribuído quer para a criação de conflitos entre as comunidades e os animais, como também para a destruição dos habitats e abate de animais. Torna-se assim necessário a adopção de uma boa estratégia de gestão das áreas protegidas, de forma a corrigir situações que possam colocar em risco estas áreas.

De forma a promover o desenvolvimento das AP o Governo moçambicano estabeleceu um conjunto de princípios gerais e específicos que regem a administração e gestão destas áreas.

Princípios Gerais que regem a Gestão e Administração das Áreas Protegidas:

“Princípio da Propriedade dos Recursos Naturais; Princípio do Desenvolvimento Sustentável; Princípio de Exploração Sustentável dos Recursos Naturais; Princípio da Integração das Comunidades Locais e do Sector Privado e Princípio do Estabelecimento de Parcerias e Cooperação Internacional”³⁵.

Tabela nº 2 - Os Princípios Específicos e os Respectivos Pilares

Pilares	Princípios
Ecológico	Fiscalização e Protecção; Investigação e pesquisa; Cooperação internacional; Infra-estruturas; Responsabilidade; Conservação dos recursos hídricos; Gestão de conflito homem-animal; Educação ambiental; Adequação dos limites das áreas protegidas; Aspectos de veterinária e controlo de doenças; Translocação e introdução de animais selvagens; Consolidação da rede nacional de áreas de protecção; Protecção de Ecossistemas e Habitats frágeis e únicos;
Social	Participação comunitária; acesso aos benefícios pelas comunidades; Tratamento das comunidades nas áreas protegidas/reassentamento; Enquadramento dos programas comunitários de desenvolvimento do turismo
Económico	Desenvolvimento do turismo; Participação do sector privado nas áreas protegidas; Exploração das Coutadas Oficiais e das Fazendas do Bravio;
Institucional	Planificação integrada; coordenação inter-sectorial; Recursos humanos; Gestão financeira; Tecnologias e sistemas de comunicação; Administração e do estabelecimento de parcerias,

Fonte: Ministério do Turismo de Moçambique [MITUR], 2003

ZONAS DE PROTECÇÃO

De acordo com a Lei nº 10/99, de 07 de Julho, *“são áreas territoriais delimitadas, representativas do património natural nacional, destinadas à conservação da biodiversidade e ecossistemas frágeis ou de espécies animais ou vegetais”.*

³⁵ MITUR, 2003

Segundo a Lei de Floresta e Fauna Bravia as Áreas de Conservação dividem-se em três zonas de protecção nomeadamente:

- a) Parque Nacional;
- b) Reserva Nacional;
- c) Zonas de Uso e de Valor Histórico-Cultural.

Parque Nacional

“É um território delimitado que se destina à preservação de ecossistemas naturais, geralmente de grande beleza cénica e representativos do património nacional.”³⁶

Tabela nº 3 - Parques Nacionais de Moçambique

Províncias	Designação	Ano de Criação	Área (Km²)
Cabo Delgado	Parque Nacional das Quirimbas	2002	7.500
Sofala	Parque Nacional da Gorongosa	1960	4. 067
Inhambane	Parque Nacional de Zinave	1973	5. 370
Gaza	Parque Nacional do Limpopo	2001	10.000
	Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto	1973	7. 000
Área Total			33. 937

Fonte: Ministério do Turismo de Moçambique [MITUR], 2003

³⁶ Artigo 11º da Lei nº 10/99, de 07 de Julho.

Reserva Nacional

“Território delimitado destinado à preservação de certas espécies de flora e fauna raras endémicas, ameaçadas ou em vias de extinção, ou que denunciem declínio, e os ecossistemas frágeis.”³⁷

Tabela nº 4 - Reservas Nacionais de Moçambique

Províncias	Designação	Ano de Criação	Área (Km²)
Niassa	Reserva Nacional do Niassa	1964	32.000
Zambézia	Reserva Nacional do Gilé	1960	2.100
Sofala	Reserva Especial de Marromeu	1960	1.500
Manica	Reserva Nacional de Chimanimani	2000	7.500
Inhambane	Reserva Nacional de Pomene	1964	200
Maputo	Reserva Especial de Maputo	1960	700
Área Total			44.000

Fonte: Ministério do Turismo de Moçambique [MITUR], 2003

Zonas de Uso e de Valor Histórico-Cultural

“São áreas destinadas à protecção de florestas de interesse religioso e outros sítios de importância histórica e de uso cultural, de acordo com as normas e práticas costumeiras das respectivas comunidades.”³⁸

Coutadas Oficiais

Segundo o Artigo 1º da Lei 10/99, de 07 de Julho, *“são áreas delimitadas de domínio público, destinado à caça desportiva, fomento do turismo cinegético e protecção das espécies, nas quais o direito de caçar só é reconhecido por via de um contracto de concessão celebrado entre o operador e o Estado”.*

³⁷ Artigo 12º da Lei nº 10/99, de 07 de Julho.

³⁸ Artigo 1º da Lei 10/99, de 07 de Julho

Tabela nº 5 - Coutadas Oficiais de Moçambique

Províncias	Designação	Ano de Criação	Área (Km²)
Manica	Coutada n.º 4	1969	4.300
	Coutada n.º 9	1969	4.333
	Coutada n.º 7	1969	5.408
	Coutada n.º 13	1960	5.683
Sofala	Coutada n.º 5	1972	6.868
	Coutada n.º 6	1960	4.563
	Coutada n.º 8	1969	310
	Coutada n.º 10	1961	2.008
	Coutada n.º 11	1969	1.928
	Coutada n.º 12	1969	2.963
	Coutada n.º 14	1969	1.353
	Coutada n.º 15	1969	2.300
Área Total			42.017

Fonte: Ministério do Turismo de Moçambique [MITUR], 2003

Segundo o Artigo 37º, da Lei n.º 10/99, de 7 de Julho, cabe ao Conselho de Ministros garantir a fiscalização do uso da flora e fauna, de forma a monitorar, orientar e disciplinar as actividades de conservação. Por outro lado, todo o cidadão, especialmente os conselhos locais de gestão dos recursos bem como os portadores de licenças devem colaborar na protecção dos recursos florestais e faunísticos, denunciando os infratores (Nº 2 do capítulo VII). É da responsabilidade dos fiscais de florestas e fauna bravia, bem como dos agentes comunitários, fiscalizar as florestas e fauna bravia.

Moçambique considera as áreas protegidas, um suporte para o desenvolvimento turismo sustentável devido à riqueza do seu património natural e cultural, que representam um atractivo turístico. Actualmente o investimento em AP's visa à reintrodução de espécies e construção de novas infra-estruturas destinadas ao turismo e à conservação, assim como ao desenvolvimento de actividades que possam garantir o bem-estar das comunidades locais.

PARTE II – O PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA

CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

1. CONTEXTO GEOGRÁFICO

A área de intervenção escolhida para o presente estudo foi o Parque Nacional da Gorongosa (PNG) devido às suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza e ao projecto de restauração em curso que representa uma oportunidade para recuperar e assegurar a continuidade das espécies. Desta forma, a caracterização da região está relacionada ao clima, à vegetação, à vida selvagem e aos aspectos culturais, que permitem estudar o potencial para o desenvolvimento de um conjunto de actividades turísticas que usufruam destes recursos e que sejam ao mesmo tempo responsáveis.

Inicialmente a Gorongosa era uma reserva de caça posteriormente elevada à categoria de Parque Nacional em 1960 pelo Decreto-Lei n.º 1993, de 23 de Julho. O parque situa-se a 150 quilómetros da cidade da Beira, no centro do país, na província de Sofala entre os distritos da Gorongosa, Cheringoma e Muanza e ocupa uma área de cerca de 4.067 quilómetros quadrados.

A região central de Moçambique possui um clima tropical de savana, com temperaturas que oscilam entre 30 e 40° C no verão e entre 15 e 25° C no inverno (entre os meses de Abril e Outubro). A precipitação média anual varia entre 1.000-1.400 mm.

2. RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS

GEOLOGIA

O PNG encontra-se a Sul do Vale do Rift Africano, possui cerca de 4.067 quilómetros quadrados do sistema do Vale do Rift Oriental, destaca-se pelas suas características geológicas que se estendem pela África Oriental, desde a Etiópia até o centro de Moçambique, resulta de grandes deslocações das placas tectónicas cuja formação teve início há 30 milhões de anos atrás.

A Gorongosa engloba uma planície (com uma altitude de 1862 metros, irrigada pelos rios da Serra da Gorongosa) e planaltos cuja formação é fruto de deformações, reentrâncias e saliências da crosta terrestre (constituídos por rochas sedimentares de grés e conglomerados, bem como formações sedimentares secundário, terciário e quaternário). A Serra é formada por rochas eruptivas da família de garbos, onde o principal feldspato é a plagioclase básica, granitos, sienitos e rochas metamórficas da classe meta sedimentar.

Todas estas características associadas ao sol, ventos e chuvas que incidiram sobre a superfície terrestre contribuíram para a formação da diversidade de solos dentre eles: os solos franco-argilosos e arenosos-acastanhados e os solos muito pesados de cor cinzenta e negra.

HIDROLOGIA

Em termos de recursos hídricos, o PNG é alimentado por diversos rios que desaguam no lago Urema e no rio Pungué. A Serra em particular abastece cinco rios, dos quais três (Mucodza, Muera e Vunduzi) desaguam no lago Urena, situado no centro do Parque e os restantes (Chitunga e Nhandar) correm para o rio Pungué que delimita o Parque a sul. Outros rios como Nandué e Mucombezi juntamente com riachos e canais desaguam no Parque provenientes do Norte e do Planalto de Cheringoma. Os rios Nandué, Mucombezi, Vunduzi formam a Bacia do Urema que ocupa uma área de cerca de 7850 quilómetros quadrados. Os recursos hídricos servem não só para alimentar toda a fauna e flora do Parque, mas também para serem utilizados pelas comunidades locais para uso doméstico e na irrigação dos campos de cultivo.

VEGETAÇÃO E VIDA SELVAGEM

O PNG possui uma diversidade de fauna e flora, algumas das espécies só é possível encontrar no parque por se tratar de espécies únicas. Foram identificadas três tipologias de vegetação que servem de suporte para a fauna da Gorongosa. Setenta e seis por cento da flora é constituída por savanas, da qual fazem parte o capim e arbustos que contribuem para a irrigação dos solos.

Catorze por cento da flora é constituída por diversos tipos de bosques e matas, sendo que a restante percentagem é constituída por capim. Estas três tipologias de vegetação subdividem-se em outras variedades de flora dificilmente identificáveis em alguns lugares.

A Serra da Gorongosa é uma área repleta de capim de montanha, florestas tropicais ao longo dos rios, matas e savanas em baixas altitudes. Dois dos planaltos encontram-se repletos de um tipo de savana denominada miombo, nome atribuído a uma árvore da região. Actualmente tem-se assistido à desflorestação da serra devido às queimadas descontroladas e ao abate indiscriminado de árvores para fins agrícolas, colocando em risco as florestas da serra bem como as espécies que dela dependem.

Em resultado da espantosa diversidade de plantas encontra-se uma fauna que apresenta diferentes répteis, peixes, batráquios, mais de 400 espécies de aves, elefantes, cerca de 24 ungulados selvagens, zebras, búfalos, bois-cavalos, pala-palas, gondongas, inhadas e cudos. Existem ainda grandes predadores como leões, crocodilos, leopardos e mabecos.

O levantamento efectuado em 2007 confirma a recuperação de diversas espécies nos últimos anos. Actualmente, a fauna do parque é menos rica e apresenta pouca variedade em relação ao passado devido à guerra e à caça furtiva, entretanto, praticamente todas as espécies nativas e mais de 400 tipos de pássaros sobreviveram. A reintrodução das espécies permitirá restabelecer o equilíbrio ecológico do parque.

Figura nº 5 - Orbea Halipedicola



Fonte: Wursten (2011) in PNG

Figura nº 6 - Elefante e sua cria



Fonte: Barbee (2008) in PNG

Figura nº 7 - Pintadinho de peito vermelho



Fonte: Wursten (2011) in PNG

Figura nº 8 - Hyperolius marmoratus



Fonte: Wursten (2011) in PNG

Figura nº 9 - Impala



Fonte: Grzegorcyk (2011) in PNG

Figura nº 10 – Cobra no arbusto



Fonte: Wursten (2011) in PNG

ASPECTOS CULTURAIS

A Gorongosa é uma das áreas de conservação mais importantes de Moçambique devido ao seu património natural, histórico, social e político importante para o desenvolvimento do turismo de natureza, pois permite diversificar a oferta turística.

O turismo pressupõe o contacto entre os turistas e as comunidades locais, sendo assim, é importante que as comunidades locais estejam envolvidas no processo de desenvolvimento com vista a garantir que seja sustentável tendo sempre em atenção os interesses destas comunidades e a preservação da sua identidade cultural.

Há vários milénios que a presença das comunidades humanas constitui parte integrante no ecossistema da Gorongosa, constituída por caçadores, colectores, camponeses e pescadores.

Actualmente, cerca de 250.000 pessoas vivem em comunidades ao longo do lago Urema, das quais 25.000 encontram-se ao longo das fronteiras do Parque. A crescente presença humana nestas áreas tem colocado em risco o ecossistema, uma vez que residentes têm tendência a utilizar de forma descontrolada os recursos naturais, visto que não possuem técnicas sustentáveis para a utilização racional destes recursos.

Mais de metade de população residente ao redor do Parque fala português, apenas algumas pessoas que tem o privilégio de frequentar o ensino secundário. A língua predominante nos arredores do Gorongosa é o Sena e o Xi-Gorongosi.

▪ Usos e Costumes

Mais de 14 comunidades vivem em redor do PNG, algumas delas habitam em pequenas aldeias tradicionais governadas por um *Régulo*³⁹ com o apoio de curandeiros que servem de elo de ligação entre os espíritos dos antepassados e o mundo material, trabalham no sentido de levarem prosperidade para as comunidades assim como na resolução de

³⁹ Chefe tradicional proveniente de linhagens respeitadas cuja função consiste em ser consultor ou juiz de questões ligadas a sua comunidade.

conflitos e problemas de saúde. Além destes chefes tradicionais boa parte das comunidades são governadas por *Sapandas* e *Fumos*.

As comunidades locais consideram a Serra da Gorongosa um local sagrado pelo que só se pode visitar mediante a permissão do *Régulo*, podendo o visitante ser convocado a participar numa cerimónia tradicional ou a dar uma oferta antes de ser concedida a autorização.

⇒ Arte

Em termos artísticos os Sena possuem uma herança cultural rica em canções e danças tradicionais, normalmente apresentadas em celebrações e cerimónias tradicionais e oficiais. Podendo-se ouvir desde a *marrabenta*⁴⁰ aos variados ritmos tocados por instrumentos como marimbas e tambores, fazendo-se acompanhar pelas danças e canções tradicionais dos vários grupos locais.

As histórias também fazem parte da expressão cultural dos Sena, incluem mitos e experiências pessoais normalmente contadas em volta da fogueira. O artesanato feito em barro, palha ou madeira é um legado transmitido de geração em geração, que resulta em objectos brilhantes que infelizmente tem tendência a desaparecer ao longo dos anos.

⇒ Actividades Tradicionais

Tornar o desenvolvimento económico compatível com a conservação dos recursos naturais constitui um dos principais desafios na gestão das AP's. Assim, é importante o incentivo à prática de actividades alternativas, que não estejam totalmente dependentes da exploração dos recursos naturais.

As actividades mais praticadas pelas comunidades residentes junto ao PNG são a agricultura, a pecuária, a apicultura, a extração de madeira, o artesanato e a produção de carvão vegetal. A agricultura de subsistência e a pecuária (criação de animais como

⁴⁰ Ritmo musical acompanhado de uma dança típica do Sul de Moçambique-Maputo.

galinhas, cabras, patos e porcos) são a fonte de rendimento e de sobrevivência das famílias, entretanto, para limpar as áreas de cultivo a população recorre a queimadas e ao abate de áreas florestais sem qualquer controle colocando em risco não só a fauna e a flora do Parque mas também as suas próprias vidas.

As características da Gorongosa (temperatura agradável e a diversidade de flora) oferecem à região excelentes condições para a produção de mel de boa qualidade e sabor requintado uma vez que é totalmente natural sem quaisquer produtos químicos na sua composição. Actualmente a actividade não tem um grande contributo do ponto de vista económico visto que as famílias não possuem nenhuma formação, sendo importante acções de formação com vista a fornecer às famílias os conhecimentos necessários para uma maior produção e comercialização deste produto.

3. NÚCLEOS DE ATRACTIVIDADE TURÍSTICA

3.1. Correspondentes à Atrações Turísticas

O PNG oferece um conjunto de potencialidades e recursos turísticos que permitem dar resposta à procura pelo turismo de natureza. O enquadramento do TN no Parque requer antes de mais a identificação das potencialidades e dos principais recursos turísticos do Parque, assim, passamos a apresentar os principais atractivos da Gorongosa:

As formas de relevo diversificadas em conjugação com o clima ameno e suave permitem a região desenvolver uma variedade de vegetação e fauna, algumas das quais existentes apenas no Parque. A riqueza da biodiversidade constitui um forte atractivo para o desenvolvimento de uma série de actividade turísticas.

A flora da Gorongosa apresenta alguns aspectos particulares levando à necessidade de conservar as espécies (algumas delas raras), que constituem um grande potencial para o desenvolvimento de actividades ligadas à interpretação ambiental, como passeios com vista a observação de espécies, de carácter recreativo ou científico.

No que se refere à *fauna*, esta apresenta espécies interessantes a partir das quais pode-se organizar passeios para à observação de aves e de outros animais selvagens,

podendo futuramente ser instalado observatórios fixos de forma a não perturbar as espécies.

As suas *paisagens verdes*, em harmonia com a ocupação humana, resultam numa importante atracção turística. Estes valores naturais associados aos usos e costumes das comunidades locais transformam o Parque num local único.

Os *valores culturais* da população local (o artesanato, as histórias, as danças, canções e cerimónias tradicionais) constituem não só factores de atracção mas também uma herança cultural que necessitam de um estudo aprofundado e de preservação, para tal é importante a criação de percursos interpretativos e de núcleos museológicos de forma a garantir que estas manifestações culturais possam ter continuidade.

Os recursos naturais são sem dúvida elementos essenciais para a actividade turística do Parque Nacional da Gorongosa, porém, não são por si só suficientes para garantir a permanência dos visitantes no local visitado. A sustentabilidade e a competitividade do Parque dependem de todo um conjunto de infra-estruturas, equipamentos, acolhimento capazes de atrair e proporcionar aos visitantes excelentes condições que permitam dar resposta às suas motivações.

4. O ESTADO ACTUAL DE DESENVOLVIMENTO

No passado Gorongosa foi uma região com uma grande diversidade de espécies, algumas delas com características únicas que proporcionavam ao Parque um enorme potencial turístico, contudo, estes recursos sofreram uma drástica redução devido à guerra civil levando a necessidade de restaurar o seu ecossistema de forma a recuperar e à preservar as espécies que representam uma grande oportunidade de conservação e de desenvolvimento do turismo.

É neste sentido, que em 2004 a Fundação Carr (Organização norte-americana sem fins lucrativos), assinou um acordo com o Governo de Moçambique visando restaurar e preservar o PNG. Este Projecto visa não só a reintrodução de espécies como também inclui o envolvimento das comunidades locais criando benefícios para as mesmas. O Projecto de Restauração deverá ser orientado por um Plano de Gestão que inclui a

equipa do Parque, o Governo e as comunidades locais. O plano estará organizado em quatro capítulos: a Declaração de Missão e Visão; os Planos de Gestão Ecológica⁴¹ e de Divisão por Zonas.

No âmbito da conservação, existe um Departamento de Serviços de Conservação do Parque responsável pela restauração e protecção do ecossistema do Parque. Este Departamento centra-se nas seguintes áreas:

- Gestão do Ecossistema: ocupa-se da gestão das florestas da Serra da Gorongosa, da reabilitação da savana e das terras de pasto, assim como da gestão de incêndios.
- Gestão da Vida Selvagem: inclui a reintrodução de espécies, especialmente de espécies favoráveis para a regeneração das savanas e terras de pasto, e a monitorização de animais selvagens com vista a garantir a sua sobrevivência. De forma a gerir a vida selvagem foi criado um santuário no interior do Parque, com cerca de 6.200 hectares.
- Fiscalização: é levada a cabo com o intuito de garantir o cumprimento das leis e assistência aos visitantes, o PNG possui uma equipa de guardas florestais com formação em técnicas anti caça furtiva e em gestão de vida selvagem.

O departamento dos “Serviços Científicos” é destinado à recolha e análise de informação científica, responsável pelos estudos de impacto ambiental e pela recolha de informação relevante para o processo de conservação e planeamento do desenvolvimento sustentável.

O sucesso do Projecto de Restauração está dependente do envolvimento das comunidades locais, assim sendo, o Departamento de Relações Comunitárias procura trabalhar com as comunidades locais em quatro domínios essenciais:

- Desenvolvimento económico e social: além de proporcionar acções de formação no âmbito da agricultura sustentável, o Parque promove a criação de postos de trabalho e de pequenos negócios, permitindo as comunidades tornarem-se

⁴¹ Será desenvolvido pelo Governo como o apoio das comunidades locais, agências doadoras, organizações não-governamentais (ONG's) e cientistas.

empreendedoras. Das receitas resultantes do turismo 20% são entregues às comunidades, de forma a financiar projectos para o seu benefício, tais como programas de saúde e educação.

- Educação ambiental: encontra-se em curso um projecto com vista à construção de um centro de educação ambiental para as crianças das comunidades, em contrapartida os líderes comunitários são envolvidos num programa de educação para a conservação com vista à consciencialização da importância da conservação e do desenvolvimento sustentável, esperando que estes se transformem nos principais defensores do Projecto de Restauração.
- Saúde e desenvolvimento social: o Parque contribui para a melhoria dos cuidados de saúde e educação;
- Planeamento: neste domínio é efectuado um estudo com vista a avaliar às alterações ocorridas nas condições de vida das comunidades no decorrer do tempo.

Em relação ao turismo, o seu desenvolvimento encontra-se num estágio muito embrionário visto que o Parque possui muitas potencialidades ainda por explorar que necessitam de infra-estruturas suficientes e adequadas. Actualmente existe no Parque apenas uma unidade de alojamento e uma área de campismo. A nível da restauração possui apenas um restaurante e bar que aposta na gastronomia local e internacional.

Relativamente às actividades turísticas, são desenvolvidas no Parque actividades praticadas ao ar livre (passeios e excursões, safaris, observação da fauna e flora), ligadas à aventura e alguns desportos de natureza. Para além das actividades oferecidas aos visitantes, o Parque possui um grande potencial para o desenvolvimento de outras actividades ligadas ao turismo de natureza, que necessitam de identificação e de mecanismos adequados para a sua exploração.

A restauração e a sustentabilidade do PNG estão dependentes da prática de um turismo que contribui não só para a preservação do meio ambiente, mas também para a gestão dos custos da conservação, gerando receitas para o Parque e benefícios para as comunidades locais. O rápido desenvolvimento do turismo permitirá a recuperação do Parque a longo prazo e proporcionará o desenvolvimento económico ao centro do país,

gerando emprego e rendimento para a construção de escolas, hospitais, vias de acesso e outras infra-estruturas importantes para o desenvolvimento da região.

4.1 Diagnóstico da Situação (Análise SWOT)

O turismo quando devidamente desenvolvido pode ser uma importante alavanca de desenvolvimento local, uma vez que permite a promoção de actividades económicas e a valorização das culturas locais, criando oportunidade de emprego para as comunidades locais. Entretanto, para verificarmos se um território possui ou não condições que permitam justificar investimentos no turismo é imprescindível que se analise as forças e fraquezas do território e as oportunidades e ameaças do meio envolvente. Desta forma, passamos a apresentar a seguir a Análise *SWOT*.

Análise *SWOT* do Território

Pontos Fortes

- Boa localização geográfica;
- Boa sinalética;
- Criação de oportunidades de trabalho;
- Programa de educação ambiental;
- Bom atendimento;
- Alojamento construído com material ecológico;
- Património natural e cultural rico e diversificado;
- Preços acessíveis que vão ao encontro da qualidade dos serviços oferecidos;
- Forte promoção turística com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;

- O Parque colabora com diversas agências e organizações no Projecto de Restauração;
- Reconhecimento do Parque enquanto destino turístico internacional e local de importância para a conservação do ecossistema;
- Projecto de Restauração que visa à reabilitação e restauração do ecossistema e a criação de benefícios as comunidades por via do desenvolvimento do turismo;

Pontos Fracos

- Acessibilidades rodoviárias degradadas;
- Insuficiência de recursos humanos qualificados;
- Oferta de alojamento e de restauração insuficientes;
- Sistema de gestão de resíduos sólidos ainda insuficientes;
- Fragilidade em termos de prestação de cuidados de saúde;
- Falta de um enquadramento adequado dos recursos turísticos numa oferta organizada e altamente competitiva;

Oportunidades

- Promoção de actividades de animação turística e promoção de eventos capazes de potenciar a oferta turística;
- Definição clara do papel das comunidades e o seu envolvimento no processo de desenvolvimento turístico;
- Criação de mecanismo para a recolha do feedback dos visitantes;
- Aposta na formação contínua dos recursos humanos;

- Melhoria do sistema de gestão de resíduos sólidos;
- Maior aproveitamento do potencial turístico de forma a incrementar o desenvolvimento turístico;
- Criação de sinergias com o sector público e privado com vista à melhoria de condições de acessibilidade e de saneamento básico (água potável, energia, saúde);
- Criação de Infra-estruturas turísticas suficientes e adequadas de forma a prestar serviços de qualidade e a competir com destinos como a África do Sul;
- Actualização da legislação referente às áreas protegidas nacionais (parques, reservas e coutadas) bem como a criação de instrumentos legais que permitam estabelecer os estatutos do Parque;

Ameaças

- Destinos concorrentes exóticos e mais consolidados como o *Kruger Park* na África do Sul;
- As queimadas descontroladas, caça furtiva, pesca ilegal, extração informal de ouro e o abate indiscriminado de animais que colocam em risco o ecossistema;
- A época chuvosa que leva ao encerramento do Parque de Dezembro a meados de Março;
- A estação seca responsável pelos incêndios que ameaçam a flora e fauna do Parque;
- A desconfiança por parte de algumas comunidades locais gera um certo desconforto podendo comprometer o trabalho em curso.

CAPÍTULO II – O TURISMO DE NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA

1. INSTRUMENTOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO TURISMO DE NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA

O desenvolvimento de um turismo sustentável implica a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico exequível que passe por uma monitorização sistemática para que os objectivos inicialmente estabelecidos sejam alcançados. Para que o plano seja implementado de uma forma correcta é necessário o envolvimento dos órgãos de gestão do Parque Nacional da Gorongosa, em colaboração com o Governo moçambicano e outras organizações, sem excluir as comunidades locais que representam uma peça fundamental neste processo.

O desenvolvimento turístico no Parque está dependente das concessões turísticas atribuídas pelo PNG com base num Plano de Gestão a ser aprovado pelo Governo. De modo a promover o desenvolvimento económico da região, o PNG poderá estabelecer parcerias com empresas locais para o financiamento de alguns projectos, bem como coordenar acções de formação dos recursos humanos com vista à melhoria dos serviços prestados.

O operador turístico instalado no Parque deve participar no processo sensibilizando os visitantes para a necessidade de preservação e respeito pelo património natural e cultural, como forma de garantir o desenvolvimento de um turismo sustentável, sem pôr de lado a responsabilidade do operador na adopção de práticas sustentáveis no exercício da sua actividade.

Assim, para garantir que o desenvolvimento turístico seja sustentável é necessário a adopção de algumas medidas, tais como:

- ☐ A colaboração com o Governo na criação de uma legislação específica para um conjunto de actividades turísticas realizadas em áreas protegidas, bem como para as estruturas necessárias;
- ☐ A colaboração com unidades de alojamento situadas nas imediações no sentido de promoverem o PNG junto dos seus hóspedes;

- ☐ O desenvolvimento de programas de animação turística que incluam diversas actividades de forma a satisfazer as várias motivações turísticas;
- ☐ Identificar de acordo o Plano de Gestão os locais apropriados para a instalação das actividades de animação ou de interpretação bem como em estruturas necessárias para a realização das mesmas;
- ☐ Distribuição estratégica das actividades pelo território de forma a reduzir o risco de degradação de áreas mais sensíveis;
- ☐ Acções de parceria entre o PNG, universidades e organizações nacionais e internacionais, bem como a sua promoção junto das comunidades científicas;
- ☐ Promoção de campanhas públicas de forma a sensibilizar as comunidades locais e o público em geral para utilização racional dos recursos do Parque;
- ☐ Apoio às actividades económicas tradicionais desenvolvidas pela população local como a agricultura e a pecuária, cuja produção poderá ser utilizada no estabelecimento de restauração do Parque;
- ☐ Promover a participação activa das comunidades locais no desenvolvimento turístico através da criação de pequenos eventos que dêem a conhecer aos visitantes os seus usos e costumes (música, dança, artesanato e histórias);
- ☐ Promoção de alguns eventos desportivos a nível nacional e internacional relacionado com modalidades adequadas ao meio, como por exemplo a canoagem.

A implementação do turismo de natureza no Parque Nacional da Gorongosa passa pela operacionalização de um conjunto de acções que devem ser levadas a cabo mediante a participação de todos actores turísticos. Tais acções devem seguir os planos de acção repartidos por áreas, no caso do Parque o Plano de Gestão inclui três áreas destinadas à protecção e vida selvagem, às actividades turísticas e ao alojamento.

Existem algumas infra-estruturas turísticas no Parque capazes de contribuir para o desenvolvimento do turismo de natureza, como é o caso das unidades de alojamento,

porém, insuficientes uma vez que este possui um conjunto de actividades (relacionadas com animação e interpretação ambiental) que necessitam de infra-estruturas adequadas.

1.1. Unidades de Alojamento

A oferta de alojamento turístico do Parque Nacional da Gorongosa é estipulada segundo as tipologias definidas pelo Decreto-Lei n.º 18/2007, de 7 de Agosto, as actividades desenvolvidas na natureza, como safaris, mergulho e a contemplação da natureza são enquadradas nos serviços de hospedagem designados por *Lodge*, normalmente construídos com base em matérias locais.

O antigo Acampamento de Chitengo é actualmente designado de Girassol Gorongosa *Lodge & Safari*, unidade hoteleira actualmente sob a gestão do Grupo Visabeira. Para além do *Lodge*, o Parque conta com um Parque de Campismo que deverá *“corresponder a um terreno delimitado com estruturas que permitam quer a título gratuito quer oneroso, a instalação de tendas ou outros abrigos semelhantes e a permanência de reboques de veículos habitáveis, caravanas ou roulottes”* (N.º 23, do Artigo 1º do Regulamento de Alojamento Turístico).

O PNG possui apenas duas tipologias de alojamento turístico insuficientes para o seu potencial turístico, tornando-se necessário a expansão da capacidade de alojamento com vista a fornecer uma oferta de alojamento adequada às actividades turísticas, incluindo a construção de um complexo residencial para a equipe de gestão do Parque bem como um centro para o acolhimento de grupos que desenvolvam actividades de carácter científico.

Como referimos anteriormente, a expansão da oferta de alojamento deverá realizar-se no âmbito do Plano de Gestão e a sua implementação estará dependente da autorização do Governo moçambicano e da equipe de gestão, de forma a respeitar a capacidade de carga do Parque.

O turismo deve contribuir para o desenvolvimento sustentável do PNG através da conservação e recuperação do Parque bem como a promoção do desenvolvimento económico e social da região. Para tal, é importante ter em atenção os princípios do

desenvolvimento sustentável, utilizando os recursos naturais e culturais de forma racional, preservando sempre a qualidade de vida das comunidades locais.

O Girassol Gorongosa *Lodge & Safari* situa-se no interior do PNG e possui cerca de 30 quartos com a capacidade para acolher 90 hóspedes. Encontra-se aberto aos turistas de Abril a Dezembro, possui um conjunto de facilidades e actividades ao ar livre, como excursões e safaris. Conforme anteriormente exposto, além da unidade hoteleira existe um parque de campismo, que dispõe também de um conjunto de facilidades.

Face à crescente procura pelo turismo na Gorongosa, as unidades de alojamento deverão ser expandidas e requalificadas tendo em conta os princípios de gestão das áreas protegidas em Moçambique e aos planos de zonamento previstos, com vista a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

1.2. Actividades de Animação

A operacionalização do turismo de natureza no PNG passa pelo desenvolvimento de um conjunto de actividades, infra-estruturas e serviços que garantam a ocupação dos tempos livres dos visitantes ao mesmo tempo que fomentem o desenvolvimento de um turismo sustentável e contribuam para a redução da pressão em algumas áreas criando pontos de interesse distintos aos que já existem.

Assim, para uma correcta implementação do turismo de natureza no PNG são necessárias acções como:

- ⇒ A criação de estruturas de apoio a actividades de animação ambiental, como painéis informativos;
- ⇒ A promoção de passeios a pé, de bicicleta, em veículos todo-o-terreno, utilizando rotas existentes ou criando novas rotas (desde que não causem danos ao ambiente);
- ⇒ Promoção de pequenos eventos ligados à gastronomia e artesanato que promovam os produtos locais, contribuindo não só para a criação de rendimentos como também para a preservação do património natural e cultural;

- ⇒ Promoção de alguns jogos tradicionais praticados por pessoas da comunidade ou por escolas locais.

O Parque Nacional da Gorongosa dispõe de um conjunto de actividades que poderão ser enquadradas na modalidade de animação, como por exemplo os safaris em veículos todo-o-terreno realizados um pouco por todo o Parque e outras actividades, que necessitam de serviços e instalações apropriadas para a sua realização.

1.3. Actividades de Interpretação Ambiental

As actividades de interpretação ambiental contribuem para o desenvolvimento turístico na medida em que permite aos visitantes conhecer e valorizar o património natural e cultural da região. Para a sua implementação no PNG são necessárias a criação de algumas instalações e serviços tais como:

- ⇒ Observatórios posicionados de forma estratégica que permitam a observação das diversas espécies de aves sem as perturbar;
- ⇒ Centros de interpretação que forneçam ao visitante um conhecimento amplo dos fenómenos no tempo e no espaço com recurso a uma base científica, e não uma mera descrição dos factos;
- ⇒ Pólos de recepção, destinados ao acolhimento e à prestação de informação aos visitantes sobre as características e o potencial do Parque. Estes pólos devem estar localizados em locais estratégicos para facilitar o acesso e a organização;
- ⇒ Projectos ou actividades, tais como palestras ou exposições que possam promover debates relacionados com o desenvolvimento sustentável da região;
- ⇒ Promover expedições fotográficas, recorrendo a pontos de observação e miradouros que permitam observar a flora e fauna existentes no Parque. As expedições poderiam resultar em alguns concursos fotográficos, cujos trabalhos poderão ser utilizados para promover as actividades turísticas.

Estas iniciativas poderão ser levadas a cabo pelo próprio Parque ou por empresas privadas, devidamente autorizadas e consideradas competentes pela entidade gestora do Parque.

1.4. Os Desportos de Natureza

O PNG possui excelentes condições para a prática de diversas actividades desportivas, mas que necessitam de uma legislação específica para regulamentar o exercício dessas actividades, tendo em conta seu plano de gestão. A introdução de actividades desportivas é essencial para o aumento da oferta turística.

O plano de gestão incluirá cinco zonas de gestão, tendo sido identificadas as actividades que poderão ser praticadas numa das zonas do Parque. Fazem parte destas actividades:

- ⇒ Pedestrianismo;
- ⇒ Balonismo;
- ⇒ Espeleologia;
- ⇒ Ciclismo de montanha;
- ⇒ Canoagem;
- ⇒ Pesca.

O plano de gestão inclui ainda outros desportos e actividades de baixo impacto a serem aprovadas pelo Parque. Algumas destas actividades já são praticadas, outras necessitam ainda de estruturas necessárias para a sua prática.

A implementação de actividades relacionadas com os desportos de natureza, assim como de todas actividades enquadradas no turismo de natureza, poderão contribuir para o desenvolvimento da região e para a construção de uma imagem de marca para o PNG, mas, por outro lado, poderão resultar em alguns impactos negativos para o Parque, assim, há que ter em conta estes efeitos de forma a evitar ou minimizar os mesmos.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a revisão da literatura e a recolha de dados por via do inquérito por questionário, tendo como objectivo principal perceber em que medida o turismo de natureza pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa, passamos a apresentar os resultados analisados e discutidos, tendo em conta as dimensões e categorias do questionário.

Os resultados obtidos permitirão ainda analisar as forças e fraquezas bem como as oportunidades e ameaças do território, com importância ou influência na actividade turística do Parque, assim como analisar acções que podem ser levadas a cabo no sentido de melhorar os serviços prestados e aumentar a satisfação dos visitantes.

Pretende-se com a realização do presente trabalho, reunir um conjunto de elementos que justifiquem, em jeito de recomendações aumentar a atractividade turística do Parque Nacional da Gorongosa, por via da identificação da melhor oferta turística.

Na presente investigação não foi adoptada qualquer tipo de amostra, uma vez que não foi possível efectuar o trabalho de campo, sendo a investigação desenvolvida em Portugal. Desta forma, a apresentação dos resultados será efectuada através de gráficos e tabelas elaborados com recurso a *Microsoft Excel*, ferramenta que permite analisar e comunicar os resultados obtidos.

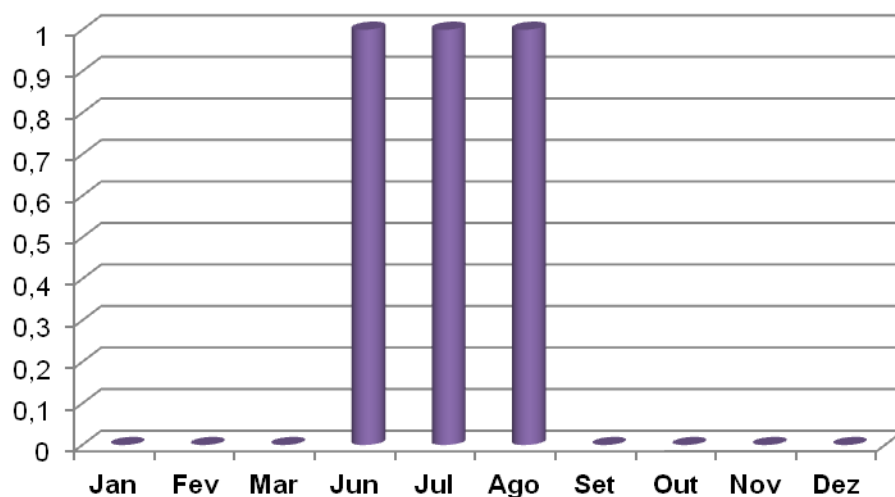
1. Caracterização do Território

Nesta dimensão importa apenas referir que o maior número de visitantes que o Parque recebe provém maioritariamente de Moçambique, África do Sul e Portugal. A proximidade geográfica e os laços históricos poderão estar na origem deste resultado.

1.1. Meses do Ano em que o PNG Recebe o Maior número de Visitantes

Como é possível verificar no gráfico abaixo indicado, o Parque Nacional da Gorongosa recebe o maior número de visitantes nos meses de Junho, Julho e Agosto.

Gráfico nº 1 - Meses do ano em que o PNG recebe o maior número de visitantes



2. Avaliação do Turismo na Óptica da Oferta

O objectivo geral desta dimensão consiste em analisar a situação turística a partir de elementos relacionados com a oferta que possam permitir ao turismo de natureza contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa.

Para tal, foram traçados alguns objectivos específicos com vista a responder à pergunta de partida, ou seja, perceber de que forma os produtos relacionados com o turismo de natureza podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa. Tais objectivos passam por:

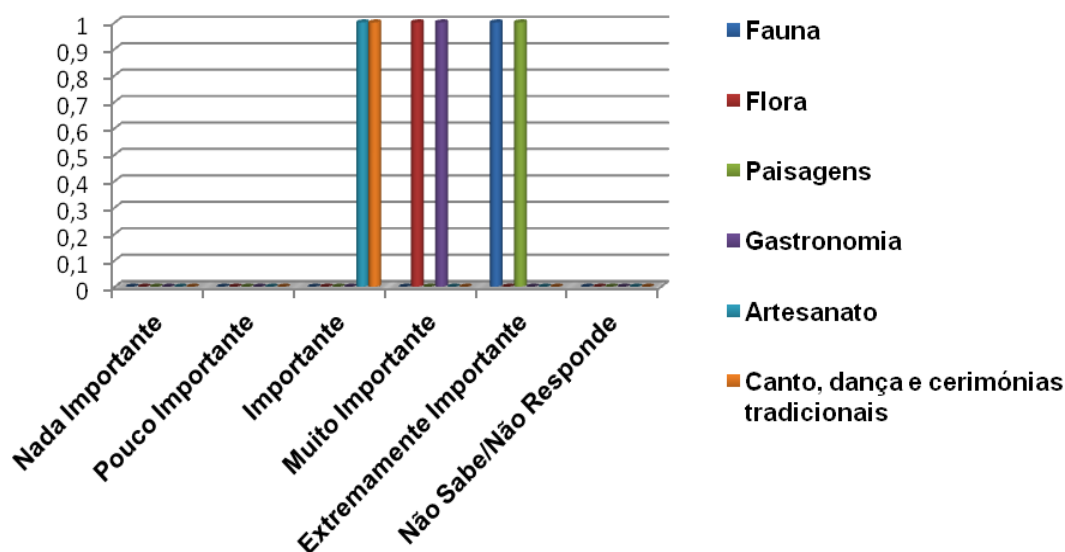
- Saber qual é o grau de importância atribuído aos recursos turísticos do PNG;
- Saber qual é a avaliação efectuada aos equipamentos e serviços turísticos, numa perspectiva de atracção de visitantes para o PNG;

- Saber qual é a avaliação efectuada as infra-estruturas de apoio à actividade turística, numa perspectiva de atracção de visitantes para o PNG.

2.1. Grau de Importância Atribuído aos Recursos Turísticos

Analisando o gráfico n.º 2, é possível verificar que numa perspectiva de atracção turística, o Parque Nacional da Gorongosa considera “importante” o artesanato, o canto, dança e as cerimónias tradicionais. A flora e gastronomia são consideradas “muito importante” e por seu turno a fauna e as paisagens são classificadas como sendo “extremamente importante”.

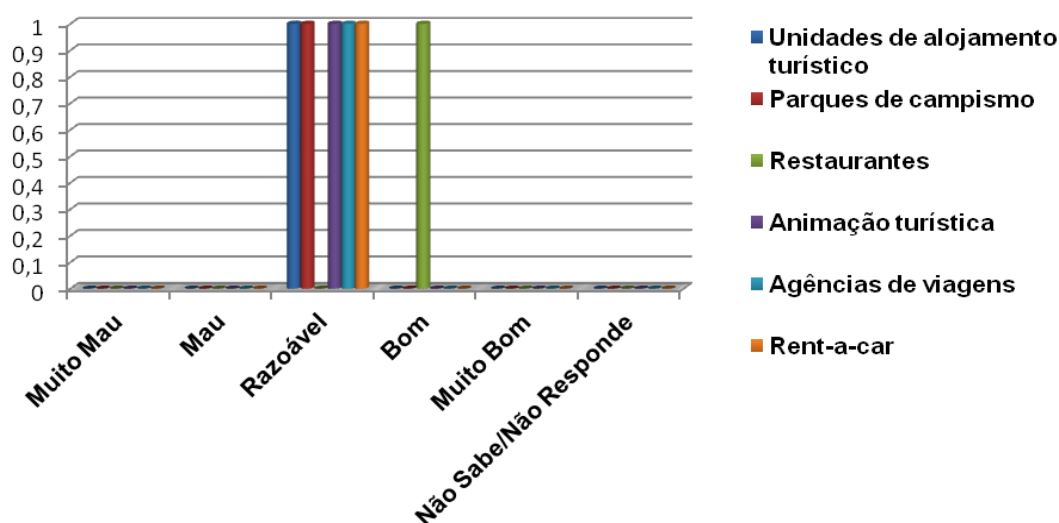
Gráfico nº 2 - Grau de Importância Atribuído aos Recursos Turísticos



2.2. Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos

Como demonstra o gráfico n.º 3, na perspectiva de atracção dos visitantes, o Parque Nacional da Gorongosa considera “razoável” as unidades de alojamento turísticos, os parques de campismo, a animação turística, as agências de viagens e rent-a-car. Por outro lado, os restaurantes possuem uma boa classificação.

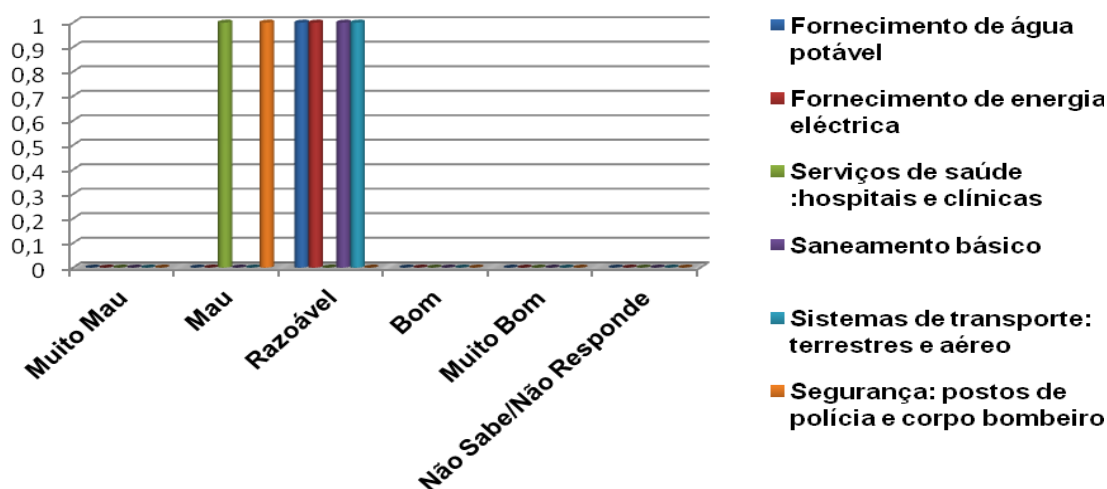
Gráfico nº 3 - Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos



2.3. Avaliação das Infra-estruturas de Apoio à Actividade Turística

O gráfico n.º 4 demonstra que a nível de infra-estruturas de apoio à actividade turística, os serviços de saúde e a segurança recebem a classificação de “mau”, enquanto que o fornecimento de água potável, de energia eléctrica, o saneamento básico e os sistemas de transporte são classificados como sendo “razoável”.

Gráfico nº 4 - Avaliação das Infra-estruturas de Apoio à Actividade Turística



3. Avaliação do Turismo na óptica do Desenvolvimento Sustentável

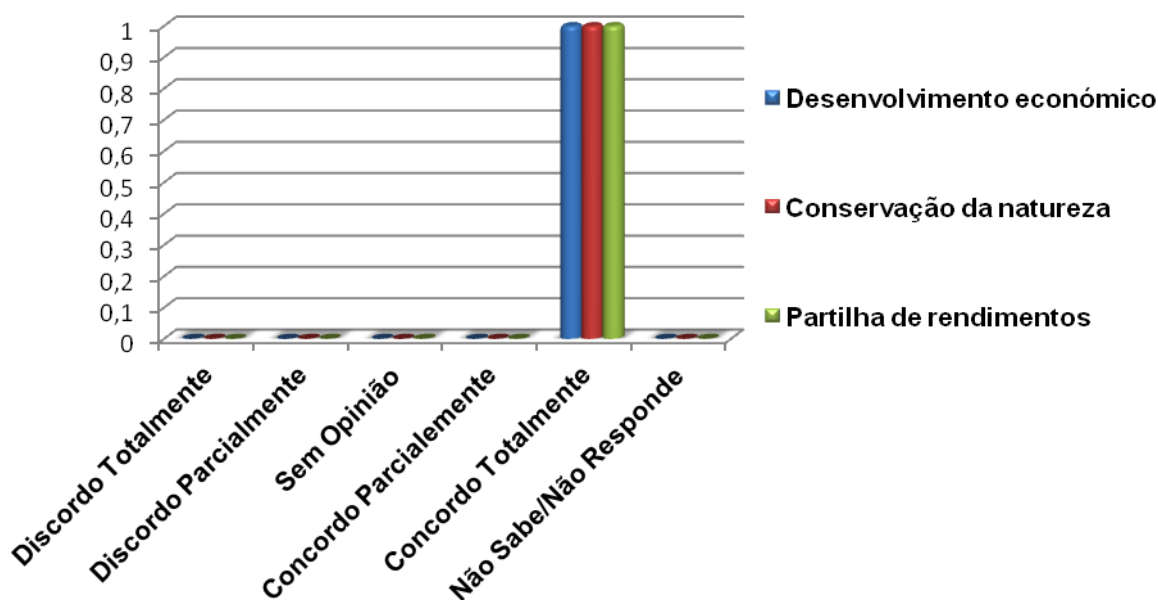
O objectivo geral desta dimensão consiste em aferir a estratégia actual de desenvolvimento sustentável, assim sendo, foram traçados os seguintes objectivos específicos:

- Saber a concordância em relação à inclusão dos pilares do desenvolvimento económico, conservação da natureza e partilha de rendimentos;
- Saber a concordância quanto à contribuição do TN na sustentabilidade económica do PNG;
- Saber a concordância quanto à contribuição do TN na sustentabilidade socio-cultural do PNG;
- Saber a concordância quanto à contribuição do TN na sustentabilidade ambiental do PNG.
- Saber a concordância quanto aos factores compatíveis com o actual nível de desenvolvimento turístico do PNG;
- Saber qual é o grau de importância atribuído aos apoios concedidos ao PNG por parte das entidades;
- Saber se o PEDTM é uma mais-valia para o desenvolvimento turístico do PNG.

3.1. Grau de Concordância quanto aos Pilares do Desenvolvimento Sustentável

Analisando o gráfico n.º 5, é possível verificar que o Parque Nacional da Gorongosa “concorda totalmente” que o conceito de desenvolvimento sustentável deve incorporar os pilares desenvolvimento económico, conservação da natureza e partilha de rendimentos.

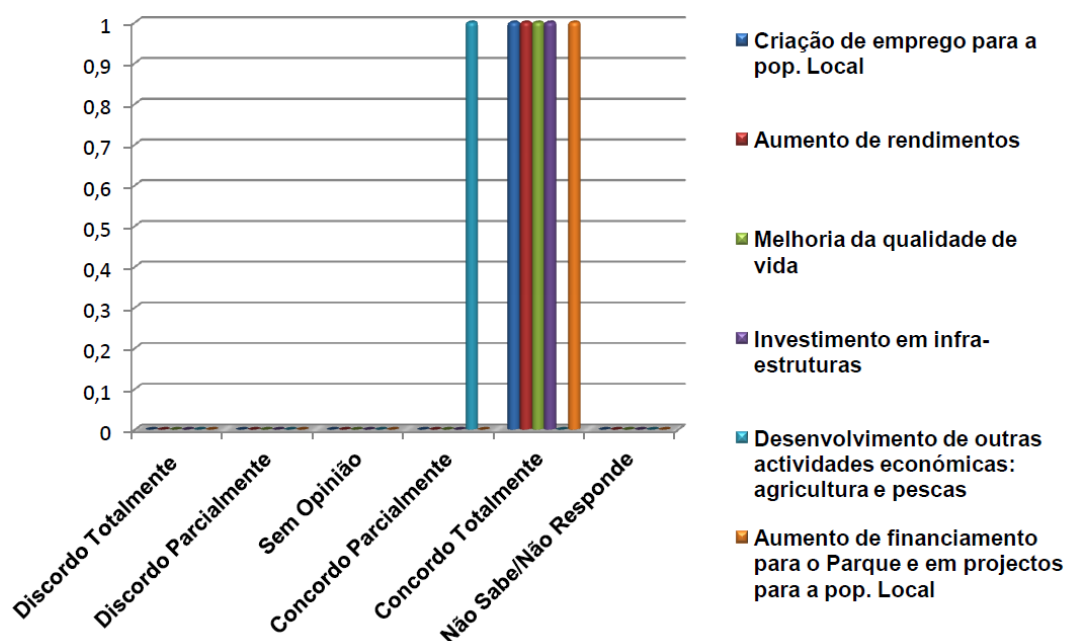
Gráfico nº 5 - Grau de Concordância quanto aos Pilares do Desenvolvimento Sustentável



3.2. Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Económica do PNG

O gráfico n.º 6 demonstra que o Parque Nacional da Gorongosa “concorda parcialmente” que o turismo de natureza contribui para a sustentabilidade económica do Parque através do desenvolvimento de outras actividades económicas, tais como agricultura e pescas, mas por outro lado, “concorda totalmente” que o turismo de natureza contribui para a criação de emprego para a população local, aumento de rendimentos, melhoria da qualidade de vida, investimento em infra-estruturas assim como para o aumento do financiamento para o Parque e para projectos destinados à população local.

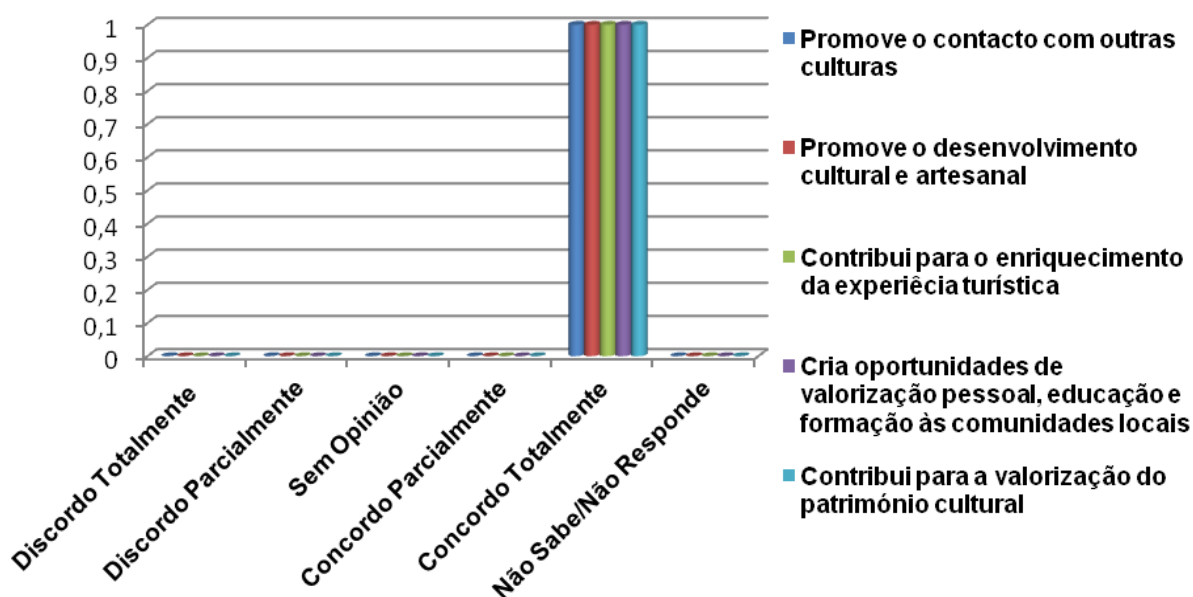
Gráfico nº 6 - Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Económica



3.3. Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Sociocultural do PNG

No gráfico n.º 7 verifica-se que o Parque Nacional da Gorongosa “concorda totalmente” que o turismo de natureza contribui para a sustentabilidade sociocultural, promovendo o contacto com outras culturas, o desenvolvimento cultural e artesanal, contribuindo para o enriquecimento da experiência turística, para a criação de oportunidades de valorização pessoal, educação e formação às comunidades locais e a valorização do património cultural.

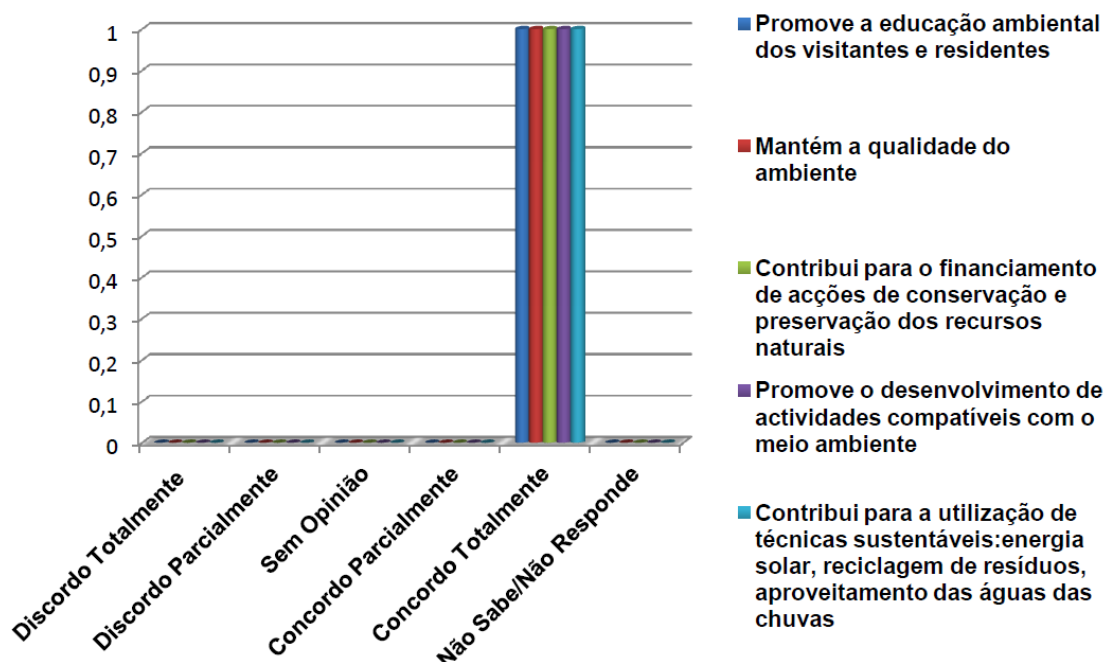
Gráfico nº 7 - Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Socio-cultural



3.4. Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Ambiental do PNG

De acordo com o gráfico n.º 8, o Parque Nacional da Gorongosa “concorda totalmente” que o turismo de natureza contribui para a sustentabilidade ambiental, promovendo a educação ambiental dos visitantes e residentes, mantendo a qualidade do ambiente, contribuindo para o financiamento de acções de conservação e preservação de recursos naturais, promovendo o desenvolvimento de actividades compatíveis com o meio e contribuindo para a utilização de técnicas sustentáveis tais como a energia solar, a reciclagem de resíduos e o aproveitamento da água das chuvas.

Gráfico nº 8 - Grau de Concordância quanto ao Contributo do TN na Sustentabilidade Ambiental

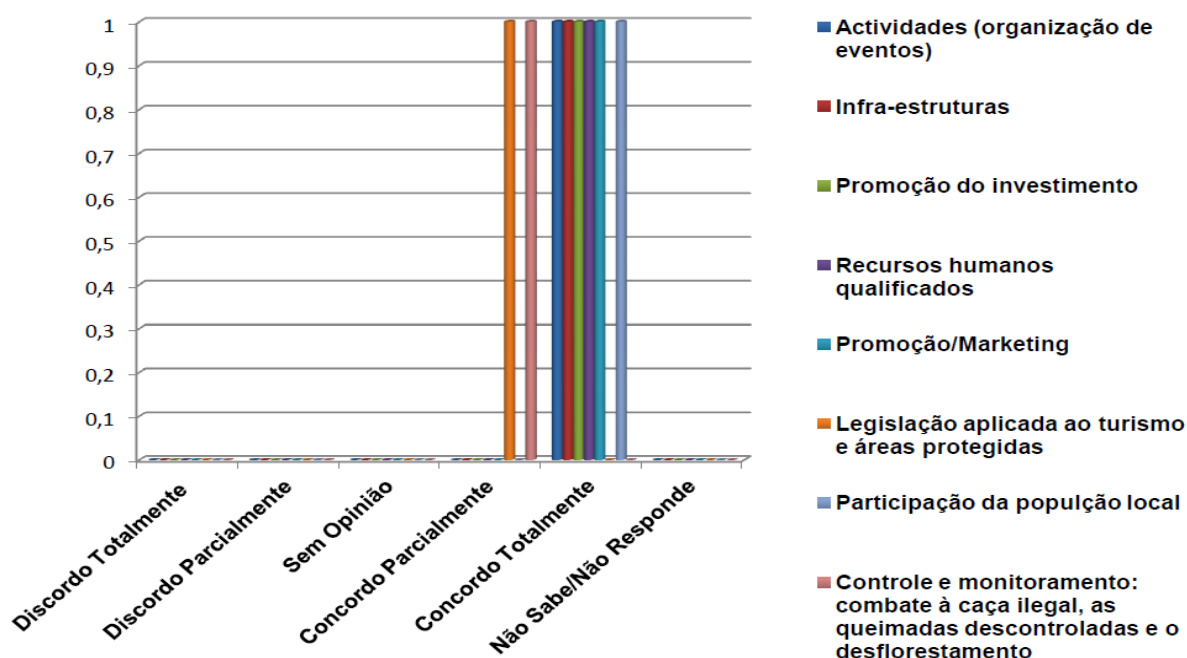


3.5. Grau de Concordância quanto à Compatibilidade entre os Factores e o Actual Nível de Desenvolvimento Turístico do PNG

De acordo com o gráfico n.º 9, o Parque Nacional da Gorongosa “concorda totalmente” que factores como as actividades (organização de eventos), infra-estruturas, promoção do investimento, recursos humanos qualificados, promoção/marketing, assim como a participação da população local são compatíveis com o actual nível de desenvolvimento turístico do Parque.

No que se refere à legislação aplicada ao turismo e às áreas protegidas bem como o controlo e monitoramento (combate à caça ilegal, as queimadas descontroladas, desflorestamento), “concorda parcialmente”.

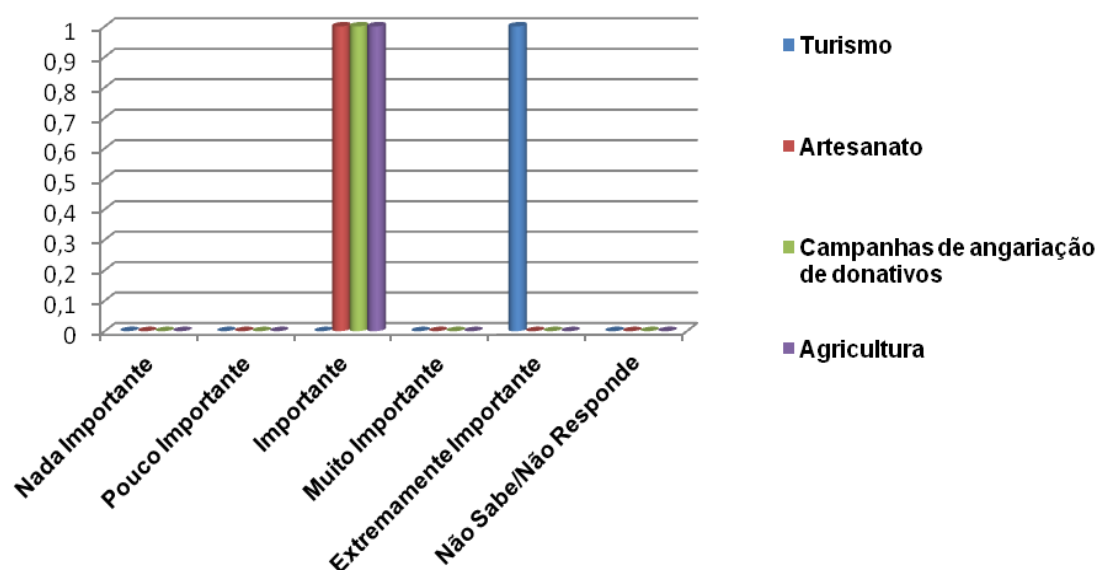
Gráfico nº 9 - Grau de Concordância quanto à Compatibilidade entre os Factores e o Nível de Desenvolvimento Turístico



3.6. Grau de Importância Atribuído às Actividades na Criação de Receitas para o PNG

O gráfico n.º 10 aponta que o Parque Nacional da Gorongosa considera o turismo “extremamente importante” do ponto de vista de criação de receitas para o Parque, e “importante” o artesanato, as campanhas de angariação de donativos e a agricultura.

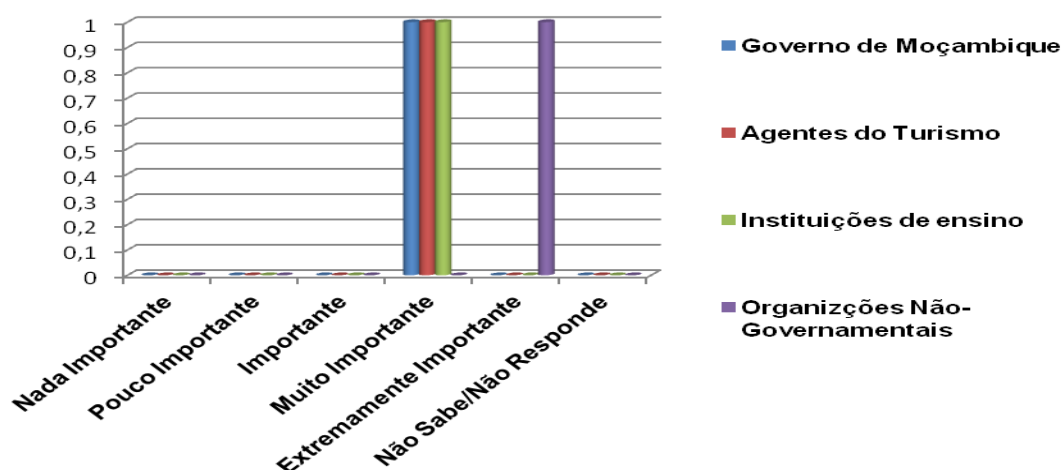
Gráfico nº 10 - Grau de Importância Atribuído às Actividades na Criação de Receitas



3.7. Grau de Importância Atribuído aos Apoios Concedidos ao PNG

O gráfico n.º 11, demonstra que o Parque Nacional da Gorongosa considera “extremamente importante” o apoio concedido pelas Organizações Não-Governamentais e “muito importante” os apoios vindo do Governo de Moçambique, agentes de turismo e instituições de ensino.

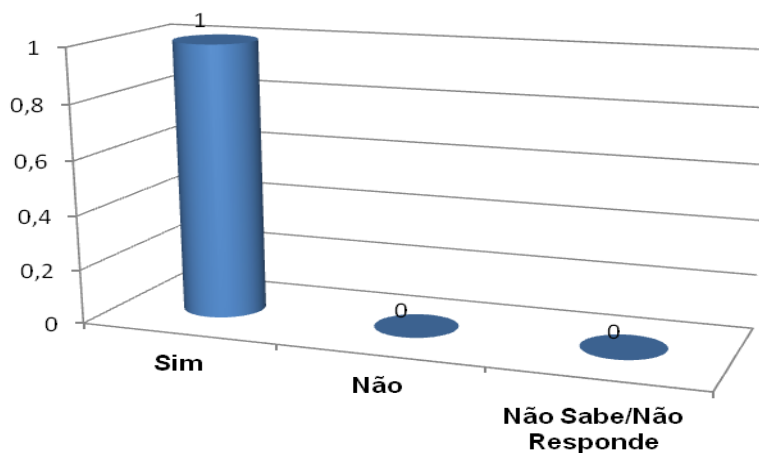
Gráfico nº 11 - Grau de Importância Atribuído aos Apoios Concedidos ao PNG



3.8. O PEDTM como uma Mais-valia para o Desenvolvimento Turístico do PNG

Como demonstra o gráfico n.º 12, o Parque Nacional da Gorongosa considera o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM) como sendo uma mais-valia para o desenvolvimento turístico do Parque.

Gráfico nº 12 – O PEDTM como uma Mais-valia para o Desenvolvimento Turístico



4. Estratégia de Operacionalização do Turismo de Natureza no Parque Nacional da Gorongosa

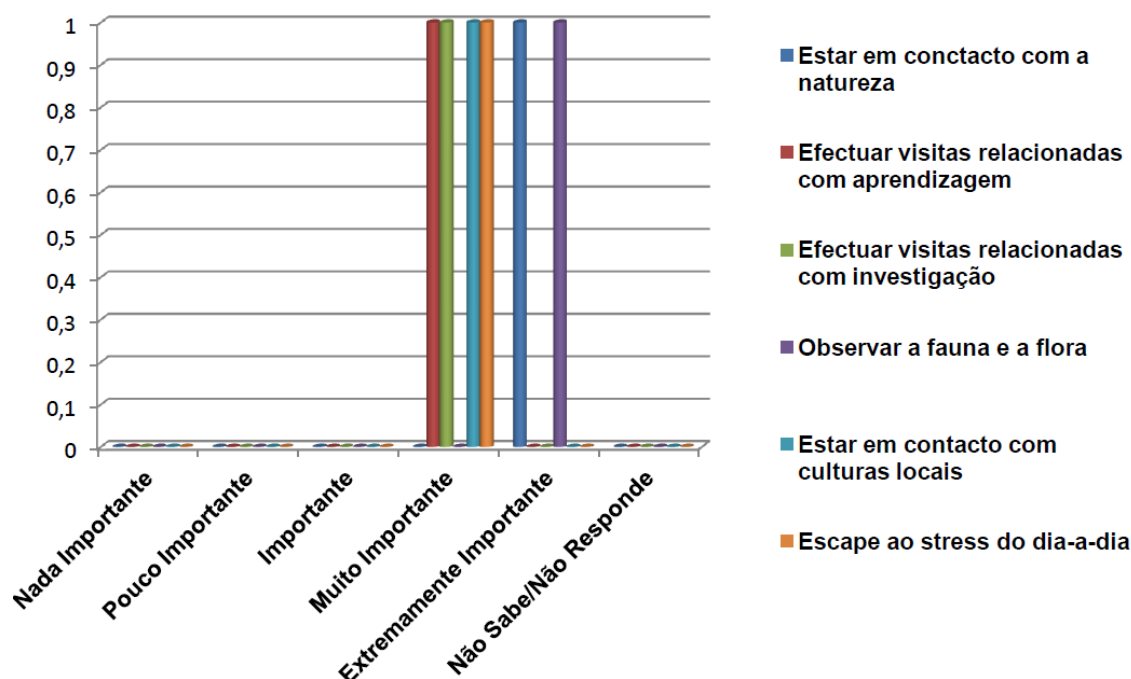
O objectivo geral desta dimensão consiste em delinear uma estratégia de implementação do Turismo de Natureza no Parque Nacional da Gorongosa. Para tal foram traçados alguns objectivos específicos, que passaremos a apresentar:

- Saber qual é o grau de importância atribuído às motivações que levam os visitantes a aderirem às actividades ligadas ao TN do PNG;
- Saber qual é o grau de importância das unidades de alojamento relacionadas com o TN, numa perspectiva de satisfação da procura por parte dos visitantes do PNG;
- Saber qual é o grau de importância das actividades relacionadas com o TN, numa perspectiva de atracção dos visitantes para o PNG.

4.1. Grau de Importância Atribuído às Motivações

Como indica o gráfico n.º 13, do ponto de vista das motivações que levam os visitantes a aderirem às actividades ligadas ao TN, o Parque considera “extremamente importante” as seguintes motivações: estar em contacto com a natureza e observar a fauna e flora. Por outro lado, considera “muito importante” as motivações: efectuar visitas relacionadas com a aprendizagem e investigação, bem como o escape ao stress do dia-a-dia e estar em contacto com culturas locais.

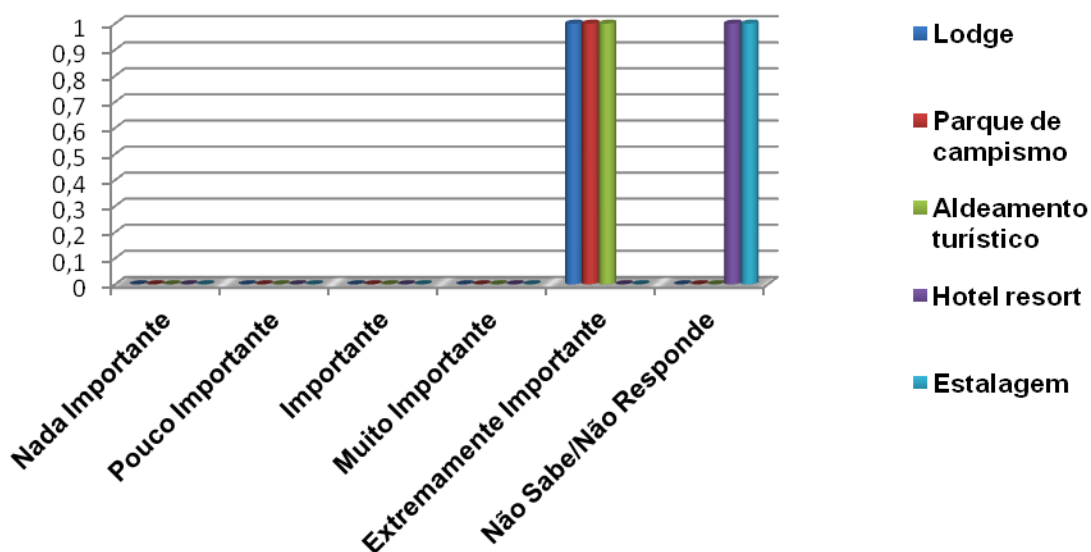
Gráfico nº 13 - Grau de Importância Atribuído às Motivações



4.2. Grau de Importância Atribuído às Unidades de Alojamento

Como indica o gráfico n.º 14, do ponto de vista da satisfação da procura dos visitantes, o Parque considera “extremamente importante” as seguintes unidades de alojamento: *Lodge*, parque de campismo e o aldeamento turístico. No que se refere ao *Hotel resort* e a estalagem obtiveram a classificação de “não sabe/não responde”.

Gráfico nº 14 – Grau de Importância Atribuído às Unidades de Alojamento

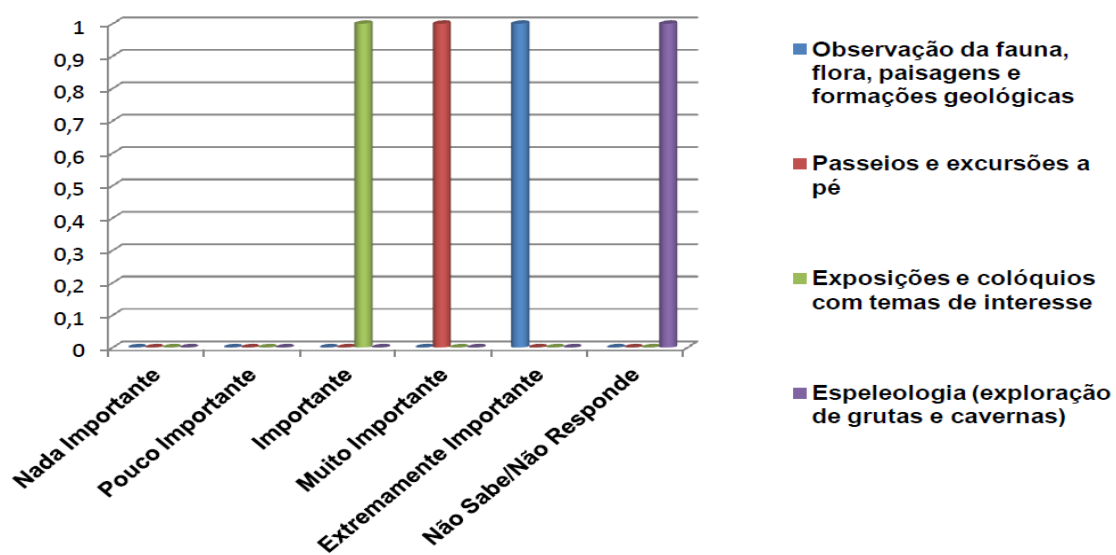


4.3. Grau de Importância Atribuído às Actividades Relacionadas com o Turismo de Natureza

Como demonstra o gráfico n.º 15, numa perspectiva de atracção de visitantes, o Parque considera “extremamente importante” a observação da fauna, flora, paisagens e formações geológicas. Os passeios e excursões a pé são considerados “muito importante”.

As exposições e colóquios com temas de interesse são consideradas “importante” e quanto a espeleologia (exposição de grutas e cavernas) não soube responder.

Gráfico nº 15 - Grau de Importância Atribuído às Actividades Relacionadas com o TN



CONCLUSÃO

“As conclusões de um estudo exigem que o investigador faça a síntese do conjunto de resultados discutidos e coloque em evidência os elementos novos que o estudo permitiu descobrir. O investigador reexamina o problema de investigação à luz dos resultados obtidos, determina se o objectivo a que se propôs foi atingido e explica de que modo os resultados confirmam ou infirmam as hipóteses e apoiam o quadro teórico” (Fortin, 2009).

Assim, na perspectiva de responder à pergunta de partida que orientou a presente investigação, ou seja, perceber “de que forma os produtos relacionados com o turismo de natureza podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa”, passaremos a evidenciar os principais contributos deste estudo de acordo com as dimensões do questionário.

Dimensão 1 - Caracterização do Território

Nesta dimensão foi possível verificar que o maior número de visitantes do Parque provém maioritariamente de Moçambique, África do Sul e Portugal. Acreditamos que factores como a proximidade geográfica (no caso da África do Sul), a língua e os laços históricos estão na origem deste resultado.

A crise financeira que Portugal atravessa constitui uma excelente oportunidade de negócio para Moçambique, pois além de atrair investimentos para o turismo, permitirá ainda aumentar o número de turistas.

Face a esta situação, a oportunidade consiste em aproveitar as parcerias com diferentes agências e organizações internacionais com vista a promover o turismo de natureza no mercado internacional através de acções de promoção e divulgação do seu potencial, tomando como exemplo a exibição de séries em canais de televisão como a *National Geographic Channel*, SIC e RTP bem como exposições e concursos fotográficos que tenham como objectivo contribuir para a promoção do PNG além-fronteiras. Sem deixar de lado as redes sociais que constituem uma excelente forma de divulgação e captação de potenciais visitantes.

Dimensão 2 – Avaliação do Turismo na Óptica da Oferta

Os recursos naturais são sem sombra de dúvida essenciais para o turismo, porém, não são por si só suficientes para satisfazer as necessidades dos visitantes. Como referimos ao longo do trabalho, a sustentabilidade e competitividade do Parque Nacional da Gorongosa estão dependentes de todo um conjunto de actividades, infra-estruturas, equipamentos e serviços de acolhimento que contribuam para a captação e retenção dos visitantes.

O estudo demonstra que a maior parte dos **equipamentos e serviços turísticos**, nomeadamente as unidades de alojamento, parques de campismo, animação turística, agências de viagens e rent-a-car, são considerados razoáveis. Por outro lado, o serviço de restauração obteve uma classificação considerada boa.

No que diz respeito avaliação das **infra-estruturas de apoio à actividade turística**, o fornecimento de água potável, de energia eléctrica, o saneamento básico e os sistemas de transporte são considerados razoáveis. Ao contrário dos serviços de saúde e segurança que obtiveram uma má classificação.

Nesta dimensão foi possível constatar que existe uma grande fragilidade em termos de oferta de infra-estruturas, equipamentos e serviços turísticos. Esta fragilidade surge em resultado do período de instabilidade política que Moçambique atravessou, tendo culminado com a destruição de infra-estruturas e com a eliminação de mais de 95% das espécies animais existentes no Parque.

Apesar dos sistemas de transporte serem considerados razoáveis, importa referir que, as vias de acesso terrestres se encontram degradadas colocando em causa o desenvolvimento do turismo. O investimento nas acessibilidades aéreas, marítimas e terrestres permitirá reduzir a distâncias em termos de custos e tempo, o que favorece não só o turismo mas também as populações que se encontram em zonas mais isoladas, portanto, recomenda-se um maior empenho e criação de parcerias com o sector privado de forma a melhorar o acesso aéreo e terrestre, através da expansão de ligações aéreas e melhoria de estradas.

A recuperação do Parque não é papel exclusivo da Fundação Carr, o Governo deve colaborar neste processo, uma vez que foi assinado um acordo de gestão conjunta entre estas duas organizações. Assim, considera-se essencial a intervenção do Governo em aspectos ligados ao fornecimento de água, energia, saneamento básico, saúde, transportes, entre outras questões que visam garantir o bem-estar da população.

Em termos de alojamento, verificamos que o PNG possui apenas um parque de campismo e um *Lodge* considerados não só insuficientes como também razoáveis, pelo que propõe-se a expansão e requalificação da capacidade de alojamento de forma a dar resposta à crescente procura, obedecendo os princípios que regem as áreas protegidas e os planos de zonamento previstos.

Outro aspecto digno de realce relaciona-se com a fragilidade em termos de prestação de cuidados de saúde que constitui um serviço indispensável quer para os residentes quer para os visitantes, o que reforça a ideia de que o desenvolvimento do turismo deve contribuir para a criação de novas infra-estruturas e melhoria das infra-estruturas existentes com vista a proporcionar bem-estar às população e aos visitantes.

Dimensão 3 – Avaliação do Turismo na Óptica do Desenvolvimento Sustentável

O turismo de natureza deve compatibilizar os objectivos de desenvolvimento com a manutenção dos recursos essenciais para sua existência. Mais do que reconhecer a sua importância enquanto actividade económica e a sua relação com o ambiente, há que gerir impactos negativos e procurar maximizar os benefícios para os destinos receptores através da adopção de políticas e estratégias adequadas.

Assim, o desenvolvimento sustentável surge como um modelo que deve conciliar o crescimento económico, a justiça social e o equilíbrio ecológico.

O estudo demonstra que a nível da **sustentabilidade económica**, o inquirido concorda totalmente que o turismo de natureza contribui para a sustentabilidade económica do PNG, na medida em que cria oportunidades de emprego, promove o aumento de rendimentos, a melhoria da qualidade de vida da população, o investimento em infra-estruturas e o financiamento de acções de conservação e em projectos para a população local. Por outro lado, concorda parcialmente que o turismo de natureza tem contribuído para o desenvolvimento de outras actividades económicas como a agricultura e pescas.

O desenvolvimento do turismo de natureza deve favorecer o aparecimento de novas oportunidades de negócio para as comunidades e empresas locais nas diversas áreas como a agricultura, pecuária, pescas, artesanato, restauração e bebidas.

A agricultura, a pecuária, as pescas e o artesanato são uma mais-valia para a região, pois a promoção destas actividades permitirá as comunidades obter uma fonte de renda ao mesmo tempo que constitui um estímulo para actividade produtiva no país traduzindo-se em mais exportações.

Analisando a **sustentabilidade sociocultural**, o inquirido concorda totalmente que o desenvolvimento do turismo de natureza tem contribuído para a sustentabilidade sociocultural, através da promoção do contacto com outras culturas, desenvolvimento cultural e artesanal, enriquecimento da experiência turística, criação de oportunidades de valorização pessoal, educação e formação das comunidades locais e a valorização do património cultural.

Como pode-se concluir, a nível da sustentabilidade sociocultural, o Parque Nacional da Gorongosa tem desempenhado um excelente trabalho. Analisando as informações recolhidas foi possível verificar que os visitantes interagem com as comunidades locais, o que permite não só enriquecer a experiência turística mas também valorizar a cultura destas comunidades. Além deste aspecto, foi criado um Centro de Educação Comunitária cujo objectivo consiste em sensibilizar as comunidades para questões ligadas a saúde e educação ambiental.

Em relação à **sustentabilidade ambiental**, o inquirido concorda totalmente que o desenvolvimento do turismo de natureza tem contribuído para a sustentabilidade ambiental na medida em que promove a educação ambiental dos visitantes e residentes, mantém a qualidade do ambiente, contribui para o financiamento de acções de conservação e preservação de recursos naturais, promove o desenvolvimento de actividades compatíveis com o meio e contribui para a utilização de técnicas sustentáveis.

A análise efectuada à sustentabilidade económica, sociocultural e ambiental permite concluir que o turismo de natureza tem contribuído fortemente para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa, embora existam aspectos que colocam

este Parque em risco, dos quais se destacam a caça furtiva, as queimadas descontroladas e o desflorestamento que têm sido combatidos com algum sucesso.

Dimensão 4 – Estratégia de Operacionalização do Turismo de Natureza no Parque Nacional da Gorongosa

O objectivo desta dimensão foi o de traçar uma estratégia de operacionalização do turismo de natureza no Parque Nacional da Gorongosa. Para tal foi aplicada uma questão com vista a determinar quais são as motivações que levam os visitantes a procurarem o Parque, a partir da qual foi possível concluir que esta procura resulta de diferentes motivações, o que leva a necessidade de adaptar a oferta turística as diferentes motivações e expectativas dos visitantes.

As formas de relevo diversificadas em conjugação com a vegetação e vida selvagem constituem um enorme potencial turístico. A Serra da Gorongosa é alimentada por pelo menos cinco rios e acolhe uma variedade de espécies animais e vegetais, chegando a ser considerada um dos ecossistemas mais diversificados do planeta.

Estas condições favorecem a prática de actividades ligadas ao turismo de natureza, nomeadamente a realização de expedições panorâmicas e fotográficas, eventos ligados a gastronomia e artesanato, exposições e colóquios, balonismo, pesca e canoagem, entre outras actividades.

No que concerne às actividades relacionadas com o turismo de natureza, o PNG considera extremamente importante a observação da fauna, flora, paisagens e formações geológicas. Os passeios e excursões a pé são considerados muito importantes. As exposições e colóquios com temas de interesse são consideradas importantes e quanto a espeleologia o inquirido não soube responder.

Além destas actividades, foram identificadas no Parque algumas actividades que poderão ser praticadas como por exemplo a pesca, o balonismo, a espeleologia e ainda a introdução de águas termais na sua oferta turística. Contudo, estas actividades carecem ainda de estudos e posterior aprovação.

Tendo em vista a correcta operacionalização do turismo de natureza no PNG, propomos as seguintes medidas:

- Integrar em locais estrategicamente definidos, estruturas de apoio às actividades de animação, interpretação ambiental e desportos de natureza, tais como centros de interpretação, polos de recepção, percursos interpretativos, serviço de restauração e outras infra-estruturas capazes de proporcionar uma boa experiência turística;
- Distribuição estratégica das actividades pelo território de forma a reduzir o risco de degradação de áreas mais sensíveis;
- Promoção de campanhas públicas de forma a sensibilizar as comunidades locais e o público em geral para a importância da utilização racional dos recursos naturais;
- Apoio às actividades económicas tradicionais desenvolvidas pela população local como a agricultura e pecuária, cuja produção poderá ser utilizada no estabelecimento de restauração e os rendimentos revertidos a favor das comunidades locais;
- Promover a participação activa das comunidades locais no desenvolvimento turístico através da criação de pequenos eventos que dêem a conhecer aos visitantes os seus usos e costumes, nomeadamente música, dança, artesanato e cerimónias tradicionais, considerados importantes como atractivos turísticos.
- Criação de programas compatíveis com o meio, como por exemplo a canoagem, que além de aumentar a oferta turística permitirá ainda combater a sazonalidade.

Tal como já foi mencionado ao longo desta dissertação, Moçambique não tem definido os seus produtos turísticos, contudo, o país possui condições propícias para tal e uma vez identificado o potencial turístico das regiões Norte, Sul e Centro do país, o passo que se segue consiste na identificação e desenvolvimento de produtos estratégicos, concebidos tendo em conta a especificidade de cada região. Assim sendo, propõe-se os seguintes produtos:

Tabela nº 6 - Proposta de Produtos Turísticos Estratégicos

Regiões	Produtos Turísticos Estratégicos	Razões da Escolha
Norte	Turismo cultural, turismo náutico, turismo de sol e mar e turismo de natureza.	Esta proposta surge em resultado da qualidade e diversidade que a região possui, fornecendo como exemplos concretos à Ilha de Moçambique considerada património mundial da humanidade pela Unesco devido à sua riqueza histórico-cultural e arquitetónica; às Reservas do Niassa e Gilé; o Parque Nacional das Quirimbas e o Lago Niassa, que oferecem condições para a implementação destes produtos.
Centro	Turismo de natureza e turismo cinegético	Pois é possível encontrar nesta região, o Parque Nacional da Gorongosa, as reservas de Marromeu e Chimanimani e cerca de doze coutadas destinadas à protecção das espécies e à caça desportiva, que constituem espaços propícios para o desenvolvimento destes produtos.
Sul	Turismo de negócios Turismo de natureza <i>City breaks</i> Turismo de sol e mar e turismo náutico	- Visto que a cidade de Maputo absorve a maior parte dos negócios que decorrem no país; - O turismo de natureza, que poderá usufruir dos cerca de três parques e duas reservas nacionais; - Devido aos valores culturais, monumentais, arquitetónicos e gastronómicos que esta cidade oferece; - A região oferece inúmeras praias ao longo da extensa costa moçambicana.

Fonte: Elaboração própria

Como se comprovou ao longo deste trabalho, Moçambique possui um grande potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza, contudo, para que o país se afirme enquanto destino turístico num mercado cada vez mais competitivo, é imprescindível que adopte uma política de utilização racional dos recursos naturais e que invista no desenvolvimento de produtos turísticos sustentáveis.

É neste sentido que o turismo de natureza se assume como uma actividade impulsionadora do desenvolvimento ao mesmo tempo que contribui para a obtenção de recursos financeiros destinados à conservação das áreas protegidas. Contudo, a sua afirmação e sucesso estão dependentes da criação de instrumentos legais que permitam regulamentar esta actividade.

Na Gorongosa já estão a ser dados os primeiros passos no sentido de consolidar esta actividade e muito em breve este segmento poderá ser disseminado em todo o país.

NOVAS VIAS DE INVESTIGAÇÃO

Pelo facto do questionário ter sido aplicado apenas a uma entidade, limitou de certa forma o estudo. Em termos de pesquisa futura, sugere-se a aplicação de um novo modelo de questionário a alguns departamentos do Parque e aos visitantes, pois permitirá não só obter dados mais consistentes como também analisar o turismo de natureza na óptica da procura.

O desenvolvimento de estudos relacionados com o turismo de natureza constitui uma oportunidade para a definição de políticas e estratégias voltadas para a sua operacionalização, visto que Moçambique dispõe de excelentes condições para a sua implementação, contudo este é um segmento de turismo bastante recente.

O projecto de investigação demonstrou que existe uma fragilidade no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, pois o mesmo aponta para a existência de produtos turísticos, mas na verdade apresenta apenas os perfis das regiões do país, o que leva à necessidade de se efectuar um levantamento do potencial turístico do país, no sentido de identificar e definir os produtos turísticos para cada região.

Espera-se que o esforço empreendido na realização do presente trabalho sirva de estímulo para dar continuidade à investigação relacionada com este segmento e contribua para o enriquecimento da escassa bibliografia relacionada com o turismo de natureza no contexto de Moçambique.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F. (2007). *Os Desafios da Sustentabilidade: Uma ruptura Urgente*. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.
- BAPTISTA, M. (1990). *O Turismo na Economia. Uma abordagem Técnica, Económica, Social e Cultural*. Portugal: Edição Instituto Nacional de Formação Turística.
- BAPTISTA, M. (1997). *Turismo: Competitividade Sustentável*. Lisboa: Editorial Verbo.
- BRAMWELL, B. e Lane, B (1993). *Sustainable Tourism: An Evolving Global Approach*. Journal of Sustainable Tourism.
- BURNAY, M.J. (2000). *Turismo de Natureza. Ciclo de Debates. Livro de Actas do Seminário Turismo e Natureza – Perspectivas de Intervenção*. Portugal: IFT.
- BUTLER, R. W. (1995). *Tourism, Environment and Sustainable Development, Environment Conservation*, Vol. 18, pp. 201 – 209.
- CARETO, H. L. S. e Rosário M. (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: Geota.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. (1992). *Tourism, Ecotourism and Protected Areas*. United Kingdom: UICN, Gland, Switzerland and Cambridge.
- CIMEIRA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2002). *Declaração Política e Plano de Implementação*. Joanesburgo: Nações Unidas.
- COOPER, C., Flechter, J., Wanhill, S., Gilbert, D. & Shepherd, R. (2007). *Turismo: Princípios e Práticas* (3 ed.). Porto Alegre: Brookman.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1987). *Nosso Futuro Comum*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- CUNHA, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- DRESNER, S. (2002). *The Principles of Sustainability*. London: Earthscan.

- EAGLES, P.F.J. (2001). *International Trends in Park Tourism*. EUROPARC 2001, 4ª Edição, p. 43.
- FRAGA, A. (2005). *Manual para o Investimento em Turismo de Natureza*. Bensafrim: Edição Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste.
- FENNEL, D. A. (2002). *Ecoturismo: Introdução*. São Paulo: Contexto.
- FORTIN, M.F. (2003). *O Processo de Investigação*. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Ltd.
- FOSTER, D. (1992). *Viagens e Turismo – Manual de Gestão*. Mem Martins: CETOP, D.L
- GATNER, C.W. (1996). *Tourism, Development, Principles, Processes and Politics*. New York: John Willey & Sons, Inc.
- GHIGLIONE, R. e Matalon, B. (1992). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- GUERRA, I.C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Parede: Principia.
- GUILBERT, D.C (1990). *Conceptual Issues in the Meaning of Tourism*, in Cooper, C. P., (ed). *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*. London: Belhaven.
- GO, M. F. (1998). *Globalization and Emerging Tourism Education Issues*, in: Theobald (ed) *Global Tourism*, 2 edition, Butterworth-Heinemann.
- HEZTER, N. D. (1965). *Environment, tourism, culture*. Links, July: 1-3.
- HONEY, M. (1999). *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* Washington, DC: Island Press.
- HUNZIKER, W. e Krapf, K. (1942). *Allgemeinene Fremdenverkehrslehre*, in: Cunha, L., *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- KINKER, S. (2002). *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*. São Paulo: Editora Papirus.

- LANQUAR, R. e Raynouard, Y. (1978). *Le Tourisme Social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LUCAS, P.H.C. (1984). *How Protected Areas Can Help Meet Society's Evolving Needs*, in: Valentine, P. S., (1984). *Wildlife and Tourism: Some Ideas on Potential and Conflict*. Sydney: University of Sydney.
- MATHIESON, A. e Wall, G. (1982). *Tourism, Economic, Physical and Social Impacts*. Londres: Longman.
- MCKERHER, B. (2002). *Turismo de Natureza: Planeamento e Sustentabilidade*. Contexto.
- MONIZ, A. (2009). *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: O Caso dos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico.
- NUNES, P. (2010). *Desporto, Turismo e Ambiente – O Turismo de Natureza como Pólo de Atracção Turística Complementar ao Produto Sol & Mar, nos Municípios do Litoral Alentejano*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: UTL/FMH.
- OLIVEIRA, N. (2009). *Ecoturismo e Conservação da Natureza*. Gaia: Parque Biológico de Gaia.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU] & ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO [OMT] (2008). *International Recommendations for Tourism Statistics*. Madrid.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO [OMT] (1999). *Tourism, Environment and Sustainable Development, Environment Conservation*, Código mundial de ética do turismo. Madrid.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO [OMT] (1995). *Carta do turismo sustentável – declaração de Lanzarote*. Madrid.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO [OMT] (1993). *Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners*. Madrid.

- PAGE, J. S. & Dowling, K. R. (2002). *Ecotourism*. England: Prentice Hall.
- PALOMO, M. F. (1991). *Elementos para el estudio de la economia de la empresa turística*. Madrid: Síntesis.
- PARTIDÁRIO, M. (1999). *Critérios para um Turismo Ambientalmente Responsável*. Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.
- PESSOA, F. S. (2005). *Áreas Protegidas e Turismo – Conflito Intransponível?* Ponta Delgada: Amigos dos Açores.
- PRIMO, J. e Mateus, D. (2009). *Normas para a Elaboração e Apresentação de Teses e Dissertações de Teses e Dissertações*. Lisboa: ULHT.
- RICHARD, Sharpley (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability*. USA: Earthscan.
- RODRIGUES, V. (2009). *Desenvolvimento Sustentável*. Parede: Editora Principia.
- RUSCHMANN, D. (1995). *Turismo Ecológico no Brasil: Dificuldades para a sua Caracterização. Turismo em Análise*. São Paulo, v.6, n.1, p.16-24. In: Pires, P. (1998). *A Dimensão Conceitual do Ecoturismo*. Turismo-Visão e Acção, v.1, n.1, p. 75-91.
- SCHMIDT, L. e Valente, S. (2004). *Factos e Opiniões: Uma Abordagem Transaccional ao Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SESSA, Alberto (1984). *La Scienza dei Sistemi per lo Sviluppo del Turismo*. Roma: Agnesotti.
- SOROMENHO-MARQUES, V. (2005). *Política Internacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Balanço e Perspectivas, Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SWARBROOKE, J. (2002). *Sustainable Tourism Management*. England: CABI Publishing.

SWARBROOKE, J. e Horner, S. (2002). *O Comportamento do Consumidor no Turismo*. São Paulo: Editora Aleph.

THEOBALD, William F. (2001). *Turismo Global*. São Paulo: SENAC Editora.

TURISMO DE PORTUGAL, I.P (2006). *Turismo de Natureza – 10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo de Portugal*. Lisboa: Estudo realizado pela THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.) para o Turismo de Portugal, I.P.

VERA, F. et al (1997). *Análisis Territorial del Turismo*, in: Nunes, P. (2010), *Desporto, Turismo e Ambiente – O Turismo de Natureza como Pólo de Atracção Turística Complementar ao Produto Sol & Mar, nos Municípios do Litoral Alentejano*. Tese de doutoramento em Motricidade Humana, na Especialidade de Ciências do Desporto. Lisboa: UTL / FMH.

VÉRON, J. (1995). *População e Desenvolvimento*. Lisboa: Publicações Europa-América.

WEARING, S. e Neil, J. (2001). *Ecoturismo: Impactos, Potencialidades e Possibilidades*. Brasil: Editora Manole.

ZIFFER, K. (1989). *Ecotourism: The Uneasy Alliance*. Washington, DC: Wildlife Conservation International and Ernest & Young.

Websites consultados

CENTRO DE INFORMACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS [CINU] (2011). *Relatório dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*. Disponível em <http://www.cinu.mx/comunicados/2011/07/onu-lanca-relatorio-dos-objeti/>. Acedido em 16 de Fevereiro de 2012.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS [ICNF] (2012). Disponível em www.icnf.pt. Acedido em 27 de Setembro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [INE] (2005). Disponível em www.ine.gov.mz. Acedido em 07 de Outubro de 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO DE MOÇAMBIQUE [MITUR] (2003). *Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo em Moçambique*. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/estrategia/turismo/Plano_Estrategico_p_t_MITUR.pdf. Acedido em 26 de Fevereiro de 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO DE MOÇAMBIQUE [MITUR] (2003). *MITUR por Dentro*. Disponível em <http://www.mitur.gov.mz/estrutura.htm>. Acedido em 26 de Fevereiro de 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO [OMT] (2012). *Tourism Highlights*. Disponível em <http://mkt.unwto.org/en/publication/unwto-tourism-highlights-2012-edition>. Acedido em 9 de Novembro de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU] (2000). *Declaração do Milénio das Nações Unidas*. Disponível em www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf. Acedido em 21 de Fevereiro de 2012.

PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA [PNG] (2007). Disponível em <http://www.gorongosa.net>. Acedido em 10 de Outubro de 2011.

PINTO, A. (2012). *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: em direcção ao desenvolvimento ambientalmente sustentável*. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/69980465/Agenda-21-para-a-Industria-de-Viagens-e-Turismo>. Acedido em 21 de Fevereiro de 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE [PNUMA] (2011). *Rumo a uma Economia Verde*. Disponível em <http://www.unep.org/greeneconomy>. Acedido em 13 de Julho de 2012.

QUENTAL, N. (2002). *Balanço da Cimeira de Joanesburgo: tudo demasiado previsível*. Disponível em <http://naturlink.sapo.pt/Noticias/Opiniao/content/Balanco-da-Cimeira-de-Joanesburgo-tudo-demasiado-previsivel?bl=1>. Acedido em 21 de Fevereiro de 2012.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DO ECOTURISMO [TIES] (1999). *Princípios do Ecoturismo*. Disponível em <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>. Acedido em 09 de Novembro de 2012.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA [UICN], PNUMA, FAO, WWF e UNESCO (1980). *Estratégia Mundial de Conservação*. Disponível em <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/WCS-004.pdf>. Acedido em 23 de Dezembro de 2011.

APÊNDICES

Apêndice I – Cartas de Apresentação do Projecto de Investigação



Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Curso de Turismo

Exma. Senhora

Chefe do Departamento de Parques e Resorts

Dr.ª Julieta Lichuge

Lisboa, _____, de Novembro de 2011

Assunto: Apresentação do Projecto de Investigação de Mestrado

Paulo Alexandre Correia Nunes, professor Auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Orientador da dissertação de mestrado de *Margarida José André Leví*, aluna de mestrado na vertente de Gestão de Empresas Turísticas, solicita a V. Ex.^a a colaboração no projecto de investigação cuja temática irá incidir sobre o Parque Nacional da Gorongosa (PNG).

Com a realização do projecto pretende-se reunir um conjunto de informações com vista a esclarecer de que forma o turismo de natureza pode contribuir no desenvolvimento sustentável do PNG.

Desta forma, o estudo só será exequível mediante a cedência por parte da V. Ex.^a das seguintes informações:

1. Os aspectos que norteiam as Áreas Protegidas em Moçambique, tais como os aspectos relativos a sua génese, o enquadramento legal, as diferentes categorias de áreas protegidas em Moçambique;
2. O processo de Conservação em Moçambique;
3. Todas questões relacionadas com o Parque Nacional da Gorongosa, desde o projecto de restauração actualmente em curso, a actividade turística e o planeamento estratégico existente, ou a visão de futuro que vos orienta (a informação solicitada só será apresentada em agregados estatísticos e garantimos o anonimato e confidencialidade).

Esperamos com o exposto, ter alcançado a vossa compreensão e contar com o apoio da V. Ex.^a para dar seguimento ao projecto em causa.

Sem mais, manifestamos desde já os nossos sinceros agradecimentos,

O Orientador,

Paulo Alexandre Correia Nunes (Ph.D)



Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Curso de Turismo

Excelentíssima Senhora,
Diretora do Centro Pedagógico
Dr.^a Antonieta Antunes

Lisboa, _____, de Maio de 2012

ASSUNTO: PROTOCOLO DE APLICAÇÃO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Paulo Alexandre Correia Nunes, professor auxiliar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Orientador da dissertação de mestrado de *Margarida José André Leví*, aluna de mestrado na vertente de Gestão de Empresas Turísticas, solicita V.Ex.^a a colaboração no projecto de investigação de mestrado cuja temática irá incidir sobre o Parque Nacional da Gorongosa (PNG).

O presente estudo visa a obtenção do grau de Mestre em Turismo na especialidade de Gestão Estratégica de Empresas Turísticas, ministrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Com a aplicação do inquérito por questionário pretende-se reunir um conjunto de informações com vista a esclarecer *de que forma os produtos relacionados com o turismo de natureza podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Gorongosa*.

Atendendo à pertinência e relevância do referido projecto, solicitamos a vossa colaboração no pré-teste do questionário. O anonimato e a confidencialidade serão respeitados, lembrando que a informação nele contida servirá apenas para verificar a aplicabilidade do mesmo, razão pela qual solicita-se a V.Ex.^a que responda ao inquérito por questionário (formato online), e faça os reparos que considerar os mais convenientes.

Esperamos que o exposto alcance a V.Ex.^a e desperte o seu interesse e compreensão no sentido de contarmos com vossa colaboração.

Sem mais, manifestamos desde já os nossos sinceros agradecimentos.

O Orientador,

Paulo Alexandre Correia Nunes (Ph.D.)

Apêndice II – Carta de Apresentação do Projecto de Investigação e o Respectivo Inquérito



Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Curso de Turismo

Exmo. Senhor

Director de Comunicação do Parque Nacional da Gorongosa

Dr. Vasco Galante

Lisboa, _____, de Maio de 2012

Assunto: Apresentação do Projecto de Investigação de Mestrado

Na sequência do contacto estabelecido com V.Ex.^a em Outubro de 2011, efectuado por *Margarida José André Leví*, aluna de mestrado na vertente de Gestão de Empresas Turísticas, sob a orientação de *Paulo Alexandre Correia Nunes* vem deste modo proceder a apresentação formal do projecto de mestrado, nos seguintes termos:

Solicita-se a V.Ex.^a a colaboração no projecto de investigação de mestrado cuja temática irá incidir sobre o Parque Nacional da Gorongosa (PNG). Com a realização do projecto de mestrado pretende-se reunir um conjunto de informações com vista a esclarecer de que forma o turismo de natureza pode contribuir no desenvolvimento sustentável do PNG.

Desta forma, o projecto só será exequível mediante a cedência por parte da V. Ex.^a das seguintes informações:

1. Os aspectos que norteiam o Parque Nacional da Gorongosa, como o Projecto de Restauração e os seus objectivos;
2. A estratégia de sustentabilidade seguida pelo Parque ou o Planeamento estratégico do mesmo;
3. As questões relacionadas com desenvolvimento da actividade turística, a existência de algum Plano de Negócios do Girassol Gorongosa Lodge & Safari com vista a gestão da actividade turística no Parque (a informação solicitada só será apresentada em agregados estatísticos e garantimos o anonimato e confidencialidade).

Esperamos com o exposto, ter alcançado a vossa compreensão e contar com o apoio da V. Ex.^a para dar seguimento ao projecto em causa.

Sem mais, manifestamos desde já os nossos sinceros agradecimentos.

O Orientador,

Paulo Alexandre Correia Nunes (Ph. D)



1. Caracterização do Parque Nacional da Gorongosa (PNG)

1.1. Superfície (Km²): _____ 1.2. População residente: _____ 1.3. Origem do maior n.º de visitantes _____

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

1.4. Meses do ano em que o PNG recebe o maior n.º de visitantes:

2. Avaliação do Turismo na Óptica da Oferta

2.1. Qual é o grau de importância que atribui aos recursos turísticos existentes no PNG e nas áreas envolventes, numa perspectiva de atracção turística? Assinale as suas opções:

Recursos Turísticos	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante	NS/NR
2.1.1. Fauna	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.1.2. Flora	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.1.3. Paisagens	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.1.4. Gastronomia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.1.5. Artesanato	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.1.6. Canto, dança, cerimónias tradicionais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.1.7. Outros:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

2.2. Como avalia os equipamentos e serviços turísticos, numa perspectiva de atracção de visitantes para o PNG? Assinale as suas opções:

Equipamentos e Serviços Turísticos	Muito Mau	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom	NS/NR
2.2.1. Unidade de alojamento turístico	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.2.2. Parques de campismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.2.3. Restaurantes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.2.4. Animação turística	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.2.5. Agências de viagens	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.2.6. Rent-a-car	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.2.7. Outros:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

2.3. Como avalia as infra-estruturas de apoio à actividade turística? Assinale as suas opções:

Infra-estruturas	Muito Mau	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom	NS/NR
2.3.1. Fornecimento de água potável	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.3.2. Fornecimento de energia eléctrica	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.3.3. Serviços de saúde (Hospitais e clínicas)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.3.4. Saneamento básico	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.3.5. Sistemas de transportes (aéreo e terrestre)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.3.6. Segurança (postos de polícia, corpos de bombeiro)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
2.3.7. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3. Avaliação do Turismo na Óptica do Desenvolvimento Sustentável

3.1. Concorde que o conceito de desenvolvimento sustentável deva incorporar os pilares do desenvolvimento económico, a conservação da natureza e a partilha de rendimentos?

Pilares da Sustentabilidade	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Sem Opinião	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	NS/NR
3.1.1. Desenvolvimento económico	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.2. Conservação da natureza	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.3. Partilha de rendimentos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.1.4. Outros:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.2. O turismo de natureza contribui para a sustentabilidade económica do PNG nas categorias indicadas? Assinale as suas opções:

Sustentabilidade Económica	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Sem Opinião	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	NS/NR
3.2.1. Criação de emprego para a população local	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.2. Aumento de rendimentos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.3. Melhoria da qualidade de vida	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.4. Investimento em infra-estruturas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.5. Desenvolvimento de outras actividades económicas (agricultura, pescas)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.6. Aumento do financiamento para o parque e em projectos para a população local	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.2.7. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.3. O turismo de natureza contribui para a sustentabilidade socio-cultural do PNG nas categorias abaixo indicadas?
Assinale as suas opções:

Sustentabilidade Socio-cultural	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Sem Opinião	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	NS/NR
3.3.1. Promove o contacto com outras culturas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.2. Promove o desenvolvimento cultural e artesanal	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.3. Contribui para o enriquecimento da experiência turística	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.4. Cria oportunidades de valorização pessoal, educação e formação às comunidades locais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.5. Contribui para a valorização do património cultural	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.3.6. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.4. O turismo de natureza contribui para a sustentabilidade ambiental do PNG nas categorias abaixo indicadas?
Assinale as suas opções:

Sustentabilidade Ambiental	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Sem Opinião	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	NS/NR
3.4.1. Promove a educação ambiental dos visitantes e residentes	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.2. Mantém a qualidade do ambiente	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.3. Contribui para o financiamento de acções de conservação e preservação dos recursos naturais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.4. Promove o desenvolvimento de actividades compatíveis com o meio ambiente	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.5. Contribui para a utilização de técnicas sustentáveis: energia solar, reciclagem de resíduos, aproveitamento das águas das chuvas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.4.6. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.5. Concorda que os factores abaixo indicados são compatíveis com o actual nível de desenvolvimento turístico do PNG? Assinale as suas opções:

Factores	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Sem Opinião	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	NS/NR
3.5.1. Actividades (organização de eventos)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.2. Infra-estruturas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.3. Promoção do investimento	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.4. Recursos humanos qualificados	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.5. Promoção/Marketing	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.6. Legislação aplicada ao turismo e áreas protegidas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.7. Participação da população local	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.8. Controle e monitoramento: combate à caça ilegal, às queimadas descontroladas, desflorestamento	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.5.9. Outros:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.6. Qual é grau de importância que atribui às actividades abaixo indicadas, do ponto de vista de criação de receitas para o PNG? Selecione as suas opções.

Fonte (s) de Receita	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante	NS/NR
3.6.1. Turismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.2. Artesanato	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.3. Campanhas de angariação de donativos	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.4. Agricultura	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.6.5. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.7. Qual é o grau de importância que atribui aos apoios prestados ao PNG por parte das entidades abaixo indicadas? Selecione as suas opções.

Entidades	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante	NS/NR
3.7.1. Governo de Moçambique	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.2. Agentes do turismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.3. Instituições de ensino	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.4. Organizações Não-Governamentais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
3.7.5. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

3.8. Considera o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM) uma mais-valia para o desenvolvimento turístico do PNG?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Não Responde ☐

4. Estratégia de Operacionalização do Turismo de Natureza no PNG

4.1. Existe no Parque algum Plano de Desenvolvimento do Turismo de Natureza?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Não Responde ☐

4.2. Qual é o grau de importância que atribui as motivações que levam os visitantes a aderirem às actividades ligadas ao Turismo de Natureza do PNG? Assinale com X as suas opções:

Motivações	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante	NS/NR
4.2.1. Estar em contacto com a natureza	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.2.2. Efectuar visitas relacionadas com aprendizagem	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.2.3. Efectuar visitas relacionadas com a investigação	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.2.4. Observar a fauna e a flora	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.2.5. Estar em contacto com culturas locais	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.2.6. Escape ao stress do dia-a-dia	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.2.7. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

4.3. Qual é o grau de importância das unidades de alojamento relacionadas com o Turismo de Natureza, numa perspectiva de satisfação da procura por parte dos visitantes do PNG?

Unidades de Alojamento	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante	NS/NR
4.3.1. Lodge	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.3.2. Parques de campismo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.3.3. Aldeamento turístico	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.3.4. Hotel Resort	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.3.5. Estalagem	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.3.6.Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

4.4. Qual é o grau de importância das actividades relacionadas com o Turismo de Natureza, numa perspectiva de atracção dos visitantes para o PNG?

Actividades	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante	NS/NR
4.4.1. Observação da fauna, flora, paisagens e formações geológicas	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.4.2. Passeios e excursões a pé	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.4.3. Exposições e colóquios com temas de interesse	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.4.4. Espeleologia (exploração de grutas e cavernas)	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99
4.4.5. Outras:	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5	☐ 99

4.5. Qual é o seu entendimento relativamente a contratação de um gestor de projecto, cujo objectivo se relacione com o desenvolvimento do Turismo de Natureza no PNG?

Sim ☐ Não ☐ Não Sabe/Não Responde ☐

* NS/NR: Não Sabe ou Não Responde

Obrigada pela sua Colaboração!

Margarida Levi

Telemóvel: (351) 926331132

Correio Electrónico: margaridalevy@live.com.pt

ANEXOS

Anexo I – Entidades Contactadas

Jardim Zoológico do Lisboa

Estrada de Benfica,

1549-044, Lisboa

Tel.: (351) 217 232 920

Fax: (351) 217 232 921

Correio electrónico: info@zoolisboa.pt

Ministério do Turismo de Moçambique

Av. 25 de Setembro, 1018

4101, Maputo

Tel.: (258) 1 313755

Fax: (258) 1 306212

Correio electrónico: miturgov@gmail.com

Parque Nacional da Gorongosa

Estrada Nacional nº 1,

1983, Gorongosa

Tel.: (258) 82 308 2252

Correio electrónico: contact@gorongosa.net